

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 045/2026
Data: 12/03/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PL DOS PORTOS TERÁ RELATÓRIO APRESENTADO NO DIA 10 DE ABRIL	4
FALTA DE OBRAS PÚBLICAS TRAVA EXPANSÃO DO SETOR PORTUÁRIO NO BRASIL	5
SEGURANÇA JURÍDICA É APONTADA COMO CHAVE PARA NOVOS INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
DO POSTO AO FRETE, GUERRA DO PETRÓLEO NO ORIENTE MÉDIO FERE O BOLSO NO NORDESTE	8
PORTO REVERTE BLOQUEIO E RETOMA TRAMITAÇÃO DOS VETOS DE RAQUEL À LOA 2026	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	12
ANTAQ ABRE CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS	12
ANTAQ FIRMA PARTICIPAÇÃO NO EVENTO SUMMIT TCU, EM BRASÍLIA (DF)	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	13
O CAMINHO DO EDITAL: ENTENDA TODAS AS ETAPAS DE UMA CONCESSÃO PÚBLICA	13
GOVERNO DO BRASIL ANUNCIA R\$ 2,08 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO PARANÁ	15
BELÉM (PA) CONCENTRA MAIOR FLUXO DA AVIAÇÃO DA REGIÃO NORTE EM JANEIRO	16
MPOR CONCLUI INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA AUTOMATIZADA NO AEROPORTO DE BARCELOS (AM)	18
BRASIL E IRLANDA REALIZAM NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÕES SOBRE SERVIÇOS AÉREOS	19
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	20
MEDALHA JK: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECEBE HONRARIA DA CNT POR ATUAÇÃO DESTACADA NA INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL E MOBILIDADE URBANA DO PAÍS	20
PRESIDENTE LULA E MINISTRO RENAN FILHO AUTORIZAM OBRAS DO CONTORNO SUL METROPOLITANO DE MARINGÁ (PR) E DE TRECHO DA ESTRADA BOIADEIRA	21
CNH DO BRASIL REGISTRA CERCA DE 25 MIL CONDUTORES HABILITADOS PELA PLATAFORMA; NÚMERO QUASE TRIPLICOU EM DUAS SEMANAS	22
BE NEWS – BRASIL EXPORT	23
EDITORIAL – A CONCESSÃO DO CANAL E O FUTURO DO PORTO DE SANTOS	23
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - CRISE NÃO TOLERA IMPROVISO	24
POLÍTICA - KASSAB REJEITA O RÓTULO DE TERCEIRA VIA PARA O PSD	25
NACIONAL - HUB – CURTAS	26
<i>A prisão de Vorcaro em pauta</i>	26
<i>O retorno de Barroso</i>	26
<i>Novo ministro</i>	26
<i>Currículo</i>	27
<i>Empate</i>	27
POLÍTICA - CPI DO CRIME MIRA FARIA LIMA E ‘A TURMA’ DO MASTER	27
POLÍTICA - CAE TERÁ ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS DO MASTER	29
POLÍTICA - DEPOIMENTO DE LEILA PEREIRA A CPMI DO INSS ESTÁ MANTIDO	30
POLÍTICA - RELATOR BUSCA COMPENSAÇÃO À REDUÇÃO DA ESCALA 6X1	30
POLÍTICA - CIRO VÊ DEBATE ELEITOREIRO E NÃO QUER “BOTAR SÓ NA CONTA DO EMPRESARIADO”	31
BRASIL EXPORT - FÓRUM NORTE EXPORT REÚNE AUTORIDADES E LÍDERES DO SETOR LOGÍSTICO EM MANAUS	32
BRASIL EXPORT - BRASIL EXPORT REÚNE CONSELHO E ANUNCIA NOVAS FRENTES EM MINERAÇÃO E ENERGIA	33
BRASIL EXPORT - AUTORIDADES COMENTAM CONCESSÕES E DESAFIOS DA NAVEGAÇÃO	34
BRASIL EXPORT - EVENTOS JURÍDICOS E SETORIAIS ENTRAM NA AGENDA DO BRASIL EXPORT	35
BRASIL EXPORT - CONSELHO FEMININO ANUNCIA DEBATES SOBRE FEMINICÍDIO EM EVENTOS DO GRUPO	36
TRANSPORTES - PORTOS - APS NEGOCIA COM BUNGE OBRAS DA NOVA FASE DA PERIMETRAL DE GUARUJÁ	36
TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DE SANTOS	37
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE ITAJAÍ INICIA MISSÃO VISANDO NOVOS NEGÓCIOS COM ACORDO MERCOSUL-EU	38
TRANSPORTES - RODOVIAS - GOVERNADOR DE SP DIVULGA PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA RIO-SANTOS	39
TRANSPORTES - RODOVIAS - NEGOCIAÇÃO NO TCU TERMINA SEM ACORDO SOBRE CONCESSÃO DA LITORAL SUL	40
TRANSPORTES - RODOVIAS - ROUBO DE CARGAS EM SP REGISTRA QUEDA NO INÍCIO DE 2026	41
ENERGIA - GIGANTE DO SETOR AGROENEGÉTICO, RAÍZEN PEDE RECUPERAÇÃO	42
ENERGIA - SILVEIRA DIZ QUE DECISÃO SOBRE ENEL SP DEPENDE DA ANEEL	43
PETRÓLEO E GÁS – PAÍSES DA AIE DECIDEM LIBERAR RESERVAS DE PETRÓLEO	44



PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS TEM 120 DIAS PARA AJUSTAR PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	45
FINANÇAS - VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA CRESCEM 0,4% EM JANEIRO.....	45
FINANÇAS - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS AVANÇOU 8% EM 2025	46
FINANÇAS - IBOVESPA SOBE PELO TERCEIRO DIA, EM ALTA DE 0,28%	47
FINANÇAS - DÓLAR FECHA PERTO DA ESTABILIDADE APESAR DE AVERSÃO GLOBAL AO RISCO	48
JUSTIÇA – CPI DO MASTER: TOFFOLI SE DECLARA SUSPEITO PARA ASSUMIR RELATORIA	48
JUSTIÇA – STF PAUTA JULGAMENTO DE PRIVATIZAÇÃO DA SABESP	50
JUSTIÇA – SUPREMO CANCELA SUSPENSÃO DE AÇÕES SOBRE ‘REVISÃO DA VIDA TODA’ DO INSS	51
INTERNACIONAL - IRÃ QUER DIREITOS RECONHECIDOS PARA DAR FIM À GUERRA.....	52
INTERNACIONAL - TRUMP PLANEJA ‘TERMINAR TRABALHO’ PARA NÃO PRECISAR ATACAR A CADA DOIS ANOS	53
INTERNACIONAL - ‘CHUVA NEGRA’ APÓS ATAQUES A REFINARIAS VIRA DRAMA NO IRÃ	53
INTERNACIONAL - EM MEIO À TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO, UE PENSA EM SANÇÕES À RÚSSIA	55
JORNAL O GLOBO – RJ.....	55
GOVERNO ZERA PIS E COFINS DO DIESEL PARA SEGURAR PREÇO POR CAUSA DA GUERRA NO IRÃ	55
ESTREITO DE ORMUZ ‘CERTAMENTE’ SEGUIRÁ BLOQUEADO, DIZ NOVO LÍDER SUPREMO DO IRÃ EM PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO DESAFIADOR.....	57
PF FLAGRA SUPLENTE DE ALCOLUMBRE SACANDO R\$ 350 MIL DURANTE INVESTIGAÇÃO SOBRE DESVIOS NO DNIT	60
MASTER: O MAIOR TEMOR DE FACHIN EM TORNO DAS INVESTIGAÇÕES QUE FECHARAM O CERCO CONTRA VORCARO E O STF63	64
REFINARIA DE MATARIPE, NA BAHIA, ANUNCIA REAJUSTE DE ATÉ 20% NO DIESEL E DE 7,4% NA GASOLINA.....	64
EM RITMO PRÉ-ELEITORAL, LULA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 2 BILHÕES PARA O PARANÁ	65
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	66
IRAQUE ANUNCIA SUSPENSÃO DAS OPERAÇÕES EM PORTOS DE PETRÓLEO APÓS ATAQUE	66
IRÃ AUTORIZOU NAVIOS DE ALGUNS PAÍSES A CRUZAREM O ESTREITO DE ORMUZ, DIZ VICE-MINISTRO	67
GUERRA CAUSA MAIOR INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DA HISTÓRIA DO MERCADO GLOBAL DE PETRÓLEO, DIZ AIE	68
VALOR ECONÔMICO (SP).....	69
GOVERNO LULA ANUNCIA R\$ 2 BI EM INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NO PARANÁ	69
DÉFICIT COMERCIAL DO CANADÁ SOBE MAIS DO QUE O ESPERADO EM JANEIRO	70
GOVERNO DEVE INCLUIR 19 EMPREENDIMENTOS DO SETOR AEROPORTUÁRIO EM PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO	71
BALANÇA COMERCIAL DOS EUA TEM DÉFICIT DE US\$ 54,5 BI EM JANEIRO.....	72
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	72
SUPERPETROLEIROS CORREM PARA PORTO NO MAR VERMELHO ENQUANTO GUERRA COM IRÃ ESTRANGULA EXPORTAÇÕES .	72
EM TOM ELEITORAL, GOVERNO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$2 BI PARA TRANSPORTE NO PARANÁ SEM RATINHO JR	74
PAÍS INTENSIFICA CONTROLE DA SOJA PARA PRESERVAR MERCADO CHINÊS, DIZ FÁVARO	75
PAINEL S.A.- LUCRO RECORRENTE DO PORTO DE SANTOS CRESCE 22,3% E ATINGE R\$ 938 MILHÕES EM 2025	76
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	77
RELATÓRIO CNI APONTA 42 NOVAS BARREIRAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	77
GUERRA NO ORIENTE MÉDIO E ATAQUES A NAVIOS LEVAM SEGURADORAS A CANCELAR APÓLICES E AUMENTAR PRÊMIOS COBRADOS.....	78
APS REGISTROU LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 724,6 MILHÕES EM 2025	79
THIAGO TAVARES DE ALMEIDA SOARES - SEENEMAR-RJ.....	80
FROTAS DA CBO E DA OCEANPACT SÃO MUITO COMPLEMENTARES, DIZ FLAVIO ANDRADE	80
WSC ALERTA PARA RISCOS VIVIDOS POR MARÍTIMOS E PARA NAVEGAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO	82
ORGANIZAÇÕES TURCAS PEDEM EXCLUSÃO DE ESTALEIROS DE DESMANTELAMENTO DE ALIAGA DA LISTA DA UE	82
ÓRGÃO AMBIENTAL MONITORA RETIRADA DE NAVIO DA MARINHA QUE ENCALHOU EM PRAIA DO RIO	83
ARTIGO - ENTRE RIOS E ESTRADAS: O FUTURO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR NO BRASIL	84
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	86
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	86



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PL DOS PORTOS TERÁ RELATÓRIO APRESENTADO NO DIA 10 DE ABRIL

Relator propõe texto substitutivo para não revogar a Lei 12.815 de 2013

Por Maurício Martins, enviado a Brasília 11 de março de 2026



A ideia é optar por um texto substitutivo que faça ajustes e complementações na Lei dos Portos (Reprodução/APS)

O relatório do Projeto de Lei (PL) 733/2025, que trata da revisão do marco legal portuário, será apresentado no dia 10 de abril na Câmara dos Deputados. O texto em elaboração pelo relator da proposta, deputado Arthur Maia (União-BR), trará um substitutivo que complementa a legislação vigente, preservando a Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013).

A Tribuna acompanhou com exclusividade, na tarde desta quarta-feira (11), uma reunião do parlamentar com empresários do setor realizada em Brasília, na sede da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) e do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI). O presidente da FPPA, deputado federal da Baixada Santista Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), também esteve presente.

Segundo Maia, a ideia é abandonar a proposta de criação de uma nova lei para o setor e optar por um texto substitutivo que faça ajustes e complementações na legislação atual, preservando a estrutura da Lei dos Portos de 2013. A mudança busca reduzir resistências políticas e acelerar a tramitação no Congresso.

Além disso, o projeto como está poderia esbarrar em questionamentos jurídicos por possível inconstitucionalidade por vício de origem, já que a competência sobre a política portuária e sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é do Poder Executivo. O texto original prevê mudanças em atribuições hoje vinculadas ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e em decisões regulatórias que cabem à Antaq.

O parlamentar informou que pretende concluir o relatório até o próximo dia 30 e protocolar o texto final no dia 10 de abril, dando início à fase final de discussão do tema na Câmara.



A Tribuna acompanhou com exclusividade, na tarde desta quarta-feira (11), uma reunião com empresários do setor realizada em Brasília (Maurício Martins/ AT)

Andamento

O Projeto de Lei (PL) 733/2025 foi apresentado pelo deputado Leur Lomanto Júnior (União-BR) com o objetivo de promover uma ampla atualização no marco regulatório portuário brasileiro. O texto, que prevê a revogação da lei de 2013, tem origem em estudos elaborados pela Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias

(Ceportos), criada pela Câmara para analisar a legislação e propor melhorias para o setor.

Desde então, a proposta vem sendo discutida em uma comissão especial instalada na Câmara dos Deputados. Ao longo do último ano, o colegiado promoveu diversas audiências públicas com

representantes do governo, especialistas, operadores portuários e trabalhadores, em uma tentativa de construir consenso em torno das mudanças pretendidas.

As discussões envolveram temas como regras de arrendamentos portuários, governança das autoridades portuárias, funcionamento dos conselhos de autoridade portuária, mediação de conflitos regulatórios e organização da mão de obra no setor.

O debate também mobilizou entidades empresariais, sindicatos e especialistas, refletindo a relevância do tema para a logística brasileira.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026

FALTA DE OBRAS PÚBLICAS TRAVA EXPANSÃO DO SETOR PORTUÁRIO NO BRASIL

Especialistas apontam que capital privado existe, mas entraves de infraestrutura e burocracia ainda impedem novos investimentos

Por Maurício Martins 11 de março de 2026



Daniel Dorea, da Santos Brasil; Keyla Boaventura, do TCU; Alber Vasconcelos, da Antaq; e Gabriela Costa, da ATP, analisaram o cenário nacional com mediação de Maxwell Rodrigues (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)

Mesmo com avanços regulatórios e esforços de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para dar mais celeridade aos processos, a falta de infraestrutura pública e a demora para destravar obras seguem como freios ao

desenvolvimento do setor portuário brasileiro.

Essa foi a conclusão do segundo painel do Summit TCU, promovido nesta terça-feira (10) pelo Grupo Tribuna, em Brasília. Com mediação de Maxwell Rodrigues, quatro participantes debateram o tema “As demandas e o papel do Estado e do mercado para garantir celeridade no desenvolvimento do setor portuário e marítimo”.

O debate reuniu Keyla Boaventura, secretária de Infraestrutura do TCU; Gabriela Costa, diretora-executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Alber Vasconcelos, diretor da Antaq; e Daniel Pedreira Dorea, CFO da Santos Brasil.

Daniel afirmou que, hoje, o problema central do setor não é falta de capital privado, mas sim a incapacidade de transformar projetos em investimentos efetivos diante de entraves que continuam fora da alçada das empresas. “O gestor público faz a diferença. O capital existe, o dinheiro chega”, disse.

Ao citar a experiência da Santos Brasil, o executivo ressaltou o peso do investimento privado no setor. “A Santos Brasil investiu cerca de R\$ 12 bilhões nos últimos 25 anos, sendo R\$ 3 bilhões nos últimos 5 anos. Todo financiado com capital privado”. Na avaliação dele, o setor já superou a barreira do financiamento, mas segue esbarrando em gargalos de natureza pública.

Para Daniel, faltam respostas mais rápidas do poder público para que os aportes privados acompanhem a modernização exigida pelo mercado. “Nós temos capital, a vontade, os clientes, os usuários, mas simplesmente não conseguimos realizar o investimento”.

Suprir lacunas

Já a diretora-executiva da ATP, Gabriela Costa, sustentou que os terminais privados (TUPs) ajudam a suprir lacunas históricas da infraestrutura nacional, mas ponderou que eles não resolvem sozinhos os gargalos do sistema.

Segundo ela, a Lei dos Portos (12.815/2013) consolidou o estímulo à concorrência e à participação privada. “Qualquer coisa fora disso é ilegal e não faz sentido que seja diferente, porque a concorrência traz melhor eficiência, tende a baixar os preços e a prestar melhor serviço”.

Gabriela destacou que os TUPs têm peso decisivo na movimentação nacional e vêm ampliando investimentos em infraestrutura, inovação e sustentabilidade, mas frisou que a ausência de obras e acessos públicos continua afetando a competitividade.

“A gente não consegue dotar o Brasil apenas com essa estrutura, então a gente precisa ter outros tipos de estrutura legítimas”, afirmou. Nesta quarta-feira (11), segundo ela, os terminais de uso privado respondem por 64,6% da movimentação portuária do País.

Papel catalisador

Pelo lado institucional, Keyla Boaventura afirmou que a atuação do TCU em arrendamentos e concessões é guiada pela celeridade e pela segurança jurídica.

Segundo ela, o Tribunal tem buscado atuar como “catalisador” desses processos, além de contribuir para aprimorar normas e identificar gargalos operacionais que reduzem a eficiência dos portos públicos.

Isonomia

Na mesma linha, Alber Vasconcelos disse que a Antaq também vem atuando para reduzir assimetrias e excessos burocráticos, mas ponderou que a solução não passa por criar regras diferentes para cada região do País. “Você tem que trabalhar tudo com isonomia”, afirmou.

Segundo o diretor, a agência tem autorizadas cerca de 1,6 mil empresas brasileiras de navegação em diferentes modalidades, o que exige uniformidade regulatória, ainda que haja espaço para aperfeiçoamentos no modelo.

Percepção

Apesar do diagnóstico de avanços na regulação e no amadurecimento institucional do setor, o painel deixou clara a percepção de que a celeridade buscada por TCU e Antaq ainda não se traduz, na mesma velocidade, em infraestrutura pública disponível para acompanhar a expansão dos investimentos privados nos portos brasileiros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026

SEGURANÇA JURÍDICA É APONTADA COMO CHAVE PARA NOVOS INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS

Especialistas destacam evolução institucional e defendem maior agilidade nas decisões para garantir expansão da infraestrutura no setor

Por Maurício Martins 11 de março de 2026



Gesner Oliveira, Luiz Fernando Garcia, Frederico Dias e Carlos Rafael Simões falaram sobre aprimoramento de órgãos públicos nos últimos anos (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)

Decisões rápidas, técnicas, baseadas em evidências e na legislação vigente. É o que buscam o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para dar segurança jurídica às empresas que desejam desenvolver projetos cada vez mais robustos nos portos.

Essa foi a ideia que fechou o primeiro painel do Summit TCU, nesta terça-feira (10), que teve como tema “O papel institucional do TCU nas demandas portuárias e marítimas no Brasil” e foi mediado pelo consultor de assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues.

Auditor-chefe da AudPortoFerrovia do TCU, a área técnica do Tribunal, Carlos Rafael Simões afirmou que a Corte de Contas tem buscado aprimorar seus processos para dar maior previsibilidade aos investimentos no setor. Segundo ele, a atuação passa por organizar fluxos de análise e contribuir para pacificar debates que surgem ao longo da estruturação de projetos portuários.

Simões explicou que o objetivo é garantir que as decisões sejam tomadas com base técnica e dentro das competências de cada instituição envolvida no processo. Para ele, a definição clara de papéis entre os órgãos do setor ajuda a qualificar a tomada de decisões e reduzir riscos de instabilidade regulatória. “O Tribunal recebe os estudos e procura dar sua contribuição, sempre no sentido de aprimorar e tentar pacificar questões que surgem nessas agendas”, afirmou.

Evolução institucional

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, que é servidor do TCU, destacou a evolução institucional do Tribunal na relação com o setor de infraestrutura. Segundo ele, quando ingressou na Corte, era comum ouvir críticas de que o órgão dificultava o avanço de projetos estratégicos no País.

Para Dias, esse cenário mudou ao longo dos últimos anos. “Havia uma pecha de que o TCU era o órgão que paralisava a infraestrutura do País. Hoje vemos um reposicionamento institucional do Tribunal de Contas para ajudar a solucionar os problemas do setor”, afirmou.

Ele também ressaltou que a agência reguladora tem buscado aperfeiçoar seus processos decisórios para garantir maior transparência e fundamentação técnica nas decisões.

De acordo com Dias, esse avanço contribui para que o controle exercido pelo tribunal respeite as escolhas regulatórias quando estas estão devidamente justificadas. Para o diretor-geral da Antaq, esse processo de amadurecimento institucional tem fortalecido o diálogo entre as instituições responsáveis pela formulação de políticas públicas, regulação e controle externo.

Frederico Dias defendeu que o setor avance na busca por maior agilidade nos processos decisórios, sem abrir mão da segurança jurídica necessária para atrair investimentos.



O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, recebeu o diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, durante a realização do Summit TCU, ontem, na sede da Corte de Contas (Divulgação)

Mudança institucional

O diretor-presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, afirmou que um dos principais desafios do setor é justamente garantir a cooperação entre os diferentes órgãos envolvidos na

estruturação de projetos.

De acordo com ele, o excesso de intervenções e disputas institucionais pode gerar insegurança jurídica e afastar investidores interessados em participar da expansão da infraestrutura portuária.

Garcia lembrou que o ambiente institucional mudou nos últimos anos e que houve evolução na relação entre as instituições. “Em 2013, todos desconfiavam de todos. Era o TCU desconfiando da agência e da autoridade portuária. Hoje temos um cenário muito mais maduro”, afirmou.

O diretor-presidente da Abeph ressaltou que o desafio permanece, mas que as instituições seguem trabalhando para melhorar a estrutura do sistema portuário brasileiro. “Não desistiremos. Seja Antaq, TCU, portos, academia. Porque o desenvolvimento da infraestrutura é um caminho a ser seguido. É nosso papel prover uma estrutura cada vez melhor e enfrentar os desafios que ainda existem”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

DO POSTO AO FRETE, GUERRA DO PETRÓLEO NO ORIENTE MÉDIO FERE O BOLSO NO NORDESTE

Conflito entre EUA, Israel e Irã paralisa rotas marítimas, dispara diesel 20%, leva gasolina a R\$ 7,50 no Nordeste e pressiona fretes e indústria regional por causa do petróleo

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Litro da gasolina passa dos R\$ 7,40 no Recife e clientes reclamam da alta por causa da guerra do petróleo no Oriente Médio. Foto: Matheus Ribeiro/Folha de Pernambuco

O barril de petróleo saltou de cerca de US\$ 60 para aproximadamente US\$ 100 nos últimos dias — e o Nordeste já sente o choque nas bombas e nas estradas. O diesel acumula alta de 20% nos postos da região e o setor de transporte de cargas já opera em modo de contenção: a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Nordeste (Fetracon) — entidade fundada em 1987, sediada no Recife, que

representa sindicatos em sete estados nordestinos — orientou suas filiadas a implantarem reajuste médio de 15% nos fretes enquanto aguardam o desfecho do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã.

Os preços nas bombas confirmam a pressão. Na Bahia, a gasolina chegou a R\$ 7,50 em Salvador e no interior — o maior patamar registrado no Nordeste —, após quatro reajustes em uma semana pela Acelen. Em Pernambuco, o combustível ultrapassou R\$ 7 na Região Metropolitana do Recife, levando o Procon Recife a autuar 12 postos nas Zonas Norte e Sul nesta quarta-feira (11 de março) por elevação sem justificativa. Na Paraíba, a gasolina chegou a R\$ 7 e o diesel a R\$ 8 em João Pessoa. No Piauí, postos em Teresina registravam gasolina a R\$ 6,39 ainda sem reajuste formal da Petrobras.

No Ceará, o Sindipostos-CE confirmou em nota que acompanha os impactos do conflito no mercado internacional e que distribuidoras têm justificado reajustes com base nesse cenário. A entidade reforçou que postos funcionam como repassadores: os aumentos nas bombas ocorrem quando há reajustes na origem, nas distribuidoras.

Em Alagoas, o presidente do Sindicombustíveis-AL, James Thorp Neto, afirmou que o mercado é livre em todas as etapas da cadeia — produção, distribuição e revenda — e que cabe a cada agente determinar reajustes com base em sua estrutura de custos individualmente, sem interferência do sindicato sobre os preços praticados nos postos.

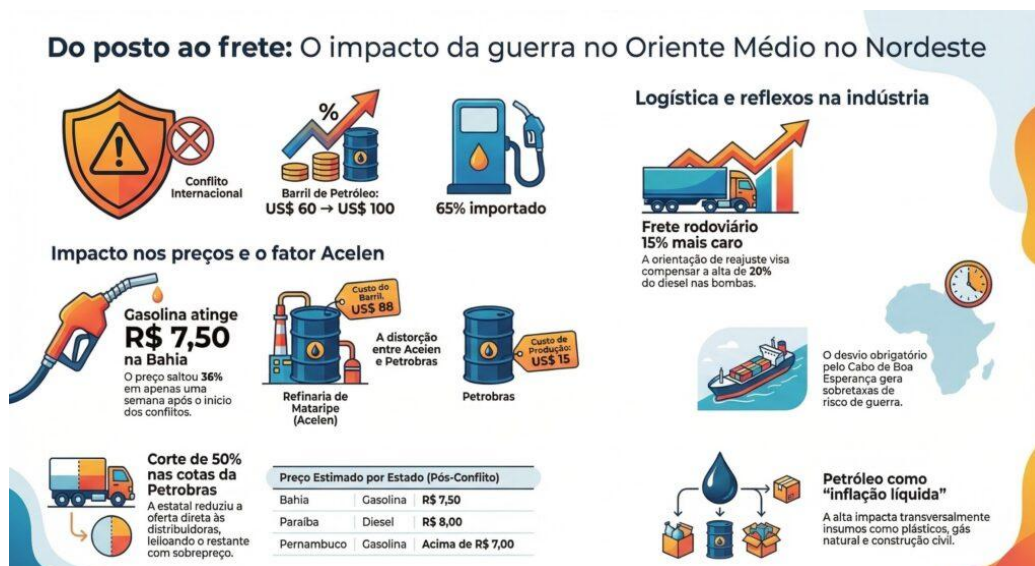
O quadro é estrutural para o Nordeste — região onde apenas 35% do combustível consumido provém da Petrobras, enquanto 65% vêm da refinaria da Acelen e de importadores, expondo o abastecimento regional diretamente à volatilidade do mercado internacional. Essa dependência foi destacada pelo presidente do Sindicombustíveis-PE, Alfredo Pinheiro Ramos, que afirmou que a tendência é de alta persistente enquanto o conflito não tiver desfecho.

Acelen pratica preço internacional e amplifica impacto na Bahia

O caso baiano revela a dimensão estrutural do problema. Antes da escalada do conflito, o litro da gasolina era vendido em média a R\$ 5,50 no estado. Em uma semana, o valor ultrapassou R\$ 7 — alta de cerca de 36% — após quatro reajustes promovidos pela Acelen, empresa responsável pela Refinaria de Mataripe desde a privatização em 2021.

Diferentemente da Petrobras, que abandonou a Paridade de Preço Internacional (PPI) há cerca de três anos, a Acelen mantém política de preços atrelada ao mercado externo. O secretário-executivo do Sindicombustíveis Bahia, Marcelo Travassos, explicou a distorção: enquanto as refinarias próprias da Petrobras recebem petróleo a um custo entre US\$ 11 e US\$ 15 por barril, a Refinaria de Mataripe paga cerca de US\$ 88 — o preço internacional. “Isso sim é um absurdo”, afirmou.

Diante da disparada, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) solicitou ao Cade a abertura de investigação para apurar possíveis distorções no mercado de combustíveis em alguns estados, incluindo a Bahia. O diesel acumula alta de R\$ 0,80 e a gasolina de R\$ 0,52 desde o início do conflito no estado, segundo Travassos, que alertou para impactos no mercado de trabalho e no custo de vida caso a situação se prolongue.



Do posto ao frete: Impacto da Guerra do Oriente Médio no Nordeste
Arte: IA/ME

Petrobras corta cotas e realiza leilão acima do preço de refinaria

Sem anunciar reajuste formal, a Petrobras adotou mecanismo que resultou em aumento efetivo para as distribuidoras. A estatal convocou reunião com distribuidoras, reduziu as cotas de venda em 50% e ofertou o volume restante em leilão pelo preço do mercado internacional — R\$ 1,80 acima do valor praticado nas refinarias. “A Petrobras não anunciou o aumento, cortou as cotas pela metade. Ofertou a outra metade do diesel no leilão e vendeu por um preço R\$ 1,80 acima do que a estatal comercializa nas suas refinarias”, afirmou Ramos. O diesel adquirido nessas condições começa a ser entregue a partir de 16 de março.

A repercussão na cadeia é direta: distribuidoras que compraram mais caro repassam aos postos, que repassam ao consumidor. “A relação de consumo só estoura no posto de gasolina”, completou o dirigente. Em nota, a Petrobras reiterou compromisso com atuação responsável e informou não antecipar decisões sobre manutenção ou reajustes de preços “por questões concorrenciais”. O Cade informou que avaliará os indícios para verificar se há elementos suficientes para abertura de investigação, sem comentar o caso por ora.

Rotas bloqueadas encarecem frete marítimo e pressionam setor já fragilizado



No plano logístico global, o conflito praticamente paralisou o tráfego comercial pelo Estreito de Ormuz — rota responsável por cerca de 20% do abastecimento mundial de petróleo. O presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac-PE, Bernardo Peixoto, afirmou que as principais armadoras já anunciaram a suspensão completa da passagem pelo estreito, pelo Bab el-Mandeb e pelo Canal de Suez, obrigando navios-tanque e embarcações de contêineres a desviar pelo Cabo da Boa Esperança — trajeto que adiciona entre 10 e 14 dias ao tempo de trânsito e eleva custos operacionais por meio de sobretaxas de risco de guerra e aumento emergencial de consumo de combustível.

O resultado é alta nas tarifas das rotas Ásia-Brasil, com impacto direto sobre importações de insumos e exportações de commodities como soja, minério de ferro, carne e açúcar. Segundo Peixoto, empresas de logística, transportadoras, armazéns e operadores portuários enfrentam margem de lucro comprimida e necessidade de repassar custos aos clientes, com prazos de entrega mais longos e preços mais altos ao consumidor final.

O choque chega sobre um setor já pressionado. Levantamento da NTC&Logística referente ao primeiro trimestre de 2025 — anterior ao conflito — mostrava que 62% das empresas de transporte de cargas no Brasil relatavam redução na rentabilidade, e 47% estavam renegociando contratos ou reduzindo rotas para manter a operação viável.

A plataforma Transvias, que reúne mais de 12 mil transportadoras cadastradas, registrou crescimento de 39,5% nas buscas por cotações de fretes fracionados em 2024 — de 693 mil para quase 971 mil consultas —, com destaque para o Nordeste, que liderou a expansão com alta de 90,46%. O modelo fracionado avançou como resposta à pressão de custos, mas não elimina a vulnerabilidade estrutural do setor diante de choques externos como o atual.

Fiepe alerta para transversalidade do petróleo

O impacto não se restringe ao combustível para veículos. Maurício Laranjeiras, gerente de Política Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), destacou que o petróleo funciona como insumo transversal na estrutura produtiva. “O petróleo é muito transversal na indústria: serve como matéria-prima para vários tipos de indústrias, como por exemplo a de plásticos, que vai sofrer com o aumento dos seus insumos”, afirmou. A pressão se propaga para a construção civil, que depende de derivados plásticos, para fornos industriais abastecidos por gás natural e para o coque de petróleo utilizado em processos metalúrgicos.

Para indústrias que importam matéria-prima derivada do petróleo, Laranjeiras mapeou uma tripla exposição simultânea: alta no custo do insumo, encarecimento do frete marítimo e aumento do custo logístico rodoviário interno — em um país cujo setor industrial é “muito dependente do modal rodoviário”. O dirigente ressaltou ainda que o cenário se soma a outros fatores de pressão já existentes, como taxa de juros elevada. “O petróleo é inflação líquida”, sintetizou Laranjeiras, ao descrever o efeito cascata sobre o consumidor final.

O desfecho do conflito permanece indefinido, e o ritmo de repasse dos custos ao longo da cadeia — do frete internacional ao posto de combustível — dependerá da duração e intensidade da instabilidade nas rotas do Oriente Médio.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/03/2026

PORTO REVERTE BLOQUEIO E RETOMA TRAMITAÇÃO DOS VETOS DE RAQUEL À LOA 2026

Após liminar do TJPE, presidente da Alepe libera vetos da governadora Raquel Lyra à LOA 2026. Tramitação começa na próxima semana com prazo de 30 dias

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Nesta quarta-feira (11), a governadora Raquel Lyra cobrou apreciação da LOA 2026 e apostava em aprovação unânime. Foto: Davi de Queiroz/Folha de Pernambuco

O presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Álvaro Porto (MDB), publicou nesta quarta-feira (11) ato que retoma a tramitação dos vetos da governadora Raquel Lyra (PSD) à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. A medida reverte decisões anteriores do próprio Porto, que em dezembro de 2025 havia arquivado

as mensagens de veto enviadas pelo Executivo estadual. O prazo estabelecido para a tramitação é de 30 dias, com início previsto para a próxima semana nas comissões permanentes da Casa.

O ato publicado no Diário Oficial do Legislativo cita o cumprimento de liminar expedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), obtida pelo governo estadual em mandado de segurança, que suspendera os efeitos dos atos da Presidência da Alepe que bloqueavam a análise dos vetos.

Porto manteve o entendimento de que houve vícios formais na apresentação das mensagens pelo Executivo, mas liberou a tramitação para preservar a segurança jurídica do processo legislativo orçamentário. Após análise nas comissões, os vetos seguirão para votação definitiva no plenário, onde os 49 deputados estaduais decidirão pela manutenção ou derrubada dos cortes da governadora.

Origem do conflito e disputa orçamentária

O conflito tem origem na tramitação da LOA 2026 na Alepe. A Comissão de Finanças e Orçamento aprovou emenda que reduziu de 20% para 10% o limite de remanejamento de recursos entre unidades orçamentárias. A governadora vetou o dispositivo. Porto devolveu a mensagem de veto e promulgou a versão aprovada pelos deputados, sem submeter os vetos ao plenário.

O governo estadual ingressou com mandado de segurança no TJPE e encaminhou à Alepe novo projeto de lei para restabelecer o percentual de remanejamento em 20%. O orçamento em disputa, fixado na EI nº 19.127, estima receita e despesa em R\$ 62,7 bilhões — R\$ 60,7 bilhões no Orçamento Fiscal e R\$ 1,96 bilhão no Orçamento de Investimentos das estatais.

O veto encaminhado para análise refere-se à emenda que reestimou a receita orçamentária com acréscimo de R\$ 280 milhões sem respaldo técnico, classificado pelo Executivo como inconstitucional.

Julgamento no TJPE e próximos passos da LOA 2026

No TJPE, o relator do mandado de segurança, desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, emitiu parecer favorável ao governo estadual. Dos 20 desembargadores que compõem a turma, 17 já votaram a favor do Executivo. O processo está suspenso após pedido de vistas do desembargador Ricardo Paes Barreto, que alegou que fatos posteriores à instauração do mandado podem influenciar o resultado. Não há prazo definido para apresentação do voto.

Paralelamente, o projeto que restabelece o percentual de remanejamento em 20% aguarda votação na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe — na sessão de terça-feira (10), a votação não ocorreu por falta de quórum.

A governadora Raquel Lyra cobrou celeridade nesta quarta-feira, afirmando que Pernambuco é o único estado do país sem orçamento aprovado e que a lentidão na tramitação compromete investimentos, custeio de operações ordinárias e a execução regular das despesas públicas. O próximo passo formal é a análise pelas comissões permanentes, sem data definida para a pauta no plenário.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/03/2026

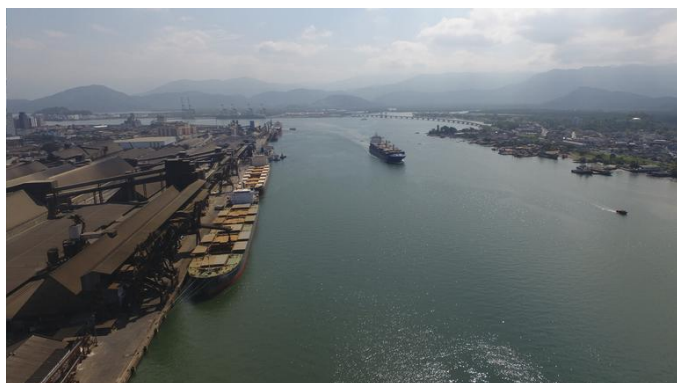


Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ ABRE CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Período para envio de contribuições vai de 17 de março a 2 de maio e visa aprimorar documentos técnicos e jurídicos do processo licitatório



Brasília, 11/03/2026 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará consulta e audiência públicas a fim de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao processo licitatório da Concessão do Canal de Acesso do Porto Organizado de Santos (SP). Os usuários e agentes do setor aquaviário nacional - além dos demais interessados, terão dos dias 17/03/2026 a 02/05/2026 para enviarem suas contribuições. As minutas jurídicas e os documentos técnicos

estarão disponíveis no link destinado à Audiência Pública nº 02/2026.

Audiência Pública

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre os documentos relativos ao projeto da concessão, será realizado evento de audiência pública em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Contribuições

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas, dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 02/05/2026, exclusivamente nos moldes do formulário eletrônico disponível no site e, não sendo aceitas contribuições enviadas por outros meios.

Imagens digitais - tais como mapas, plantas e fotos, poderão ser anexadas e enviadas pelo e-mail anexo_audiencia022026@antag.gov.br. As contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais - cujos endereços encontram-se disponíveis no site da ANTAQ, bem como todas as contribuições recebidas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 11/03/2026

ANTAQ FIRMA PARTICIPAÇÃO NO EVENTO SUMMIT TCU, EM BRASÍLIA (DF)

Debates de relevância para o setor portuário marcaram a tarde desta terça-feira (10), com destaque para papel da Agência na mediação do diálogo entre o governo, gestores e setor privado



Banner Summit TCU 02.png

Brasília, 10/03/2026 - Reunir integrantes de significância para o setor portuário e aquaviário, além de trazer o tema para a centro administrativo do país: esse foi um dos objetivos do Summit TCU, evento que o grupo Tribuna - com o apoio da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), proporcionou e cujo qual, à convite, a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) fez parte nesta terça-feira (10).

O encontro aconteceu no auditório do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília (DF).

A ANTAQ tem conquistado cada vez mais visibilidade no cenário mundial por sua atividade de desburocratização e mediação responsiva, demonstrando maturidade institucional. E o painel “As demandas e o papel do Estado para garantir celeridade no desenvolvimento do setor portuário e marítimo” expôs a importância do tema para o setor.

Representando a Agência, o diretor-geral, Frederico Dias, elogiou a oportunidade de diálogo, reforçando que esse é o viés defendido pela ANTAQ: “Precisamos ter decisões céleres e que proporcionem segurança jurídica. E ambientes de diálogo institucional são sempre os melhores para gerarmos as soluções dos problemas que podemos vir a enfrentar”.

O diretor Alber Vasconcelos também esteve presente no evento. Ele destacou a atuação da Agência para a viabilização de projetos de infraestrutura. “O setor portuário é responsável por mais de 96% do nosso comércio exterior. Temos a responsabilidade e a obrigação de dotar o setor com segurança jurídica para atrair investimentos, que são de longo prazo, com uma regulação eficiente e transparente”. E concluiu, salientando a relevância da ANTAQ: “A infraestrutura tem que ser tratada de forma diferente e com responsabilidade”.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/03/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

O CAMINHO DO EDITAL: ENTENDA TODAS AS ETAPAS DE UMA CONCESSÃO PÚBLICA

Participação popular e transparência nos projetos transformam a infraestrutura brasileira.



O leilão, frequentemente realizado na Bolsa de Valores (B3), é o momento em que a iniciativa privada apresenta suas propostas - Foto: Adobe Stock

No cenário de busca constante por desenvolvimento e eficiência, as concessões públicas aparecem como uma via fundamental para a modernização da infraestrutura brasileira. Ao promover a parceria entre o setor público e a iniciativa privada, o Brasil tem impulsionado projetos de grande porte, garantindo investimentos, inovação e, sobretudo, a melhoria contínua dos serviços prestados à

população.

Todo grande projeto de concessão pública tem sua origem em um planejamento estratégico bem desenvolvido. A identificação da necessidade de expansão ou modernização de uma infraestrutura, seja ela um porto, aeroporto ou rodovia, geralmente parte de análises realizadas por ministérios e órgãos governamentais. No caso do setor portuário, por exemplo, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) é o protagonista. O objetivo é claro: atrair o capital privado para setores que demandam altos investimentos, liberando o governo para redirecionar recursos públicos para áreas essenciais como saúde e educação, e garantindo que o interesse público seja sempre o norteador de cada etapa.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, o processo é conduzido com base em critérios técnicos e responsabilidade institucional. “Cada concessão nasce de um planejamento técnico rigoroso e de um compromisso com o interesse público. O objetivo é garantir investimentos, ampliar a eficiência da infraestrutura e melhorar os serviços prestados à população, sempre com transparência, participação social e segurança jurídica em todas as etapas”, destacou o secretário.

“Cada concessão nasce de um planejamento técnico rigoroso e de um compromisso com o interesse público”

Otto Luiz Burlier

Estudos de viabilidade

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), como agência reguladora do setor, assume papel central nessa etapa. É nesse momento que é elaborado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTea).

Esse documento é considerado a espinha dorsal de qualquer concessão, pois detalha o modelo de negócio, os investimentos necessários (Capex), os custos operacionais (Opex), a demanda prevista para o serviço e o prazo ideal da concessão.

De acordo com o diretor do Departamento de Navegação e Fomento do MPor, Daniel Aldigueri, o planejamento técnico é o que assegura equilíbrio e sustentabilidade ao contrato. “Quando estruturamos uma concessão, estamos desenhando um projeto de longo prazo. Os estudos avaliam demanda, investimentos e sustentabilidade do contrato para assegurar equilíbrio econômico e qualidade na prestação do serviço. O resultado é mais capacidade operacional, geração de empregos e infraestrutura moderna que beneficia diretamente usuários, trabalhadores e empresas”, concluiu.

Democracia e transparência

Em todas as concessões no Brasil há participação social. Após a conclusão dos estudos de viabilidade, a Antaq disponibiliza toda a documentação para consulta e audiência pública. Esse é um momento crucial para que empresas, especialistas, entidades de classe e cidadãos possam analisar o projeto, apresentar sugestões, críticas e contribuições.

O CAMINHO DA CONCESSÃO:

As Etapas Detalhadas da Transformação



OBJETIVO FINAL: Garantir eficiência nos serviços públicos, permitindo que a concessionária explore a atividade (ex: pedágio) enquanto assume responsabilidades por obras e manutenção.



As audiências públicas, sejam presenciais ou virtuais, promovem um debate aberto e democrático com a sociedade civil, permitindo que o projeto seja refinado e aprimorado, incorporando diferentes perspectivas e garantindo que necessidades sociais sejam contempladas.

Análise do TCU

E antes que qualquer projeto de concessão avance para o leilão, ele passa pela análise do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia todos os aspectos do processo, verificando a legalidade, a economicidade e a viabilidade da proposta. Essa etapa é fundamental para garantir a segurança jurídica da concessão, proteger o erário público e assegurar que as condições sejam justas e equilibradas para todas as partes envolvidas.

O TCU pode solicitar ajustes ou esclarecimentos, emitindo acórdãos que direcionam o aprimoramento do projeto.

Leilão na B3

Com o aval do TCU, a Antaq publica o edital do leilão, que define as regras da disputa entre os interessados. O leilão, frequentemente realizado na Bolsa de Valores (B3), é o momento em que a iniciativa privada apresenta suas propostas. A disputa pode ocorrer com base em critérios como maior outorga ou menor tarifa.

A conclusão do leilão marca o início de um novo ciclo de investimentos, modernização e geração de oportunidades.

Um exemplo emblemático do impacto das concessões é o projeto do Terminal Tecon Santos 10 (STS10), no Porto de Santos, o maior complexo portuário da América Latina. O terminal de contêineres prevê investimento de R\$ 6,4 bilhões e está em fase final de ajustes após recomendações do TCU.

A concessão do Tecon Santos 10 representa um salto importante para o porto, com expectativa de aumento significativo da capacidade de movimentação de cargas, geração de milhares de empregos diretos e indiretos e incorporação de novas tecnologias para tornar o comércio exterior brasileiro mais eficiente.

Legado das concessões

As concessões públicas, especialmente no setor portuário, contribuem para aumentar a eficiência logística do país, reduzir custos para exportadores e importadores e tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. Além disso, esses projetos geram empregos desde a fase de construção até a operação das estruturas. A arrecadação de outorgas também contribui para os cofres públicos, enquanto a modernização da infraestrutura ocorre sem pressionar diretamente o orçamento federal.

As concessões representam, portanto, uma forma de ampliar investimentos, melhorar serviços e fortalecer a infraestrutura logística do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/03/2026

GOVERNO DO BRASIL ANUNCIA R\$ 2,08 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO PARANÁ

Anúncio inclui obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá, Porto de Paranaguá e no aeroporto regional de Maringá

O Presidente da República, Luís Inácio da Silva, e os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e dos Transportes, Renan Filho, participam nesta quinta-feira (12) da cerimônia de anúncio de investimentos do Governo do Brasil em rodovias, portos e aeroportos do estado do Paraná. O ato será realizado no Palácio do Planalto, às 15h.

Pelo Ministério dos Transportes, serão assinadas duas ordens de serviço: uma para o início de obras que trarão melhorias para o tráfego urbano de Maringá e outra que terá papel estratégico no escoamento da produção agrícola do noroeste do Paraná. O investimento nas duas obras é de R\$ 730 milhões. A ordem de serviço sobre o tráfego urbano diz respeito ao Contorno Sul Metropolitano de Maringá, na BR-376/PR. Com investimento de R\$ 409 milhões, a obra vai desafogar o fluxo intenso de veículos, especialmente de cargas. A outra autorização é para executar o quarto e último trecho da BR-487/PR, conhecida como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. A obra, com aporte de R\$ 321,2 milhões, abrange 37 quilômetros e corresponde ao último segmento necessário para concluir a ligação entre Campo Mourão, na região central do Paraná, e a divisa com Mato Grosso do Sul. A rodovia conecta áreas produtoras de grãos ao Porto de Paranaguá.

Pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), serão anunciadas a autorização da licitação das obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros e de modernização da torre de controle do Aeroporto Regional de Maringá (PR), com investimento de R\$ 129,1 milhões, e a assinatura do contrato de concessão para exploração e administração da infraestrutura do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá, estimado em R\$ 1,23 bilhão.

Os investimentos integram o conjunto de ações do Governo do Brasil para fortalecer a infraestrutura logística do país, ampliar a capacidade de escoamento da produção e aumentar a competitividade da economia

Credenciamento

Profissionais de veículos de imprensa interessados em cobrir o evento devem solicitar credenciamento diário no **Sistema da Presidência da República** (<https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/cobertura-diaria>). Também será aceita a credencial anual de 2025 do Palácio do Planalto.

Serviço

O quê: Cerimônia de anúncio de investimentos do Governo do Federal em rodovias, portos e aeroportos do estado do Paraná

Quando: Quinta-feira, 12 de março

Horário: 15h

Onde: Palácio do Planalto

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/03/2026

BELÉM (PA) CONCENTRA MAIOR FLUXO DA AVIAÇÃO DA REGIÃO NORTE EM JANEIRO

Aeroporto da capital paraense recebeu mais de 332 mil passageiros no mês e lidera ranking regional de movimentação



O crescimento da aviação na Região Norte acompanha os investimentos em infraestrutura aeroportuária conduzidos pelo Ministério de Portos e Aeroportos - Foto: Ricardo Botelho

Com 332.520 passageiros registrados em janeiro de 2026, o Aeroporto de Belém liderou a movimentação aérea da Região Norte e se manteve como um dos principais pontos de conexão da aviação regional. Os dados constam no Relatório de Demanda e Oferta da Agência

Nacional de Aviação Civil (Anac). Na sequência aparece o Aeroporto de Manaus (AM), com 271.703



passageiros, o equivalente a 28,3% da movimentação analisada. Também se destacam os aeroportos de Palmas (TO), com 62.767 passageiros, Macapá (AP), com 50.903, e Porto Velho (RO), com 49.552, que completam o grupo dos principais terminais da região em volume de viajantes.

Na comparação com o mesmo período de 2025, os números indicam avanço na demanda aérea. O Aeroporto de Belém passou de 316.791 passageiros para 332.520, registrando crescimento de 4,9%. Já Manaus apresentou aumento de 1,8%, ao passar de 266.863 para 271.703 passageiros no mesmo intervalo, reforçando a tendência de fortalecimento da malha aérea regional.

A capital paraense também lidera em número de operações. Foram 2.559 decolagens registradas no mês, o que representa 31,14% do total analisado. Manaus aparece em seguida, com 2.424 voos (29,50%), consolidando os dois aeroportos como os principais polos de conectividade da Região Norte. Palmas aparece com 490 decolagens (5,96%), Porto Velho, com 345 (4,20%), Macapá, com 341 (4,15%) e Santarém, com 340 voos (4,14%). O levantamento inclui ainda Rio Branco (246 decolagens; 2,99%), Marabá (243; 2,96%), Parauapebas (210; 2,56%) e Boa Vista (189; 2,30%), evidenciando o papel estratégico da região na dinâmica do transporte aéreo doméstico e na integração territorial do país.

“A aviação regional tem papel essencial na integração da Amazônia e no desenvolvimento das cidades do Norte do país. Por isso, o Governo Federal tem priorizado investimentos em infraestrutura, tecnologia e segurança operacional, garantindo melhores condições para os aeroportos e ampliando a conectividade da região com o restante do Brasil”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“A aviação regional tem papel essencial na integração da Amazônia e no desenvolvimento das cidades do Norte do país”
Silvio Costa Filho

No recorte por fluxo entre regiões, a maior movimentação ocorreu na ligação Sudeste–Norte, com 188.387 passageiros, o equivalente a 39,01% do total. Em seguida aparecem os voos dentro da própria Região Norte, que somaram 145.196 passageiros (30,07%), evidenciando a importância da aviação para a mobilidade interna em uma área marcada por grandes distâncias e desafios logísticos. As conexões entre Norte e Centro-Oeste registraram 98.172 passageiros (20,33%), enquanto as rotas Norte–Nordeste contabilizaram 50.883 passageiros (10,54%).

Além do transporte de passageiros, a movimentação de cargas também se destaca. Em janeiro, o Aeroporto de Manaus liderou o ranking com 7,16 milhões de quilos transportados, o equivalente a 70,17% da participação entre os principais aeroportos do Norte. Na sequência aparecem Belém, com 1,87 milhão de quilos (18,36%), e Macapá, com 195,2 mil quilos (1,91%). Também se destacam Palmas (184,5 mil kg), Santarém (160,5 mil kg) e Porto Velho (158,7 mil kg), formando um conjunto de terminais que sustentam a logística aérea regional.

Investimentos

O crescimento da aviação na Região Norte acompanha os investimentos em infraestrutura aeroportuária conduzidos pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Para o ciclo 2026–2027, estão previstos R\$ 672,4 milhões destinados a obras, estudos e melhorias em dez aeroportos da região. As intervenções incluem modernização de terminais, implantação de equipamentos de segurança e adequações operacionais em cidades da Amazônia Legal, com o objetivo de ampliar a conectividade aérea e fortalecer a integração regional.

Entre as iniciativas recentes está a instalação de uma Estação Meteorológica de Altitude Automatizada (EMA-A) no aeroporto de Barcelos, no Amazonas. O equipamento recebeu investimento de R\$ 4,8 milhões e integra a carteira de projetos voltados ao fortalecimento da segurança e da eficiência das operações aéreas em aeroportos regionais.

As ações fazem parte da estratégia do Governo Federal de ampliar a infraestrutura aeroportuária em áreas remotas da Amazônia, onde o transporte aéreo é essencial para a mobilidade da população, o desenvolvimento do turismo e a integração econômica da região com o restante do país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/03/2026

MPOR CONCLUI INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA AUTOMATIZADA NO AEROPORTO DE BARCELOS (AM)



Equipamento recebeu investimento de R\$ 4,8 milhões e reforça a segurança das operações aéreas na região amazônica

Estação meteorológica automatizada no aeroporto de Barcelos (AM). - Foto: Divulgação/Mpor

Automatizada (EMA-A) no aeroporto de Barcelos. O investimento de R\$ 4,8 milhões integra a carteira de projetos voltados ao fortalecimento da infraestrutura e da segurança da aviação em aeroportos regionais do país.

“Estamos investindo em tecnologia e infraestrutura para garantir mais segurança às operações aéreas e ampliar a integração da região amazônica ao restante do país. Melhorar a estrutura dos aeroportos regionais significa fortalecer o turismo, estimular a economia local e assegurar mais qualidade nos serviços prestados à população”, explicou o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho.

As EMA-A são sistemas utilizados para coletar e processar dados meteorológicos da atmosfera, como temperatura, umidade e pressão. As informações são obtidas por meio de uma radiossonda acoplada a um balão meteorológico que é lançado e envia dados durante a subida, permitindo a análise das condições atmosféricas desde a superfície até camadas mais elevadas da atmosfera.

O objetivo principal do equipamento é aprimorar os serviços meteorológicos de análise, vigilância e previsão do tempo nas áreas das Regiões de Informação de Voo. A tecnologia é especialmente importante em regiões onde o acesso permanente de equipes técnicas é limitado, contribuindo para aumentar a segurança e a confiabilidade das operações aéreas.

Outro diferencial das estações é o sistema automatizado de lançamento dos balões meteorológicos. A tecnologia permite o funcionamento contínuo mesmo em locais remotos e de difícil acesso, característica fundamental para a região amazônica, onde as condições geográficas e climáticas podem dificultar o monitoramento meteorológico tradicional.

Localizado a cerca de 400 quilômetros de Manaus, o aeroporto de Barcelos tem papel estratégico na mobilidade da região. O terminal atende principalmente voos regionais e é um importante porta de entrada para o município, que se destaca pelo turismo de natureza.

Barcelos é reconhecida internacionalmente como um dos principais destinos de pesca esportiva do tucunaré na Amazônia, atividade que atrai visitantes do Brasil e do exterior. A melhoria da infraestrutura aeroportuária e dos sistemas de apoio à navegação aérea contribui para fortalecer o turismo, ampliar a conectividade e apoiar o desenvolvimento econômico da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/03/2026

BRASIL E IRLANDA REALIZAM NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÕES SOBRE SERVIÇOS AÉREOS

Apoiada pelo Ministério de Portos e Aeroportos, proposta da Anac prevê a 5ª liberdade em voos que partem daqui para o território irlandês



Oportunidade de expansão da aviação entre Brasil e Irlanda - Foto: Sérgio Francês/MPor

Representantes do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) receberam uma comitiva da Irlanda para mais uma rodada de negociações sobre serviços aéreos. A proposta do governo brasileiro é flexibilizar o acordo bilateral vigente para garantir a chamada 5ª liberdade às empresas aéreas, com voos diretos para a Irlanda. Trata-se de um direito que permite às companhias embarcarem e desembarcarem passageiros ou cargas

em um ponto intermediário de uma determinada rota. Na prática, as aeronaves que partem do Brasil, com destino à capital irlandesa, Dublin, poderiam seguir de lá para outros países da Europa, por exemplo, antes de retornarem para cá.

Durante a reunião realizada no MPor, o ministro Silvio Costa Filho pontuou que o acordo bilateral é uma grande oportunidade de expansão da aviação entre os países e também de alavancar o turismo na América Latina e na Europa. “Esse é um marco para os dois governos, que vêm demonstrando interesse mútuo em abrir novos mercados e em fortalecer o modal que mais transporta pessoas no mundo em viagens de longa distância. No que depender do Ministério de Portos e Aeroportos e do governo federal, o acordo será celebrado em breve, abrindo caminhos para a operação aérea entre as nações”, afirmou.

“Esse é um marco para os dois governos, que vêm demonstrando interesse mútuo em abrir novos mercados e em fortalecer o modal que mais transporta pessoas no mundo”

Silvio Costa Filho

O secretário executivo do MPor, Tomé Franca, explicou ao ministro dos Transportes da Irlanda, Darragh O'Brien, porque o entendimento da Anac deve ser seguido. “É preciso garantir a sustentabilidade comercial neste tipo de operação. O princípio da 5ª liberdade, portanto, é indispensável para isso, ressaltou.

Ao agradecer por todos os esforços do Brasil, o ministro irlandês afirmou que o governo irlandês está inteiramente empenhado com esse projeto, “que é significativo para o turismo e o comércio, além de fortalecer ainda mais os laços crescentes entre os nossos povos”, declarou.

A secretária de Aviação Civil substituta, Clarissa Barros, afirmou que a maioria dos acordos de serviços aéreos, firmados pelo governo brasileiro com outras nações, já prevê um movimento mais livre às empresas aéreas. Porém, no caso do governo irlandês, eles são mais restritivo. Segundo Clarissa, no encontro desta terça-feira (10), o governo irlandês mostrou disposição para incluir a 5ª liberdade no acordo multilateral desde que aprovada rota a rota. “Ou seja, a Irlanda daria o aval para cada rota acontecer em 5ª liberdade, o que não é a prática da Anac,” explicou a secretária.

Durante a reunião, a Anac foi representada pelo assessor internacional substituto, Diego José Pereira da Silva, e pelo gerente da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos, Roque Felizardo da Silva. O representante da Anac disse que uma contraproposta ao texto da Irlanda será apresentada pela agência já nos próximos dias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/03/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MEDALHA JK: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECEBE HONRARIA DA CNT POR ATUAÇÃO DESTACADA NA INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL E MOBILIDADE URBANA DO PAÍS

Honraria foi concedida ao secretário Nacional de Trânsito, Adrauldo Catão, e ao subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides



Trabalho desenvolvido pela Senatran e pela Subsecretaria de Sustentabilidade ganha destaque por ampliar serviços digitais e integrar critérios ambientais aos projetos de transportes. - Foto: Marcio Ferreira/MT

O Ministério dos Transportes ampliou investimentos em infraestrutura, fortaleceu a sustentabilidade nos projetos e avançou em iniciativas de inclusão social como a CNH do Brasil. As ações foram destacadas pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) nesta quarta-feira (11), durante a cerimônia de entrega da Medalha JK - Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro. A honraria reconhece personalidades que contribuem para o desenvolvimento do setor de transporte e logística no país.

“Quando olhamos para a atuação do Executivo, não posso deixar de reconhecer o trabalho que tem sido feito para garantir mais recursos para a infraestrutura e a mobilidade, a construção coletiva para caminhos de transportes ambientalmente mais sustentáveis e o olhar atento às melhorias na segurança do transporte, além da qualificação da mão de obra com a nova CNH do Brasil”, destacou o presidente da CNT, Vander Francisco Costa.

Na cerimônia, o secretário nacional de Trânsito, Adrauldo Catão, e o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, receberam a Medalha JK na categoria Oficial.

Mobilidade urbana

Na Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Adrauldo Catão coordena a execução da Política Nacional de Trânsito e articula ações com estados e municípios para fortalecer a segurança viária e ampliar a oferta de serviços digitais aos cidadãos. “Esse reconhecimento é fruto do trabalho da Senatran, do Ministério dos Transportes e de todos os servidores que se dedicaram para entregar avanços importantes para os brasileiros”, afirmou.

Catão destacou que as ações conduzidas pela Secretaria têm impacto direto na redução da burocracia e no fortalecimento das políticas de mobilidade. “São medidas que reduzem custos, melhoram a eficiência das políticas públicas e fortalecem a segurança viária, o que também contribui para o crescimento da economia brasileira”, disse.

Entre as iniciativas recentes, o secretário citou o programa CNH do Brasil, que ampliou o acesso à primeira habilitação e facilitou a oferta de serviços digitais aos cidadãos. Segundo ele, a Senatran também avançou com a renovação automática da CNH, a credencial de estacionamento digital e a ampliação das funcionalidades no aplicativo CNH do Brasil, além da elaboração de guias técnicos para apoiar municípios na implementação de políticas de trânsito.



Infraestrutura sustentável

A agenda de sustentabilidade também ganhou destaque durante a cerimônia. À frente da Subsecretaria de Sustentabilidade do Ministério, Cloves Benevides pontuou que os projetos de transportes passaram a incorporar critérios ambientais desde a fase de planejamento, com metas e instrumentos voltados à redução de impactos e à ampliação da responsabilidade socioambiental.

“Sustentabilidade hoje é premissa. Temos debêntures baseadas nesse princípio, investimentos em planos ambientais nos contratos de rodovias e ferrovias e um compromisso inarredável de participação no Fundo Clima e em outros mecanismos”, explicou.

O subsecretário ressaltou que o Ministério também avançou no acompanhamento de indicadores ambientais e na estruturação de políticas voltadas à transição para um sistema de transportes mais sustentável.

“Fizemos inventário das emissões, definimos novos programas e aprimoramos continuamente os processos de negociação com as comunidades impactadas durante o licenciamento dos projetos de infraestrutura do Brasil”, afirmou.

Medalha JK

Instituída em 1991, a Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro - Medalha JK é concedida pela Confederação Nacional do Transporte a personalidades que se destacam pela prestação de serviços relevantes ao setor de transporte e logística.

A honraria é dividida em três categorias: Grã-Cruz, concedida uma vez por ano ao mais alto nível; Grande Oficial; e Oficial, estas últimas concedidas até seis vezes ao ano.

O prêmio leva o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek em reconhecimento ao papel central que ele teve na modernização da infraestrutura do país e no avanço do setor.

Em 2025, o ministro dos Transportes, Renan Filho, recebeu a medalha na categoria Grã-Cruz, o mais alto grau da distinção.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/03/2026

PRESIDENTE LULA E MINISTRO RENAN FILHO AUTORIZAM OBRAS DO CONTORNO SUL METROPOLITANO DE MARINGÁ (PR) E DE TRECHO DA ESTRADA BOIADEIRA

Investimento é de R\$ 730 milhões; obras vão melhorar o tráfego urbano e o escoamento da produção agrícola no noroeste do Paraná

AVISO DE PAUTA - Lula e Renan Filho autorizam obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá e de trecho da Estrada Boiadeira

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, assinam nesta quinta-feira (12), duas ordens de serviço: uma para o início de obras que trarão melhorias para o tráfego urbano de Maringá e outra que terá papel estratégico no escoamento da produção agrícola do noroeste do Paraná. O investimento nas duas obras é de R\$ 730 milhões.

A ordem de serviço sobre o tráfego urbano diz respeito ao Contorno Sul Metropolitano de Maringá, na BR-376/PR. Com investimento de R\$ 409 milhões, a obra vai desafogar o fluxo intenso de veículos, especialmente de cargas.

A outra autorização é para executar o quarto e último trecho da BR-487/PR, conhecida como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. A obra, com aporte de R\$ 321,2 milhões, abrange 37 quilômetros e corresponde ao último segmento necessário para concluir a ligação entre

Campo Mourão, na região central do Paraná, e a divisa com Mato Grosso do Sul. A rodovia conecta áreas produtoras de grãos ao Porto de Paranaguá.

A cerimônia também contará com a assinatura, pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), do contrato de concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Enquanto o Ministério dos Transportes melhora a infraestrutura rodoviária e facilita o escoamento da produção agrícola até o litoral, o MPor amplia a capacidade do terminal paranaense para receber mais embarcações e aumentar a movimentação de cargas. As duas ações contribuem para reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade brasileira.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa interessados em acompanhar o evento devem realizar o credenciamento por meio do sistema da Presidência da República.

Serviço

Assinatura de ordens de serviço do Contorno Sul Metropolitano de Maringá e construção de trecho da Estrada Boiadeira

Data: Quinta-feira, 12 de março

Horário: 15h

Local: Salão Oeste do Palácio do Planalto, Brasília

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/03/2026

CNH DO BRASIL REGISTRA CERCA DE 25 MIL CONDUTORES HABILITADOS PELA PLATAFORMA; NÚMERO QUASE TRIPLICOU EM DUAS SEMANAS



Aplicativo oficial do Ministério dos Transportes havia registrado 10,2 mil novos motoristas formados em 24 de fevereiro

Plataforma do Ministério dos Transportes já registra mais de 24,7 mil condutores que concluíram o processo para obter a primeira habilitação. - Foto: Divulgação/Serpro

Em duas semanas, o número de novos motoristas habilitados que iniciaram o processo pelo aplicativo CNH do Brasil mais que dobrou. A plataforma do Ministério dos Transportes já registra mais de 24,7 mil condutores que concluíram o processo para obter a primeira habilitação pelo modelo digital, desde o lançamento, em 9 de dezembro de 2025. Em 24 de fevereiro, o aplicativo oficial contabilizava 10,2 mil condutores.

O crescimento acompanha a ampliação do uso da plataforma. O aplicativo da CNH do Brasil já ultrapassa 54 milhões de usuários cadastrados. Entre eles, mais de 4 milhões de brasileiros iniciaram o processo para obter a primeira habilitação e mais de 1,5 milhão já concluíram o curso teórico de formação de condutores.

A ferramenta organiza em um único ambiente as etapas necessárias para a obtenção da carteira de motorista. Pelo aplicativo, o candidato acompanha o andamento do processo e realiza as fases exigidas para a formação de condutores.

No total, desde o lançamento do programa, 560.590 pessoas já tiveram a carteira de motorista emitida. Entre esses condutores, estão incluídos candidatos que haviam iniciado o processo antes da implementação da CNH do Brasil e concluíram as etapas após a implantação da plataforma.

Modernização da CNH

A CNH do Brasil faz parte das iniciativas de modernização dos serviços de trânsito, com a proposta de simplificar procedimentos, ampliar o acesso da população à primeira habilitação e reduzir custos para o cidadão. Pelo novo modelo, a obtenção da CNH nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio) pode ficar até 80% mais barata.

Entre as mudanças está a padronização de critérios para avaliação no exame prático de direção veicular. O Manual Brasileiro de Exames de Direção Veicular, elaborado pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), estabelece parâmetros para o percurso e a condução das provas práticas em todo o país.

Outra medida é a ampliação da atuação de instrutores de trânsito autônomos. Desde o lançamento do programa, cerca de 90 mil cursos práticos de direção veicular já foram ministrados por esses profissionais para candidatos à primeira habilitação em todo o país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/03/2026

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A CONCESSÃO DO CANAL E O FUTURO DO PORTO DE SANTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Santos (SP), pulmão do comércio exterior brasileiro, prepara-se para iniciar um processo decisivo para a continuidade de seu desenvolvimento. A abertura da consulta pública pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no próximo dia 17, para debater a concessão do canal de navegação do complexo santista, marca o início de uma transição necessária: a passagem da gestão da via de navegação do Porto para o setor privado. Defender este projeto não é apenas uma escolha administrativa, mas um imperativo de sobrevivência para o complexo portuário que movimenta um terço da balança comercial do País.

A concessão tem importância estratégica pois garantirá, por parte do futuro concessionário, investimentos vultosos e contínuos em dragagem de manutenção, serviços que o Estado, muitas vezes asfixiado por amarras burocráticas e fiscais, tem dificuldade em executar com a agilidade que o mercado global exige. Um porto que almeja continuar recebendo navios da nova geração — os gigantes “New Panamax” — não pode depender de contratos de dragagem intermitentes ou de incertezas orçamentárias. Ao transferir a gestão do canal à iniciativa privada, o Brasil assegura que a profundidade e a largura da via sejam mantidas em padrões internacionais de segurança e eficiência, independentemente de trocas de governo.

Esse modelo de concessão destaca-se principalmente pela previsibilidade operacional. A empresa vencedora terá a responsabilidade de investir em tecnologias de ponta, como o sistema de gerenciamento de tráfego (VTMIS) e o monitoramento batimétrico em tempo real. Isso se traduz em menos tempo de espera para atracação, maior segurança na navegação e, crucialmente, na redução do “Custo Santos”. O setor produtivo não clama por milagres, mas por um canal que funcione como um relógio, onde a infraestrutura acompanhe — e não atrase — o crescimento da movimentação de cargas.

O momento da consulta pública é a oportunidade para que usuários, armadores e terminais refinem as regras do jogo. É fundamental que o edital preveja mecanismos que garantam tarifas justas e metas de desempenho rigorosas. O canal deve continuar sendo um ativo público, mas gerido com a agilidade e a capacidade de investimento que só o mercado de capitais pode prover.

O Porto de Santos não pode mais ficar ancorado em modelos de gestão do século passado, enquanto o mundo acelera em direção à automação e aos megacentros logísticos. A concessão do canal é a

ferramenta que garantirá que as águas de Santos permaneçam profundas e competitivas para as próximas décadas. Participar deste debate é garantir que o principal porto do Hemisfério Sul continue sendo a porta de entrada para o progresso brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - CRISE NÃO TOLERA IMPROVISO



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opinio@portalbenews.com.br

O treinamento de um porta voz para atuar em situações de crise precisa ir muito além de ensinar técnicas básicas de fala ou postura diante das câmeras. Ele deve preparar o profissional para atuar sob pressão extrema, em cenários de alto risco reputacional, ambiente potencialmente hostil e, muitas vezes, com informações ainda incompletas. Trata-se de uma formação estratégica, psicológica e comunicacional que exige método, repetição e alinhamento institucional.

O primeiro eixo do treinamento é o entendimento profundo do contexto de crise. O porta voz precisa compreender como funcionam os ciclos de notícia, a dinâmica das redes sociais, a lógica de construção de manchetes e o comportamento da opinião pública em momentos de tensão. Em situações críticas, cada palavra pode se transformar em título, cada frase pode ser recortada e amplificada. Por isso, aprende-se a estruturar mensagens chave claras, objetivas e consistentes. O foco não é improvisar respostas brilhantes, mas manter coerência e disciplina narrativa ao longo de toda a exposição pública.

O segundo eixo é a preparação de conteúdo. O porta voz deve trabalhar com três níveis de mensagem: a posição institucional central, que expressa o posicionamento oficial da organização; os argumentos de sustentação, que explicam e fundamentam essa posição; e exemplos concretos, que tornam a mensagem mais compreensível e crível. É essencial aprender a responder perguntas difíceis sem fugir do tema e sem entrar em confronto desnecessário. Técnicas como a ponte comunicacional ajudam a reconhecer a pergunta feita e redirecionar a resposta para a mensagem principal definida pelo comitê de crise. O treinamento inclui simulações com perguntas agressivas, capciosas ou especulativas, justamente para testar a capacidade de manter foco e serenidade.

Outro ponto fundamental é o controle emocional. Crises envolvem acusações, pressão constante e exposição pública intensa. O porta voz precisa desenvolver autocontrole, consciência corporal e domínio do tempo de resposta. Expressões faciais, postura, tom de voz e pausas comunicam tanto quanto as palavras. Um gesto de irritação ou um sorriso inadequado podem comprometer a mensagem. Exercícios gravados em vídeo são indispensáveis para identificar e corrigir vícios de linguagem, sinais de nervosismo e inconsistências na comunicação não verbal.

A clareza jurídica também integra o preparo. O porta voz deve saber exatamente até onde pode falar, o que está sob investigação, quais informações ainda não podem ser divulgadas e quais termos devem ser evitados para não gerar implicações legais. Isso exige alinhamento constante com a área jurídica e com o comitê de crise. Segurança na informação reduz o risco de contradições futuras e protege a organização de desdobramentos indesejados.

O treinamento eficaz inclui ainda cenários simulados realistas. Coletivas de imprensa com jornalistas experientes, entrevistas individuais, participação em programas ao vivo e respostas a questionamentos em redes sociais devem fazer parte do processo. Quanto mais próximo da realidade for o exercício, melhor será o desempenho em situação concreta. As simulações precisam incluir interrupções, insistência em perguntas sensíveis, pressão de tempo e mudança de tema inesperada, para que o porta voz aprenda a manter estabilidade e foco.

Outro elemento relevante é a preparação para comunicação interna. Em crises, o porta voz frequentemente se dirige também a colaboradores, investidores e parceiros. A mensagem deve transmitir responsabilidade, transparência e ação concreta. Não basta explicar o que está acontecendo; é necessário demonstrar que a organização está tomando providências. A comunicação interna bem conduzida ajuda a preservar a confiança e evita a disseminação de boatos.

Por fim, o treinamento reforça princípios essenciais: nunca mentir, nunca especular, nunca confrontar emocionalmente o entrevistador e nunca minimizar a percepção pública do problema. Credibilidade é o ativo central de um porta voz. Uma resposta mal formulada pode prolongar a crise e ampliar danos. Por outro lado, uma postura firme, transparente e consistente pode reduzir impactos negativos e até fortalecer a reputação institucional.

Em síntese, o treinamento eficaz combina estratégia, técnica de comunicação, inteligência emocional, preparo jurídico e alinhamento institucional. O porta voz não representa apenas uma opinião individual; ele personifica a organização em um momento de vulnerabilidade. Por isso, sua preparação deve ser contínua, estruturada e integrada ao plano permanente de gestão de crises da empresa, garantindo que, quando a pressão surgir, a resposta esteja pronta, sólida e responsável.

João Fortunato escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras.

CRISES ENVOLVEM ACUSAÇÕES, PRESSÃO CONSTANTE E EXPOSIÇÃO PÚBLICA INTENSA. O PORTA VOZ PRECISA DESENVOLVER AUTOCONTROLE, CONSCIÊNCIA CORPORAL E DOMÍNIO DO TEMPO DE RESPOSTA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/03/2026

POLÍTICA - KASSAB REJEITA O RÓTULO DE TERCEIRA VIA PARA O PSD

Segundo presidente nacional do partido, o candidato a ser escolhido para concorrer à presidência “será a melhor via”

Do Estadão Conteúdo



Gilberto Kassab disse que seu partido terá uma candidatura que representa as aspirações da sociedade brasileira

O presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), Gilberto Kassab, rejeitou o rótulo de “terceira via” para o candidato do partido à Presidência da República nas eleições deste ano. Nesta segunda-feira, 9, o líder da sigla afirmou que o nome escolhido por ele para disputar o pleito “será a melhor via”.

“Uma candidatura que represente as aspirações da sociedade brasileira no que diz respeito ao combate à corrupção, mais transparência, voto distrital, e idade mínima para os tribunais superiores”, afirmou Kassab em evento na Associação Comercial de São Paulo.

O PSD pretende lançar um nome na disputa como alternativa à polarização política entre o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o filho “01” de Jair Bolsonaro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Os pré-candidatos do PSD são os governadores Ratinho Jr., do Paraná, Ronaldo Caiado, de Goiás, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul. Segundo declarações do líder da sigla no evento na capital paulista, Kassab deve bater o martelo sobre seu candidato até o dia 31 de março. Caiado ainda não oficializou a ida para o partido.



Os três postulantes ao cargo não decolaram nas pesquisas eleitorais até o momento. Pesquisa Datafolha divulgada no sábado 7, mostrou que os pré-candidatos do PSD não representam ameaça à candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como alternativas para os eleitores de direita.

A pesquisa de intenção de votos apresentou aos entrevistados cenários variados, nos quais foram trocados os candidatos do PSD. O presidente Lula e Flávio ficam sempre na liderança, com pequena diferença de votos em todas as alternativas. O governador do Paraná, Ratinho Júnior, porém, aparece como o mais bem colocado entre os três pessedistas.

Chegada

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), minimizou nesta quarta-feira as pesquisas de intenção de voto que mostram uma vantagem de Ratinho Jr., seu adversário dentro do PSD para uma candidatura à Presidência pelo PSD.

“Pesquisas de intenção de voto são menos relevantes agora. O que interessa identificar é o humor do eleitor, o sentimento que há, a rejeição ao atual governo, a rejeição aos dois principais candidatos”, declarou Leite.

O governador afirma que o que “define eleição é chegada, não largada” e atribuiu a vantagem de Ratinho Jr. à fama do pai, o apresentador Ratinho.

“Todo mundo sabe, o próprio nome do governador Ratinho, até pela marca que carrega do pai, tem uma visibilidade nacional, é mais conhecido do eleitor. Mas o que vai definir realmente o próximo presidente da República não é a largada, é a chegada. E a chegada vai ser medida a partir dessa capacidade de dialogar com um amplo aspecto político”, falou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

A PRISÃO DE VORCARO EM PAUTA

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal agendou para amanhã, sexta-feira, dia 13, o julgamento que decidirá sobre a manutenção da prisão preventiva de Daniel Vercaro, controlador do Banco Master. Ele está preso desde o dia 4, após ser alvo da Operação Compliance Zero da Polícia Federal. A investigação apura suspeitas de que o empresário liderava uma estrutura de vigilância e intimidação para proteger os interesses do banco, monitorando jornalistas, autoridades e concorrentes. Vercaro foi transferido para a Penitenciária Federal em Brasília, a pedido da PF, para evitar interferências na investigação e garantir sua integridade física.

O RETORNO DE BARROSO

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso voltará a integrar os quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), recebendo a carteira da advocacia. Barroso atuou como advogado e professor de Direito Constitucional antes de ingressar no STF, em 2013. No Supremo, permaneceu por mais de 12 anos, chegou à presidência da corte e do Conselho Nacional de Justiça, optando pela aposentadoria em outubro do ano passado.

NOVO MINISTRO

Será o atual número 2 do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, quem assumirá o comando da pasta com a saída de Fernando Haddad, que vai se lançar candidato ao governo de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores. Como Haddad vinha trabalhando nos bastidores pelo seu secretário-executivo, tudo indica uma continuidade das diretrizes da política econômica implantada por ele.

CURRÍCULO

Durigan é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e tem mestrado em Direito e Pesquisa Jurídica pela Universidade de Brasília. Antes de assumir a secretaria-executiva da Fazenda, Dario era Head de Políticas Públicas para o WhatsApp, empresa da Meta no Brasil.

EMPATE

Levantamento da Quaest indica que o senador Flávio Bolsonaro subiu nas intenções de voto e aparece empatado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um eventual segundo turno nas eleições de 2026. O resultado reforça o cenário de polarização política e aponta crescimento do nome ligado ao campo bolsonarista na disputa presidencial. A pesquisa também mostra que o desempenho dos principais candidatos segue sensível ao ambiente político e econômico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

POLÍTICA - CPI DO CRIME MIRA FARIA LIMA E 'A TURMA' DO MASTER

Comissão aprovou vários requerimentos com quebras de sigilos, pedidos de informações e convocações

Da Agência Brasil



O senador Humberto Costa (PT-PE) pediu também a convocação de funcionários do Banco Central que teriam atuado como consultores Daniel Vercaro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Crime Organizado no Senado aprovou, nesta quarta-feira (11), mais de 20 requerimentos com quebras de sigilos, pedidos de informações e convocações mirando o braço financeiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) na Faria Lima e “A Turma” do Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

“A Turma” é o nome do grupo de comunicação de Vercaro usado para monitorar e intimidar adversários do banqueiro, e que esteve no centro da decisão de prisão do dono do Master.

A comissão ainda quebrou os sigilos fiscal, bancário e telefônico de Luiz Phillipi Mourão, conhecido como “Sicário”, aliado de Vercaro que atentou contra a própria vida após ser preso pela Polícia Federal (PF) na semana passada. A CPI ainda pediu informações sobre o caso de Sicário ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O cunhado do dono do Banco Master, Fabiano Campos Zettel, foi convocado pela CPI após aprovação de requerimentos apresentados por senadores. “Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto apontam que Fabiano Zettel possui conexões financeiras diretas com a Reag

Investimentos e o Banco Master, instituições identificadas como braços financeiros do Primeiro Comando da Capital (PCC) na Faria Lima”, justificou o senador Humberto Costa (PT-PE).

Banco Central

A CPI aprovou a convocação do ex-diretor de fiscalização do Banco Central (BC) Paulo Sérgio Neves de Souza e do ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária Bellini Santana, ambos afastados dos cargos.

Ao pedir a convocação dos funcionários do BC, senador Humberto Costa disse que relatório da PF indica que eles teriam atuado como consultores informais de Daniel Vercaro.



“Facilitando a operação de compra do então Banco Máxima (posteriormente renomeado como Banco Master) e divulgando informações sigilosas para o banqueiro, a fim de municiá-lo a respeito das operações realizadas pelo Banco Central”, justificou Costa.

A comissão ainda quebrou os sigilos da empresa Varajo Consultoria, ligado a Vorcaro, e que teria sido responsável por proposta de pagamento a servidor do BC. O chefe da companhia, Leonardo Augusto Furtado Palhares, também foi convocado pela CPI.

Faria Lima

Foram alvos de quebras de sigilos bancários, fiscal e telefônico empresários e investigados por associação com a lavagem de dinheiro do PCC na Faria Lima, onde se concentram as empresas do mercado financeiro na capital paulista.

Uma série de requerimentos foi aprovada com quebra de sigilos de investigados apontados pela Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, que desvendou esquema de lavagem de dinheiro do PCC.

Um dos que teve os sigilos quebrados foi Roberto Augusto Leme da Silva, conhecido como “Beto Louco” e considerado responsável pela gestão de distribuidoras de combustíveis que lavariam dinheiro para a organização criminoso paulista.

“O esquema, que movimentou R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, utilizava uma vasta rede de postos de combustíveis e fundos de investimento para ocultar a origem ilícita dos recursos, demonstrando uma atuação sofisticada no mercado financeiro, com epicentro na Avenida Faria Lima, em São Paulo”, argumentou o senador Humberto Costa.

Outro investigado que teve os sigilos quebrados foi Mohamad Hussein Mourad, considerado um dos principais operadores do esquema de lavagem de dinheiro do PCC,.

Outro empresário ligado ao esquema desvendado pela Carbono Oculto, e que teve os sigilos quebrados pela CPI, é Francisco Maximiano, dono da Precisa Medicamentos, e Danilo Berndt Trent, tido como “sócio oculto” da Precisa. A empresa já figurou em investigação de esquema de corrupção de compra de vacinas no período da pandemia.

“As empresas de Francisco Maximiano foram utilizadas como veículos para a lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) e para a realização de fraudes bilionárias contra o sistema financeiro e o patrimônio público”, completou Humberto.

“A Turma”

Outro foco da CPI nesta quarta-feira foram os envolvidos no grupo “A Turma”, usado para monitorar e intimidar adversários do banqueiro Daniel Vorcaro, que teria liderado um esquema de fraudes no mercado financeiro que podem chegar a cerca de R\$ 50 bilhões.

O grupo chegou a discutir simular um assalto para “quebrar todos os dentes” do jornalista de O Globo, Lauro Jardim, que teria publicado notícias que desagradaram Vorcaro.

A CPI aprovou a convocação de Ana Cláudia Queiroz de Paiva que participaria dos pagamentos para custear as atividades do grupo “A Turma”.

A comissão ainda aprovou as quebras dos sigilos de Marilson Roseno da Silva, escritor aposentado da PF que foi preso preventivamente como um dos principais operadores do grupo.

A CPI quebrou os sigilos de outras empresas ligadas ao Master e de empresas do dono de avião usado para dar carona a aliados de Vorcaro. A comissão ainda pediu a lista dos passageiros beneficiários.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

POLÍTICA - CAE TERÁ ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS DO MASTER

Comissão de Assuntos Econômicos obteve a liberação do TCU para ver documentos sobre o caso envolvendo o banco

Do Estadão Conteúdo



O senador Renan Calheiros (MDB-AL), o presidente da CAE, terá acesso às informações, que devem subsidiar a análise feita pela área econômica no Senado

O Tribunal de Contas da União (TCU) liberou nesta quarta-feira, 11, o compartilhamento integral de informações e documentos sobre o caso Master com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Esse colegiado do Senado Federal vai receber inclusive dados sigilosos. Além disso, o Tribunal aprovou a concessão de serviço de assessoria aos trabalhos da CAE.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) é o presidente da CAE e o acesso às informações sobre o tema devem subsidiar a análise feita por este colegiado da área econômica no Senado. Serão compartilhados documentos e informações sobre a atuação da Corte

de Contas no caso.

O TCU recomendou a preservação dos procedimentos das informações sigilosas que serão compartilhadas. Pela recomendação, os dados sensíveis precisam ser gravados com a marca d'água, indicando a necessidade de manutenção de sigilo pela Comissão Legislativa.

De acordo com a previsão regimental, quem tiver acesso às informações sigilosas tem obrigação de resguardar a confidencialidade, sob pena de ações legais e cabíveis.

Também na sessão desta quarta, no TCU, foi votado um pedido de impedimento e suspeição do ministro Jhonatan de Jesus, que é relator do processo de fiscalização da atuação do Banco Central nos procedimentos que levaram à liquidação do Banco Master. O TCU negou essa solicitação.

O pedido negado havia sido feito pelos Instituto José do Patrocínio, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) e Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior.

O Tribunal de Contas da União (TCU) liberou nesta quarta-feira, 11, o compartilhamento integral de informações e documentos sobre o caso Master com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Esse colegiado do Senado Federal vai receber inclusive dados sigilosos. Além disso, o Tribunal aprovou a concessão de serviço de assessoria aos trabalhos da CAE.

Preservação do sigilo

O TCU recomendou a preservação dos procedimentos das informações sigilosas que serão compartilhadas. Pela recomendação, os dados sensíveis precisam ser gravados com a marca d'água, indicando a necessidade de manutenção de sigilo pela Comissão Legislativa.

De acordo com a previsão regimental, quem tiver acesso às informações sigilosas tem obrigação de resguardar a confidencialidade, sob pena de ações legais e cabíveis.

Também na sessão desta quarta, no TCU, foi votado um pedido de impedimento e suspeição do ministro Jhonatan de Jesus, que é relator do processo de fiscalização da atuação do Banco Central nos procedimentos que levaram à liquidação do Banco Master. O TCU negou essa solicitação.

O pedido negado havia sido feito pelos Instituto José do Patrocínio, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) e Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

POLÍTICA - DEPOIMENTO DE LEILA PEREIRA A CPMI DO INSS ESTÁ MANTIDO

Presidente da Crefisa e do Palmeiras depõe como testemunha nesta quinta-feira

Da Agência Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a convocação da presidente do Palmeiras, Leila Pereira, para depor como testemunha na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS. A oitiva está prevista para esta quinta-feira (12).

Apesar de manter a convocação, Dino garantiu que a presidente poderá solicitar uma nova data para a oitiva e não poderá ser alvo de condução coercitiva. Leila foi convocada para prestar depoimento como testemunha. Ela é presidente da Crefisa, empresa que faz operações de crédito com signado para aposentados e pensionistas do INSS.

O depoimento estava previsto para o dia 9 de março, mas foi reagendado para esta quinta. A presidente não compareceu após ser orientada por seus advogados. A defesa entendeu que a decisão de Flávio Dino que suspendeu quebras de sigilo votadas em globo pela CPMI deve valer para as votações que convocaram testemunhas.

Após não comparecer ao Congresso, parlamentares da comissão passaram a cogitar a possibilidade de determinar a condução coercitiva de Leila. Dino disse que a decisão que invalidou as quebras de sigilo não pode ser aplicada às convocações de testemunhas.

“É evidente que a situação de quem sofre quebra de sigilo é diferente daquela de quem apenas é convocado para depor como testemunha. Não há violação da intimidade, do sigilo ou exposição indevida da vida privada pelo simples fato de ser chamado a depor como testemunha”, disse o ministro. Na semana passada, Flávio Dino decidiu que a comissão não poderia ter aprovado em bloco os diversos requerimentos de quebra de sigilo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

POLÍTICA - RELATOR BUSCA COMPENSAÇÃO À REDUÇÃO DA ESCALA 6X1

Deputado federal Paulo Azi (União-BR) vai sugerir ao governo a desoneração da folha de pagamentos ou a adoção de incentivos fiscais

Do Estadão Conteúdo



O relator Paulo Azi (à esq.) disse que a compensação “não precisa ser algo definitivo, mas por pelo menos um período”

O deputado federal Paulo Azi (União-BR), relator da PEC da escala 6x1 na Câmara dos Deputados, afirmou que é “plausível” recomendar ao governo a desoneração da folha de pagamentos ou a adoção de incentivos fiscais como formas de compensação aos empregadores pela redução da jornada de trabalho. As declarações ocorreram nesta quarta-feira, 11, a jornalistas, após almoço realizado pela Frente Parlamentar do Ambiente de Negócios (FPN) em Brasília.

“Cada setor da economia tem um peso diferente e será impactado de forma diferente. E é esse o debate que precisa ser aprofundado para entender qual o grau de participação que nós haveremos de



propor ao governo em compensações, de alguma forma, para que esses setores não venham a arcar sozinhos o impacto dessa alteração na jornada de trabalho”, declarou o relator. “Eu imagino que é plausível”, disse, em relação às compensações.

Em seguida, afirmou que em outros países na Europa houve participação do governo na compensação aos setores afetados pela redução da jornada. Segundo ele, a questão será colocada na semana que vem para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com base em estudos.

Questionado quais medidas podem ser adotadas, Azi respondeu: “A compensação pode se dar de algumas formas. Ou se discutindo isso na desoneração da folha, ou através de algum tipo de incentivo fiscal para aqueles setores que efetivamente podem ser de alguma maneira mais fortemente impactados.”

O relator acrescentou que a compensação “não precisa ser algo definitivo, mas por pelo menos um período”.

Segundo o deputado, a compensação não entraria no texto constitucional, mas seria uma recomendação para tratar do tema em separado. “Não será no texto. Aí vai ser uma recomendação para que esse assunto possa vir a ser tratado numa lei ordinária por exemplo. Isso não vai efetivamente ser colocado na Constituição”, declarou.

A proposta de fim da escala 6x1 está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O colegiado tem a função de observar a admissibilidade constitucional do projeto. A discussão sobre o mérito ocorre em uma comissão especial, a ser instalada posteriormente. Só depois disso é que a matéria poderá ser pautada no plenário.

Demagogia e populismo

Paulo Azi afirmou que há um risco de contaminação do debate sobre a matéria pelo que chamou de “demagogia” e “populismo”. “Se, por um lado, a existência da eleição obriga que todos deem atenção devida ao tema, por outro, existe um risco de que o debate seja contaminado pela demagogia, pelo populismo e pela tentativa de, na busca de votos, agir com irresponsabilidade com o País”, afirmou Azi.

Na ocasião, o relator também ressaltou ver como um “desafio” lidar com uma matéria de forte impacto tanto para a vida da população, com “inegáveis ganhos”, como para os setores econômicos, em um cenário de “flagrante divergência”. Ainda assim, o deputado declarou considerar que há “maturidade suficiente” do Brasil para enfrentar a discussão.

A proposta de fim da escala 6x1 está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O colegiado tem a função de observar a admissibilidade constitucional do projeto. Em seguida, deve ser instalada uma comissão especial para examinar o mérito do texto. Só depois disso é que a matéria poderá ser pautada no plenário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

POLÍTICA - CIRO VÊ DEBATE ELEITOREIRO E NÃO QUER “BOTAR SÓ NA CONTA DO EMPRESARIADO”

O presidente do PP, Ciro Nogueira, afirmou que a PEC que acaba com a jornada de trabalho 6X1 é “eleitoreira” e que a conta não deve ser repassada “apenas ao empresariado”.

“É um debate muito eleitoreiro. Vamos ter que enfrentar essa discussão, tem que existir um apoio popular. Mas vamos ter que ter a responsabilidade de não botar isso só na conta do empresariado. Temos um setor de serviços que é mais do que 70% do nosso peso. Vamos jogar esse custo para o governo que está apresentando essa opção”, disse o senador.

As declarações foram feitas em evento do Brazilian Regional Markets (BRM), plataforma de inteligência e relacionamento da Apex dedicada ao desenvolvimento dos mercados regionais brasileiros.

O evento também contou com a presença do presidente do União Brasil, Antônio Rueda, e com os pré-candidatos à Presidência pelo PSD Eduardo Leite e Ronaldo Caiado.

Em sua fala, Rueda defendeu um adiamento da discussão da PEC do 6X1 e que o tema deve ser debatido com “maturidade”. Também afirmou desejar que a eleição presidencial de 2026 seja “a última da polarização” e defendeu uma política moderada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

BRASIL EXPORT - FÓRUM NORTE EXPORT REÚNE AUTORIDADES E LÍDERES DO SETOR LOGÍSTICO EM MANAUS

Evento terá a participação do governador Wilson Lima e debates sobre transportes, hidrovias, energia e segurança jurídica na região Norte

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A programação será realizada ao longo de dois dias e inclui painéis, palestras e visitas técnicas. Entre os participantes confirmados está o governador do Amazonas, Wilson Lima

Manaus sediará, nos dias 19 e 20 de março, mais uma edição do Norte Export, fórum promovido pelo Grupo Brasil Export que reúne autoridades públicas, representantes da indústria,

especialistas e executivos para debater os principais desafios e oportunidades da infraestrutura e da logística na região Norte do país.

A programação será realizada ao longo de dois dias e inclui painéis temáticos, palestras e visitas técnicas. Entre os participantes confirmados está o governador do Amazonas, Wilson Lima.

A abertura do fórum contará com o painel “Amazonas em Foco”, que apresentará um panorama do ambiente de negócios no estado. Participam do debate João Bosco Gomes Saraiva, superintendente da Zona Franca de Manaus, Lúcio Flávio Moraes de Oliveira, presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, e Marcello Di Gregório, diretor-geral do Super Terminais.

Ao longo do dia, especialistas discutirão temas como infraestrutura de transportes, gargalos logísticos, geração de energia, mineração e o futuro da Margem Equatorial. Entre os debatedores estão Cristiano Della Giustina, da Infra S.A., a deputada federal Daniela Reinehr, o secretário nacional de hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos do Brasil, Otto Burlier, e Mariana Pescatori, da Hidrovias do Brasil.

Também serão discutidos temas relacionados à agenda ambiental e jurídica da infraestrutura. O painel “InfraESG” abordará a resiliência climática e a perenidade das vias navegáveis, enquanto o painel “InfraJur” tratará da segurança jurídica e operacional nas hidrovias da região Norte. O encontro será encerrado com uma sessão solene com autoridades e fala do secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

No segundo dia do evento, os participantes participarão de visitas técnicas a operações logísticas da região. O grupo fará paradas na Prates Navegação, onde conhecerá uma plataforma de lançamento

de fibra óptica, e no terminal da Super Terminais. Durante o trajeto, também está prevista a visualização do encontro das águas dos rios da região.

O Norte Export integra uma série de fóruns regionais que discutem políticas públicas, investimentos e soluções para ampliar a competitividade logística do Brasil, com foco nas particularidades da região amazônica.

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2026

19 | MARÇO | QUINTA-FEIRA
OBS.: Wilson Lima, Governador do Amazonas, tem participação confirmada com horário ainda a definir

08h30 (horário de Manaus) / 09h30 (horário de Brasília) – Credenciamento e boas-vindas
09h00 (Manaus) / 10h00 (Brasília) – Amazonas em Foco | Panorama sobre o ambiente de negócios no estado
Participação: João Bosco Gomes Saraiwa, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Lúcio Flávio Moraes de Oliveira, Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM); Marcello Di Gregório, Diretor-Geral do Super Terminais
10h30 (Manaus) / 11h30 (Brasília) – Intervalo
11h00 (Manaus) / 12h00 (Brasília) – Painel 1: Infraestrutura de transportes e gargalos de acesso
Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export
Debatedores: Cristiano Della Giustina, Diretor de Planejamento da Infra S.A.; Daniela Reinehr, Deputada Federal e Presidente da Câmara Temática de Portos e Hidrovias da FRENLOG; Mariana Pescatori, Diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil; Otto Burler, Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Thiago Miller, Sócio da RMM Advocacia; Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)
12h30 (Manaus) / 13h30 (Brasília) – Almoço
14h00 (Manaus) / 15h00 (Brasília) – Painel 2: Os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte e o futuro da Margem Equatorial
Moderação: Nátia Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export
Debatedores: Adriana Queiroz Ramos, Analista de Pesquisa Energética da Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis na Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Angelo Maranhão, Diretor Institucional para Navegação do Grupo ATEM; Eduardo Pazuello, Deputado Federal e Presidente da FREPPEGEN; Leonardo Cerquinho, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Diskub Equador; Ronney Peixoto, Secretário de Energia, Mineração e Gás do Estado do Amazonas; Thiago Lemgruber, Diretor da Hidroclaus
15h30 (Manaus) / 16h30 (Brasília) – Painel 3 | InfraESG: Resiliência climática e perenidade das vias navegáveis
Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores: Adalberto Tokarski, Consultor e ex Diretor-Geral da Antaq; Dodô Carvalho, Vice-Presidente da ABAN; Fabiano Lorenzi, CEO da Norcoast; João Gilberto Pires Coelho, Praticagem do Amazonas
16h15 (Manaus) / 17h15 (Brasília) – Palestra especial do exco. sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas
16h45 (Manaus) / 17h45 (Brasília) – Painel 4 | InfraJur: Segurança jurídica e operacional nas águas da região Norte
Moderação: Celso Peel, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Grupo Brasil Export
Debatedores: Ataíde Mendes, Sócio da Mendes & Brack Sociedade de Advogados; Benjamin Gallotti, Sócio da Gallotti Advogados; Otto Burler, Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Thiago Miller, Sócio da RMM Advocacia
17h30 (Manaus) / 18h30 (Brasília) – Painel 5 | FRENLOG/IBL: Hidrovias
Moderação: Rebeca Albuquerque, Diretora-Executiva do Instituto Brasil Logística (IBL)
Debatedores: Daniela Reinehr, Deputada Federal e Presidente da Câmara Temática de Portos e Hidrovias da FRENLOG; Mariana Pescatori, Diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil; Thairyne Oliveira, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos; Demais convidados a confirmar
18h30 (Manaus) / 19h30 (Brasília) – Sessão solene com autoridades
Encerramento por Tomé Franca, Secretário-Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos
20h00 (Manaus) / 21h00 (Brasília) – Jantar oferecido pela Super Terminais – 30 Anos

20 | MARÇO SEXTA-FEIRA
08h45 (Manaus) / 09h45 (Brasília) – Embarque no pier do Uliara Amazon para visitas técnicas
09h30 (Manaus) / 10h30 (Brasília) – Chegada na Prates Navegação | Visita à plataforma de lançamento de fibra ótica
11h00 (Manaus) / 12h00 (Brasília) – Saída da Prates Navegação (partida dos que estiverem nos voos das 14h/14h30 para o aeroporto)
12h00 (Manaus) / 13h00 (Brasília) – Almoço a bordo oferecido pela Prates Navegação e visualização do encontro das águas
12h30 (Manaus) / 13h30 (Brasília) – Chegada ao Super Terminais e visita às instalações
13h30 (Manaus) / 14h30 (Brasília) – Fim das visitas (partida dos que estiverem nos voos das 18h/18h30 para o aeroporto)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/03/2026

BRASIL EXPORT - BRASIL EXPORT REÚNE CONSELHO E ANUNCIA NOVAS FRENTES EM MINERAÇÃO E ENERGIA

Primeira reunião na Casa Brasil Export marca posse de conselheiros, definição de agenda do grupo e debates sobre infraestrutura, logística e transporte aquaviário

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Foram discutidas ações conjuntas para atrair investimentos destinados ao desenvolvimento de soluções sustentáveis e ao aprimoramento da infraestrutura portuária e aeroportuária

O Conselho Nacional do Brasil Export realizou nessa quarta-feira (11), na Casa Brasil Export, em Brasília, sua primeira reunião no novo espaço institucional do grupo. O encontro reuniu representantes do setor público e privado para discutir pautas ligadas à logística, infraestrutura, mineração e energia, além de marcar a posse de novos conselheiros e o anúncio de iniciativas que deverão orientar a agenda da entidade ao longo de 2026.



Uma das novidades do encontro foi a nomeação dos integrantes do Conselho de Minas e Energia do Brasil Export. Um dos membros é o consultor da mineradora Bemisa e diretor da WV Logistics, José Luis Vidal.

“Vou levar a visão do comitê de infraestrutura do Brasil Export, que já é um sucesso, e agregar valor a outros dois setores que são o de energia e o de mineração. Eu atuo no setor de mineração há anos, sou conselheiro de mineradora há aproximadamente 15 anos, atuo em mineração há 30 anos, fui do Conselho de Mineração e Energia e Infraestrutura em Houston (Texas, EUA), então, a gente quer trazer essa ideia globalizada, a gente quer agregar, aglutinar e prover valor para esses dois setores da mesma forma que tem sido feito para a infraestrutura”, afirmou Vidal.

Também tomou posse como conselheiro Ivan Magalhães, manager da A&M Infra – Brasil. Segundo ele, o grupo pode contribuir para ampliar o diálogo entre o setor público e o privado. “Nós temos mais de 600 consultores aqui no Brasil, e desses 600 consultores a gente consegue aportar em conhecimento, inteligência, tanto olhando para o setor privado, que é um dos maiores focos nossos, mas também para o setor público. Então, tanto em termos de estudos, entendimento de mercado, entendimento do setor como um todo, assim como fazer essa ponte mais fácil, entre o público e o privado, a gente consegue ajudar de forma bem fácil”, afirmou.

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, destacou que a reunião marcou o início de uma nova fase de atividades na Casa Brasil Export, que deverá sediar debates e encontros do setor ao longo do ano.

“Foi a primeira reunião na Casa Brasil Export. Estou muito feliz pois tivemos a presença de diversos conselheiros, conselheiros novos do Minas e Energia, de diversos setores. E teremos, daqui para frente, uma programação do Brasil Export Minas e Energia em todos os nossos (fóruns) regionais. No Norte Export, que é o nosso próximo evento (nos dias 19 e 20, em Manaus), já teremos essa pauta. E o mais importante é que começa a ser criado o sentimento da Casa Brasil Export como o ambiente de diálogo e debate”, afirmou.

Hidrovias

Durante a reunião, representantes do Governo Federal e de órgãos reguladores também participaram das discussões sobre políticas públicas e projetos em andamento no setor de infraestrutura e transporte aquaviário.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, comentou os estudos técnicos que vêm sendo conduzidos pela agência para ampliar o transporte aquaviário no país.

“A escolha para se realizar uma concessão é do formulador de política pública. Essa é a sinalização do ministro Silvio (Costa Filho, de Portos e Aeroportos), e é bastante positiva para nós. A Antaq irá continuar realizando os estudos técnicos, porque esse é o nosso papel. A gente acredita no potencial do transporte aquaviário e na necessidade de incrementar esse transporte. Então, os estudos técnicos vão continuar sendo trabalhados”, disse.

Durante o encontro também foram discutidas ações conjuntas entre agentes públicos e privados para atrair investimentos destinados ao desenvolvimento de soluções sustentáveis e ao aprimoramento da infraestrutura portuária e aeroportuária no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

BRASIL EXPORT - AUTORIDADES COMENTAM CONCESSÕES E DESAFIOS DA NAVEGAÇÃO

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redebeneews.com.br



O secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, comentou o avanço das concessões de canais de acesso portuário, citando o caso de Paranaguá

Autoridades do governo federal presentes à reunião também comentaram projetos e desafios do setor de infraestrutura de transportes.

O secretário nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos, Alex Ávila, destacou a realização anual do evento Portos Mais Brasil,

voltado ao reconhecimento de iniciativas e boas práticas do setor.

“Em 4 de agosto, já está na nossa agenda o ‘Oscar’ do setor portuário nacional. A gente faz todos os anos o evento do Portos Mais Brasil, e é um prazer, uma satisfação. Eu diria que é um momento onde a gente reúne o setor, reúne as autoridades, o governo, os empresários, justamente em busca de dar destaque para as boas realizações”, afirmou.

Já o secretário-executivo do ministério, Tomé Franca, comentou o avanço das concessões de canais de acesso portuário, citando o caso de Paranaguá.

“O Ministério de Portos e Aeroportos fez entregas relevantes até agora, fizemos, recentemente, o leilão do canal de Paranaguá, é a primeira vez que a gente faz um leilão de canal com dragagem, derrocagem, a gestão do canal, um contrato de 25 anos, que pode chegar até 70 anos, dando segurança jurídica e estabilidade para a prestação do serviço”, disse.

Ele acrescentou que também estão em preparação consultas públicas para projetos semelhantes nos acessos aos portos de Rio Grande e Santos.

Durante o encontro, representantes do setor privado também comentaram os desafios da navegação. O diretor institucional de navegação do Grupo Atem, Angelo Maranhão, mencionou os impactos recentes das secas na logística hidroviária.

“A navegação, hoje, prima pela sustentabilidade e pela eficiência, e faz toda parte de uma logística integrada. Dentro desse cenário, nós todos fomos surpreendidos com a seca de 2023 e 2024, e aprendemos muito com isso. Não quer dizer que não vá ocorrer de novo, porém, há uma tendência de achar que não vai ocorrer novamente, não há nada a se fazer, e o erro está aí”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

BRASIL EXPORT - EVENTOS JURÍDICOS E SETORIAIS ENTRAM NA AGENDA DO BRASIL EXPORT

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br

A reunião do Conselho Nacional do Brasil Export também serviu para anunciar a programação de eventos ligados ao setor de infraestrutura, logística e direito marítimo.

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região Celso Peel afirmou que o Infra JUR — Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transporte — deverá passar a realizar encontros mensais na Casa Brasil Export.

“Nós vamos utilizar esse espaço, que é um espaço maravilhoso da Casa Brasil Export, para organizar um evento mensal, fazer todo um cronograma dos grandes temas importantes para o setor de infraestrutura e de minas e energia, para que possa ser discutido aqui, para que as autoridades, o poder público ouça o setor produtivo, e possam tomar as melhores decisões possíveis”, disse.

Outro evento confirmado para este ano é o Congresso Nacional de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, organizado pela OAB de Santa Catarina com apoio do Brasil Export e previsto para novembro, em Florianópolis (SC).

“Estamos muito empolgados com o apoio do Brasil Export para a realização do nosso congresso, e receber todas essas autoridades que aqui também participam como conselheiros, advogados, e representantes do poder público, já estamos trabalhando para que esse evento seja um sucesso”, afirmou o advogado James Winter.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

BRASIL EXPORT - CONSELHO FEMININO ANUNCIA DEBATES SOBRE FEMINICÍDIO EM EVENTOS DO GRUPO

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebeneews.com.br



Gilmaria Temóteo disse que o tema será abordado nos fóruns e encontros, juntamente com outras discussões relacionadas à equidade de gênero e à proteção de mulheres e crianças

A presidente do Conselho Feminino do Brasil Export, Gilmaria Temóteo, anunciou que a pauta do feminicídio passará a integrar de forma permanente os debates promovidos pelo grupo ao longo de 2026.

Segundo ela, o tema será abordado nos fóruns e encontros organizados pela entidade, juntamente com outras discussões relacionadas à equidade de gênero e à proteção de mulheres e crianças.

“A pauta do feminicídio é uma falência de toda a sociedade. Ela toca, profundamente, a todas nós. Então, cada vez mais, nós vamos abordá-la. A ideia é deixar permanente esse ponto, além de outros que são também importantes, de igual forma. A questão da violência sexual infantil nos ambientes portuários, enfim, a pauta da equidade de gênero. Mas nessa do feminicídio a gente precisa realmente colocar luz e holofote para que haja uma mudança de percepção da sociedade”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

TRANSPORTES - PORTOS - APS NEGOCIA COM BUNGE OBRAS DA NOVA FASE DA PERIMETRAL DE GUARUJÁ

Acordo prevê renovação de arrendamento e execução, pela empresa, de obras para melhorar o acesso aos terminais da margem esquerda do Porto de Santos

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebeneews.com.br



Para a APS, a obra vai melhorar a logística e o tráfego no porto, a conexão direta com o túnel Santos-Guarujá, além de ter papel decisivo para a expansão portuária em Guarujá

A Autoridade Portuária de Santos (APS) espera firmar nos próximos meses um acordo com a Bunge, que opera um terminal na margem esquerda do Porto de Santos (SP), no qual prevê que a empresa seja a responsável pelas obras da



segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda (APME). O projeto prevê melhorias do sistema viário no acesso aos terminais portuários em Guarujá.

Ao BE News, o diretor- -presidente da APS, Anderson Pomini, afirmou que a companhia passou os últimos anos definindo o modo de contratação para a viabilização da importante obra. O acordo com a Bunge prevê a renovação do contrato de arrendamento com a APS e, como contrapartida, a empresa ficará responsável pela execução do projeto.

Pomini disse que a renovação do contrato com o operador portuário tramita há pelo menos três anos na Autoridade Portuária. “Quando assumimos a gestão do porto, o pedido de renovação já tramitava em nossa diretoria. O que fizemos nesse período foi justamente calcularmos os valores com base na tabela da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Depois de centenas de reuniões, o que é absolutamente comum, combinamos com a Bunge de repassarmos para eles algumas obras que são importantes para a infraestrutura portuária. E essa é a mais importante da margem esquerda, ao lado do túnel Santos-Guarujá”, disse.

Seguindo os ritos processuais, o pedido de renovação e a contrapartida para execução da obra já foram enviados à Antaq, mas a Autoridade Portuária ainda aguarda o posicionamento da agência para dar prosseguimento à assinatura de contrato e os próximos passos.

Já as informações sobre o tempo de renovação do contrato de arrendamento serão divulgadas em “momento oportuno”. Ao BE News, a Bunge afirmou que não vai se posicionar a respeito do assunto.

Projeto

A segunda fase do da Perimetral do Guarujá foi um dos projetos estruturados pela atual gestão do Porto de Santos, anunciado no final de 2023.

O conjunto de intervenções visa melhorar o tráfego de veículos de carga na região portuária da margem esquerda com a criação de um novo sistema viário, garantindo segurança e otimização no tráfego. Segundo a APS, mais de 5 mil caminhões trafegam todos os dias na região portuária de Guarujá.

O projeto básico, que está em vias de ser concluído, prevê a construção de aproximadamente sete quilômetros de vias e dois quilômetros de novos viadutos. Haverá a adequação do traçado das Avenidas Santos Dumont e Perimetral, novas calçadas e ciclovias, implantação de dispositivos de conexão viária e adequações hidráulicas, elétricas, bem como sinalização rodoviária.

No projeto está prevista também a construção de viaduto de transposição à Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-55), que interligará os terminais portuários à SP-55 (sentido São Paulo), eliminando o tráfego pesado das vias urbanas de Vicente de Carvalho. Também contempla a execução de um viaduto na Av. Santos Dumont, sobrepondo-se à Avenida Perimetral, e outro para acesso ao bairro Conceiçãozinha.

A APS destaca a importância da obra para melhorar a logística e o tráfego no Porto de Santos, a conexão direta com o túnel Santos-Guarujá, além de ter papel decisivo para a expansão portuária em Guarujá.

Pomini revelou que a duração dos trabalhos de construção do novo sistema viário deverá levar três anos. O investimento total é de R\$ 800 milhões, no entanto os valores poderão ser atualizados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DE SANTOS

Contribuições sobre documentos técnicos e jurídicos do projeto poderão ser enviadas até 2 de maio por usuários do setor e demais interessados

Por **ALINE SILVA** redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abrirá, a partir do próximo dia 17, uma consulta pública para receber contribuições sobre os documentos técnicos e jurídicos relacionados ao processo licitatório da concessão do canal de acesso ao Porto Organizado de Santos (SP).

Usuários do setor aquaviário, agentes do mercado e demais interessados poderão enviar sugestões e contribuições até o dia 2 de maio de 2026, às 23h59. As minutas jurídicas e os documentos técnicos estarão disponíveis no site da agência, na página da Audiência Pública nº 02/2026.

O objetivo da consulta é reunir subsídios para aprimorar os documentos que embasarão o projeto de concessão antes da publicação do edital.

A Antaq também informou que será realizada uma audiência pública para discutir o projeto, mas a data, o horário e o local ainda serão divulgados posteriormente.

Segundo a agência, as contribuições deverão ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no site da Antaq. Sugestões encaminhadas por outros meios não serão consideradas.

Arquivos complementares, como mapas, plantas e fotografias, poderão ser enviados por e-mail para anexo_audiencia022026@antaq.gov.br, enquanto as contribuições em texto devem ser registradas diretamente no formulário eletrônico, com identificação do autor.

Para interessados que não disponham de acesso aos recursos necessários para envio online, a Antaq informou que será possível utilizar computadores da secretaria-geral da agência, em Brasília, ou de suas unidades regionais.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/03/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE ITAJAÍ INICIA MISSÃO VISANDO NOVOS NEGÓCIOS COM ACORDO MERCOSUL-EU

Superintendência do porto realiza nesta semana missão em Roma, na Itália, na busca por novas oportunidades com o mercado europeu

Por **CÁSSIO LYRA** redacao.jornal@redebenews.com.br



A comitiva do porto apresentou ao embaixador do Brasil na Itália o processo de retomada operacional do terminal e discutiu oportunidades de ampliação das exportações brasileiras

A Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) iniciou nesta semana uma missão internacional na Europa, visando fortalecer as relações comerciais de Santa Catarina e o mercado. A missão ocorre em um momento considerado estratégico em meio ao avanço do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que deve ampliar o acesso de produtos brasileiros ao Velho Continente.

Na segunda-feira (9), em Roma, na Itália, a comitiva do Porto de Itajaí realizou reunião com o embaixador do Brasil no país, Renato Mosca, para apresentar o processo de retomada operacional do terminal, além de discutir oportunidades de ampliação das exportações brasileiras, especialmente de produtos do agronegócio.

Santa Catarina possui forte presença na pauta exportadora nacional, com destaque para proteínas animais, frutas, mel e outros produtos que podem ganhar competitividade com a redução gradual de tarifas prevista no acordo comercial.

“O acordo entre Mercosul e União Europeia cria novas oportunidades para as exportações brasileiras. Santa Catarina tem grande capacidade produtiva e o Porto de Itajaí está preparado para atender a expansão do comércio exterior, ampliando a movimentação de cargas e contribuindo para o desenvolvimento econômico da região”, disse o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos.

Segundo ele, a missão internacional também busca fortalecer a presença institucional do porto catarinense junto a autoridades e representantes do setor produtivo europeu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - GOVERNADOR DE SP DIVULGA PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA RIO-SANTOS

Obra de R\$ 3 bilhões prevê 45 km de pistas duplicadas, dois túneis e 23 passarelas entre Casa Branca, em Caraguatatuba, e Ubatuba

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com o projeto, as pistas duplicadas contam com marginais nos dois sentidos, e uma configuração que permite separar o tráfego de longa distância e os acessos locais

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) divulgou nas redes sociais um vídeo com imagens em 3D do projeto de duplicação da rodovia SP-055 entre Caraguatatuba e

Ubatuba. A obra, orçada em aproximadamente R\$ 3 bilhões, abrange cerca de 45 quilômetros e segundo o Estado, representa uma das intervenções rodoviárias de maior porte planejadas para o Litoral Norte nas últimas décadas.

O traçado parte do ponto final do Contorno Norte da Rodovia dos Tamoios, no bairro Casa Branca, em Caraguatatuba, e segue até Ubatuba. Essa conexão com o Contorno Norte integra a estratégia do governo para distribuir melhor o tráfego na região, aproveitando a infraestrutura recente que dá acesso à região de Massaguaçu. A partir desse ponto, a nova via duplicada conduzirá o fluxo de veículos ao longo da costa.

As pistas duplicadas contam com marginais nos dois sentidos, configuração que permite a separação entre o tráfego de longa distância e os acessos locais. Essa solução busca reduzir acidentes e organizar o deslocamento entre bairros, praias e áreas urbanas em um dos trechos com maior congestionamento do Litoral Norte, especialmente em feriados e alta temporada.

A configuração de pistas separadas exige, no entanto, estruturas que permitam a travessia segura de pedestres e veículos. O projeto responde a essa demanda com 23 passarelas elevadas e 14 passagens subterrâneas distribuídas ao longo dos 45 quilômetros. Essas estruturas atendem principalmente moradores que circulam entre bairros e acessam as praias, movimento que hoje gera um dos principais gargalos da mobilidade urbana na região.

Além das travessias, o plano inclui 16 retornos posicionados estrategicamente para reorganizar o fluxo local sem comprometer a velocidade da via principal.

A extensão completa recebe iluminação e ciclofaixa de 44,5 quilômetros, infraestrutura que complementa o sistema de mobilidade e atende ciclistas que circulam pela região.

A segurança das operações conta ainda com novo posto da Polícia Militar Rodoviária e 14 muros de contenção em áreas de encosta. Esses muros respondem ao relevo acidentado característico do Litoral Norte, onde a rodovia atual corre entre o mar e a Serra do Mar em diversos trechos. A topografia desafiadora da região também determinou outra solução de engenharia prevista no projeto.

Túneis

O relevo acidentado e a presença de áreas de Mata Atlântica exigem a construção de dois túneis para viabilizar a duplicação. O maior alcança aproximadamente 1,46 quilômetro, enquanto o segundo mede cerca de 170 metros.



As estruturas vencem trechos onde o terreno impediria a construção de pistas convencionais e reduzem impactos ambientais ao evitar cortes extensos na vegetação preservada.

“Talvez esse seja o maior sonho do Litoral Norte, a ligação entre Caraguatatuba e Ubatuba e ele está perto de sair. Nós teremos condições de realizar”, afirmou Tarcísio de Freitas

A escolha pelos túneis, embora eleve os custos da obra, permite manter o traçado mais direto e reduz a necessidade de desapropriações em áreas já urbanizadas. Essa solução técnica conecta-se aos três pontos de atendimento ao usuário e aos novos estacionamentos nas orlas das praias previstos no projeto.

Tarcísio de Freitas destacou a dimensão da intervenção e a expectativa em suas redes sociais “Talvez esse seja o maior sonho do Litoral Norte, a ligação entre Caraguatatuba e Ubatuba e ele está perto de sair. Nós teremos condições de realizar”, afirmou o governador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - NEGOCIAÇÃO NO TCU TERMINA SEM ACORDO SOBRE CONCESSÃO DA LITORAL SUL

Tratativas conduzidas pela Comissão de Solução Consensual buscavam saída para o contrato da Autopista Litoral Sul, que administra 405 km entre Paraná e Santa Catarina

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redebeneews.com.br



A via conecta polos industriais, logísticos e turísticos e serve como eixo de ligação com portos da região Sul, como os de Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí e Navegantes

O futuro da concessão da rodovia Litoral Sul, administrada pela Arteris, permanece indefinido após o encerramento das negociações

conduzidas no Tribunal de Contas da União (TCU) sem que fosse alcançado um acordo entre as partes.

As tratativas buscavam uma solução consensual para o contrato da concessionária Autopista Litoral Sul, responsável por cerca de 405 km de rodovias federais que ligam Curitiba (PR) a Palhoça (SC). O trecho concedido abrange segmentos das BR-116 e BR-376, no Paraná, e da BR-101, em Santa Catarina.

O processo foi conduzido no âmbito da Comissão de Solução Consensual do TCU, após solicitação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Participaram das discussões representantes do Ministério dos Transportes, da agência reguladora, da concessionária e técnicos do tribunal.

Assinado em 2008, o contrato de concessão tem prazo de 25 anos e envolve um dos corredores rodoviários mais importantes da região Sul. A via conecta polos industriais, logísticos e turísticos e serve como eixo de ligação com importantes portos da região, como o de Paranaguá, no Paraná, e os de São Francisco do Sul, Itajaí e Navegantes, em Santa Catarina.

A concessão foi estruturada para ampliar a capacidade da rodovia, reduzir acidentes e melhorar o nível de serviço por meio de obras de duplicação, manutenção e intervenções estruturais, como o Contorno Viário da Grande Florianópolis.

Segundo informações do processo, a controvérsia está relacionada à fase final do contrato. Com cerca de sete anos restantes de vigência, o modelo atual não prevê novos investimentos obrigatórios para o período remanescente.

A situação ocorre em um contexto de pressão crescente sobre a capacidade da rodovia, marcada por congestionamentos frequentes e elevado número de acidentes em alguns trechos, especialmente na BR101 em Santa Catarina.

Durante as negociações, foram realizadas reuniões e análises técnicas na tentativa de construir uma solução que reequilibrasse o contrato e garantisse novos investimentos ou ajustes operacionais. No entanto, as partes não chegaram a um consenso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - ROUBO DE CARGAS EM SP REGISTRA QUEDA NO INÍCIO DE 2026

Números tiveram queda no mês de janeiro na Capital Paulista e em todo o estado, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em todo o estado de São Paulo, foram 254 registros de roubo de cargas, enquanto no mesmo recorte de 2025 aconteceram 350 casos, o que representa uma queda de 27,4%

Os roubos de cargas em São Paulo caíram 27,5% em janeiro de 2026 no comparativo com o mesmo mês de 2025, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que apontaram queda também no estado. Na capital e nos municípios da Grande São Paulo foram 208 ocorrências em janeiro deste ano, enquanto no mesmo período de 2025 foram 287 casos.

Em todo o estado de São Paulo, foram 254 registros, enquanto no mesmo recorte do ano passado, aconteceram 350 casos — queda de 27,4%. A capital e a Grande São Paulo, que reúnem cerca de 36

milhões de habitantes, concentraram 82% do total de registros de roubos de carga de todo o território paulista.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e Região, o SETCESP, indica que apesar dos números positivos, o volume de ocorrência ainda é considerado elevado e segue impactando os custos logísticos.

“O roubo de cargas não é apenas um problema do setor de transporte, é um problema econômico e social. Mesmo com a queda nos números, o volume de ocorrências segue alto e impõe custos que acabam sendo repassados a toda a sociedade. Seguimos atuando antes no diálogo com o poder público para combater um crime que compromete a competitividade e a sustentabilidade de múltiplos setores”, afirmou Marcelo Rodrigues, presidente do SETCESP.

A SSP argumenta que as ações de inteligência das polícias Civil, Militar e Rodoviária, além de demais órgãos que atuam na segurança pública, têm sido importante para coibir estas ocorrências.

Entre as ações inclui o SP Carga, sistema de informações e prevenção a crimes praticados contra o transporte de cargas, que tem como objetivo auxiliar na prevenção e gestão de risco relacionados à modalidade criminal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

ENERGIA - GIGANTE DO SETOR AGROENERGÉTICO, RAÍZEN PEDE RECUPERAÇÃO

Dívidas superam R\$ 65,1 bilhões; companhia afirma que o objetivo é assegurar ambiente jurídico estável para negociação

Da Agência Brasil



Com mais de 45 mil colaboradores e 15 mil parceiros de negócios espalhados por todo o Brasil, o Grupo Raízen controla 35 usinas de produção de açúcar, etanol e bioenergia

Maior produtora mundial de etanol e biomassa de cana-de-açúcar e uma das gigantes do setor de agroenergia,

a Raízen apresentou pedido de recuperação extrajudicial nesta quarta-feira (11). Segundo a companhia, a proposta de renegociação de suas dívidas, que superam os R\$ 65,1 bilhões, foi acordada com seus principais credores.

Em um comunicado divulgado pela manhã, a companhia afirma que o objetivo do pedido é “assegurar um ambiente jurídico estável, protegido e adequado para a negociação e implementação da reestruturação das dívidas financeiras quirográficas do Grupo Raízen”.

Dívidas quirográficas são os créditos a receber não cobertos por uma chamada garantia real, como uma hipoteca, e que não gozam de preferência na ordem de pagamento. Assim, em caso de falência ou recuperação via judicial, os credores quirográficos são os últimos a receber os valores que lhes são devidos.

De acordo com a Raízen, o plano de recuperação extrajudicial apresentado junto ao pedido distribuído à Comarca da Capital de São Paulo conta com a adesão de seus principais credores, titulares de mais de 47% das dívidas financeiras quirográficas – percentual superior ao quórum mínimo legal de um terço dos créditos afetados e suficiente para o ajuizamento do pedido de recuperação extrajudicial.



“O Grupo Raízen dispõe do prazo de 90 dias, a contar do processamento da Recuperação Extrajudicial, para obter o percentual mínimo necessário à homologação do seu plano de recuperação extrajudicial, assegurando, assim, a vinculação de 100% dos créditos sujeitos aos novos termos e condições de pagamento a serem definidos no Plano”, explica a companhia em seu comunicado.

Ainda segundo a companhia, a iniciativa tem escopo limitado, não abrangendo as dívidas e obrigações do Grupo Raízen com clientes, fornecedores, revendedores e outros parceiros de negócios, que permanecem vigentes, sendo cumpridas normalmente, nos termos dos respectivos contratos.

O plano de recuperação extrajudicial poderá envolver a capitalização do Grupo Raízen por seus acionistas; a conversão de parte dos Créditos Sujeitos em participação acionária na Companhia; a substituição de parte dos Créditos Sujeitos por novas dívidas; reorganizações societárias, destinadas à segregação de parcela dos negócios atualmente conduzidos pelo Grupo Raízen e a venda de ativos do grupo.

Com mais de 45 mil colaboradores e 15 mil parceiros de negócios espalhados por todo o Brasil, o Grupo Raízen controla 35 usinas de produção de açúcar, etanol e bioenergia, tendo anunciado uma receita líquida de R\$ 255,3 bilhões na safra 2024/2025.

“As operações do Grupo Raízen seguem sendo conduzidas normalmente, no atendimento a clientes, na relação com fornecedores e na execução de seus planos de negócios. A Raízen manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relacionados a este tema”, destacou a companhia, procurando tranquilizar seus acionistas e parceiros comerciais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

ENERGIA - SILVEIRA DIZ QUE DECISÃO SOBRE ENEL SP DEPENDE DA ANEEL

Ministro afirma que não há determinação do ministério sobre a concessão e cobra despolitização do debate durante audiência na Câmara

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou nesta quarta-feira, 11, que não há uma “determinação” da pasta para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre a situação da Enel São Paulo. Ele reforçou que o Ministério aguarda o trâmite regulatório na Agência, o que permitirá a tomada de decisão.

Em audiência pública na Câmara nesta quarta-feira, Silveira defendeu que o tema seja “despolitizado” e criticou o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

Para o ministro, Nunes faz “politicagem” com o tema. A renovação de concessões de distribuição que vencem entre 2025 e 2031 abrange 19 concessionárias, que representam mais de 60% do mercado nacional.

Das 17 distribuidoras que receberam o sinal verde da Aneel. As distribuidoras Enel SP e Enel Ceará são as duas pendências.

Alexandre Silveira declarou que, na quinta-feira, haverá reunião com todas as distribuidoras para avançar na renovação contratual.

Na audiência, o ministro fez uma crítica geral às agências reguladoras do país ao mencionar que muitos órgãos “foram cooptados pelo setor privado”.

Ele também avaliou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resistiu a “indicações ruins” para as agências reguladoras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

PETRÓLEO E GÁS – PAÍSES DA AIE DECIDEM LIBERAR RESERVAS DE PETRÓLEO

A ação visa mitigar os impactos imediatos da interrupção nos mercados devido à guerra no Irã
Do Estádio Conteúdo



Serão liberados 400 milhões de barris das reservas de emergência para tentar estabilizar o preço dos combustíveis

A coalizão de 32 países que forma a Agência Internacional de Energia (AIE) decidiu, por unanimidade, liberar 400 milhões de barris das reservas de emergência de petróleo para tentar

estabilizar o preço dos combustíveis.

O diretor executivo da AIE, Fatih Birol, informou que a ação visa mitigar os impactos imediatos da interrupção nos mercados causados pela guerra no Irã. “É o maior volume de reservas emergenciais de petróleo da história da nossa agência. Os 400 milhões de barris de petróleo estão disponíveis no mercado para compensar a perda de oferta decorrente do fechamento efetivo do Estreito de Ormuz”, afirmou Birol.

Apesar do anúncio, o valor do barril de petróleo Brent operava em alta de 4% nesta quarta-feira (11), cerca de 30% acima do preço antes da guerra. Os valores do barril vêm disparando por causa do fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, que foi uma retaliação às agressões dos Estados Unidos (EUA) e de Israel contra Teerã.

Estima-se que cerca de 20 milhões de barris de petróleo ou derivados trafeguem pelo Estreito de Ormuz todo os dias, o que representa 25% de todo o comércio global de hidrocarbonetos.

Para a diretora técnica do Instituto de Estudos Estratégicos em Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep), Ticiane Álvares, o total liberado tem efeito limitado no tempo.

“Trata-se de uma medida que pode contribuir para amortecer, no curto prazo, os impactos do conflito. No entanto, caso haja um prolongamento das tensões, os efeitos sobre o mercado de petróleo e gás global tendem a se aprofundar, podendo resultar em um quadro mais complexo no longo prazo”, afirmou a especialista em entrevista à Agência Brasil.

Sem prazo

A liberação das reservas da AIE seria suficiente para substituir 20 dias do fluxo do Estreito de Ormuz. O montante representa um terço dos cerca de 1,2 bilhão de barris de reservas mantidos pelos países vinculados à agência. Outros 600 milhões de barris são os estoques da indústria mantidos por obrigação governamental.

Por outro lado, não foi estabelecido um prazo para liberação desse estoque. “As reservas de emergência serão disponibilizadas ao mercado num prazo adequado às circunstâncias nacionais de cada país-membro e serão complementadas por medidas de emergência adicionais adotadas por alguns países”, informou a AIE.

A Agência Internacional de Energia é formada, majoritariamente, por países europeus. Nas Américas, compõem a agência o Canadá, México, Chile e os EUA.

Gás Natural

Além do petróleo, o fornecimento de gás natural liquefeito (GNL) também preocupa a AIE. A agência destaca que há poucas opções para substituir o GNL que parou de chegar do Catar e dos Emirados Árabes Unidos.

“O fornecimento global de energia foi reduzido em cerca de 20%, e os equilíbrios de mercado subjacentes antes deste conflito eram ainda mais apertados do que no caso do petróleo. A Ásia é a região mais afetada no setor de gás. Os países de alta renda na Ásia estão competindo acirradamente com a Europa e outros importadores por cargas de GNL disponíveis”, afirmou o chefe da AIE, Fatih Birol.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS TEM 120 DIAS PARA AJUSTAR PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO

Tribunal de Contas da União deu esse prazo para a estatal aprimorar seus procedimentos

Por Estadão Conteúdo

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a Petrobras aprimore os seus procedimentos internos para aplicar, nos processos de contratações, as sanções vigentes no chamado Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

A Corte estipulou o prazo de 120 dias para o cumprimento dessa obrigação. Deverão ser aplicadas todas as sanções de abrangência federal. Foi votado na sessão desta quarta-feira, 11, um processo de acompanhamento sobre as contratações da Petrobras, abrangendo o período de janeiro de 2019 até a presente data. A fiscalização analisou uma base de dados com milhares de registros de contratações.

O ministro Walton Alencar Rodrigues, relator, esclareceu que os achados não devem ser compreendidos como uma “irregularidade individualmente comprovada”, mas como um sinal de alerta. Os técnicos identificaram, por exemplo, a participação em certame de fornecedores com restrições, incluindo empresas inscritas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou com alto Grau de Risco de Integridade (GRI).

“O que se aponta é um conjunto de casos que, agregados, indicam uma fragilidade sistêmica ou um padrão em que a regra de negócio não foi observada. Cabe, portanto, à própria Petrobras a análise pormenorizada de cada caso para confirmar as falhas ou apresentar as devidas justificativas, caso pertinentes”, declarou o relator.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

FINANÇAS - VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA CRESCEM 0,4% EM JANEIRO

Comparação é com dezembro de 2025. Em 12 meses, setor acumula

Da Agência Brasil



Dos oito segmentos pesquisados pelo IBGE, quatro apresentaram crescimento do volume de vendas na passagem de dezembro para janeiro

O volume de vendas no comércio varejista brasileiro cresceu 0,4% na passagem de dezembro para janeiro. Dessa forma, o setor alcançou o maior patamar, igualando o recorde de novembro de 2025.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, janeiro de 2026 apresenta salto de 2,8%. Em 12 meses, o setor registra expansão de 1,6%.



A média móvel trimestral, que apresenta a tendência de comportamento do comércio nos últimos meses, reflete alta de 0,3% na comparação com os três meses terminados em dezembro de 2025.

O resultado de janeiro reverte a queda de 0,4% assinalada no último mês de 2025.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada nesta quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

Ao destacar que foi alcançado o ponto mais alto da série, iniciada no ano 2000, o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, ressalta que “renovações do pico não são tão comuns assim”.

Dos oito segmentos pesquisados pelo IBGE, quatro apresentaram crescimento do volume de vendas na passagem de dezembro para janeiro, com destaque para a atividade farmacêutica - artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: 2,6%; Tecidos, vestuário e calçados: 1,8%; Outros artigos de uso pessoal e doméstico: 1,3%; Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo 0,4%; Móveis e eletrodomésticos: 0%; Equipamentos e material para escritório informática e comunicação: -9,3%; Livros, jornais, revistas e papelaria: -1,8%; Combustíveis e lubrificantes: -1,3%.

O gerente do IBGE aponta que a atividade farmacêutica, que inclui produtos de higiene pessoal e beleza, tem apresentado crescimento constante desde julho de 2025, com exceção de dezembro.

No outro extremo, o desempenho em janeiro foi dos equipamentos e material para escritório, informática e comunicação. Cristiano explica que o tombo de quase 10% está relacionado ao comportamento do dólar.

“Esse setor é especialmente afetado pela variação do dólar e em épocas de alta volatilidade, as empresas aproveitam para repor estoques em momentos de valorização do real para depois decidir o melhor momento de fazer promoções”.

Ele acrescenta que o segmento vinha de vendas fortes durante a Black Friday (novembro) e Natal.

Atacado

No comércio varejista ampliado, que inclui atividades de atacado - veículos, motos, partes e peças; material de construção; e produtos alimentícios, bebidas e fumo - o indicador cresceu 0,9% de dezembro para janeiro, décimo mês seguido de alta nessa comparação entre meses imediatamente seguidos. Em 12 meses, o comércio varejista ampliado tem variação nula (0%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

FINANÇAS - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS AVANÇOU 8% EM 2025

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, o faturamento foi R\$ 1,39 trilhão

Da Agência Brasil

No ano passado, a indústria brasileira de alimentos e bebidas apresentou um faturamento de R\$ 1,39 trilhão, o que representou alta de 8,02% na comparação com o ano anterior. O montante representa 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 2025.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), o grande destaque do ano foi o mercado interno, que respondeu por R\$ 1,02 trilhão desse total, sendo que R\$ 732 bilhões são decorrentes do varejo e o restante, do food service, que vem retomando sua fatia de participação.

A demanda doméstica, diz a associação, também foi determinante para sustentar o crescimento real das vendas, que avançaram 2,2% no período. De acordo com a Abia, esse resultado reflete a

recomposição gradual do consumo das famílias, o avanço do consumo fora do lar e também os ganhos de eficiência obtidos pelas empresas ao longo do ano.

Quanto às exportações, a indústria de alimentos e bebidas registrou um crescimento de 0,7% em 2025, somando US\$ 66,73 bilhões. A Ásia foi o principal destino, alcançando US\$ 27,4 bilhões. Já os Estados Unidos importaram US\$ 4,9 bilhões em produtos brasileiros, um aumento de 9,2% no período, apesar das elevações tarifárias que foram aplicadas ao setor.

O balanço apresentado pela associação também apontou que a força de trabalho direta alcançou 2,12 milhões de empregados, um crescimento de 2,4% em relação a 2024. Somando os empregos indiretos, a cadeia produtiva chegou a 10,6 milhões de postos de trabalho o que corresponde, de acordo com a Abia, a 10,3% de toda a força de trabalho ocupada do país.

Para este ano, a Abia espera que as vendas reais cresçam entre 2% e 2,5%, impulsionadas pelo mercado doméstico e pela recuperação gradual do mercado internacional. A geração de empregos também deve crescer, com alta entre 1% e 1,5%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

FINANÇAS - IBOVESPA SOBE PELO TERCEIRO DIA, EM ALTA DE 0,28%

Índice avança 2,57% nesta semana, mas acumula perda de 2,55% no mês. No ano, sobe 14,18%

Da Agência Brasil



Nesta quarta-feira, o índice da B3 oscilou entre 182.021,14 e 185.714 27 pontos, encerrando aos 183.969,35

Após dois dias de recuperação parcial, e em sessão negativa para os índices de ações em Nova York, o Ibovespa chegou a embicar para baixo, embora levemente, neste meio de semana. Porém, resistiu em alta do meio para o fim da tarde, estendendo assim a série positiva.

Nesta quarta-feira, oscilou entre 182.021,14 e 185.714 27 pontos, encerrando com pequeno ganho de 0,28%, aos 183.969,35 pontos, com giro a R\$ 26,5 bilhões. Na semana, avança 2,57%, com perda no mês a 2,55%. No ano, o índice sobe 14,18%. Em Nova York na sessão, Dow Jones -0,61%, S&P 500 -0,08% e Nasdaq +0,08%.

Nesta quarta-feira, na B3, Petrobras, com ganhos de 4,89% na ON e de 4,36% na PN, contribuiu decisivamente para equilibrar o efeito negativo de Vale (ON -0,88%) e da maioria das ações do setor financeiro, à exceção de Banco do Brasil (ON +0,80%) e de Itaú (PN +0,21%) no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Petrobras, destaque para Cury (+4,13%), Lojas Renner (+3,02%) e Braskem (+2,38%). No lado oposto, Raízen (-5,77%), MBRF (-4,24%) e Cosan (-2,29%).

“O Ibovespa está em um cenário bastante lateralizado. Se não fosse pela Petrobras e por outras empresas de commodities ligadas ao setor de petróleo, hoje provavelmente estaríamos vendo o Ibovespa em queda, algo semelhante ao que ocorreu nos mercados internacionais”, diz Nicolas Gass, estrategista e sócio da GT Capital. “O fechamento do Estreito de Ormuz, de fato, segue impactando diretamente o fluxo global de produção e transporte de petróleo. Por isso, vemos o preço da commodity subir, ao mesmo tempo em que as bolsas apresentam queda.”

Nicolas Merola, analista da EQI Research, observa que o cenário se mantém incerto desde a deflagração do conflito entre EUA-Israel e Irã, no fim de fevereiro, o que dificulta fazer previsões sobre a orientação dos ativos nos mercados, que permanecem voláteis. “Momentos assim, como o atual, de ‘flight to quality’ busca de proteção em ativos considerados seguros, costumavam resultar em



demanda por Treasuries, o que não tem acontecido agora. A renda fixa americana - cujas taxas de juros vêm abrindo bastante - costumava ser uma proteção para a renda variável em situações de instabilidade e incerteza”, diz Merola.

“Mas agora, mesmo com as ações em queda nos Estados Unidos, os preços dos Treasuries não têm se apreciado. O câmbio tem sido o único escape, num processo de busca por liquidez mais do que de busca por segurança”, acrescenta o analista, referindo-se à recente recuperação do dólar, revertendo o movimento de enfraquecimento global da moeda americana que vinha beneficiando até a deflagração dos ataques de 28 de fevereiro, as moedas de emergentes, como o Brasil, e a alocação de recursos nas bolsas desses países.

Dessa forma, o desempenho do Ibovespa continua a ser condicionado pela direção dos fluxos de entrada e saída de recursos estrangeiros, que afeta o câmbio. E também pela orientação do petróleo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

FINANÇAS - DÓLAR FECHA PERTO DA ESTABILIDADE APESAR DE AVERSÃO GLOBAL AO RISCO

Cotada a R\$ 5,1593 (+0,03%), a moeda americana recuou nos três últimos pregões

Do Estadão Conteúdo

Após trocas de sinal ao longo do dia, o dólar à vista encerrou esta quarta-feira, 11, cotado a R\$ 5,1593 (+0,03%). Operadores voltaram a ressaltar que o real se comportou bem em um ambiente externo marcado por aversão ao risco e valorização da moeda americana, em meio a incertezas em torno da duração e dos impactos da guerra no Oriente Médio.

O dólar recuou nos três últimos pregões e perde 1,61% na semana, o que reduz os ganhos acumulados em março para 0,49%. A avaliação de analistas é que o real é menos afetado pelos desdobramentos do conflito pelo fato de o Brasil ser exportador líquido de petróleo e ainda ter uma taxa de juros real elevada.

Com base nos impactos inflacionários da guerra, via alta do petróleo, uma ala relevante do mercado já reduziu a previsão para o ciclo total de redução da taxa Selic neste ano. Crescem as apostas de que o Comitê de Política Monetária (Copom) possa adotar uma postura mais cautelosa e optar por uma corte inicial de 0,25 ponto porcentual na semana que vem (dia 18).

O economista André Perfeito, da Garantia Capital, ressalta que o real é favorecido tanto pelo fato de o Brasil ser superavitário da balança de petróleo quanto pelo peso relevante das empresas de commodities na bolsa doméstica. “São dois vetores que operam a favor da moeda local. Isso deve atenuar os problemas mais evidentes do conflito sobre o Brasil”, afirma Perfeito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

JUSTIÇA – CPI DO MASTER: TOFFOLI SE DECLARA SUSPEITO PARA ASSUMIR RELATORIA

Com isso, um novo sorteio foi feito e Cristiano Zanin será o relator da ação que pede ao STF a instalação da Comissão

Do Estadão Conteúdo

O ministro Dias Toffoli alegou ‘foro íntimo’ e se declarou suspeito nesta quarta, 11, para relatar a ação que pede a instalação da CPI do Banco Master na Câmara dos Deputados. A suspeição ocorre quando o magistrado admite relações pessoais ou inimizade com algum citado no curso da investigação. Após novo sorteio, Cristiano Zanin ficou com a relatoria.



Dias Toffoli alegou motivos de foro íntimo para a suspeição. Ela ocorre quando o magistrado admite relações pessoais ou inimizade com alguma parte na ação

Dias Toffoli, entretanto, afirmou no despacho de sete páginas que “foram definitivamente afastadas, por decisão transitada em julgado, quaisquer hipóteses de suspeição ou de impedimento da minha atuação nos processos da chamada Operação Compliance Zero”. Ou seja, o ministro indica que deve votar a partir de sexta-feira, 13, no julgamento da segunda turma que vai referendar ou não a prisão, pela segunda vez, do banqueiro Daniel Vercaro.

O sorteio da relatoria ocorreu depois de o ministro ter deixado, em 12 de fevereiro, a condução do inquérito que investiga os crimes supostamente cometidos pelos controladores do Master.

O afastamento de Toffoli ocorreu após uma reunião reservada entre os dez ministros da Corte. Na ocasião, eles decidiram retirar Toffoli do caso, sem declarar formalmente sua suspeição ou impedimento.

Ao abrir mão da relatoria, o ministro amparou a alegação de ‘foro íntimo’ no artigo 145, parágrafo 1º do Código de Processo Civil, “há suspeição do juiz quando amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados”.

O ministro não revelou, porém, a quem se refere como ‘amigo íntimo’ ou desafeto nos autos da Compliance Zero.

A questão da CPI no Supremo foi apresentada pelo deputado federal e ex-governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB- -DF). O parlamentar solicita a abertura da comissão para apurar suspeitas de fraudes envolvendo a negociação da compra do Banco Master pelo Banco de Brasília.

Ato omissivo

Na petição enviada ao Supremo, o deputado Rodrigo Rollemberg afirma que há um “ato omissivo inconstitucional” do presidente da Câmara, Hugo Motta, ao não instalar a CPI destinada a investigar “as fraudes ocorridas na relação entre o Banco Master e o BRB”.

“A prolongada inércia na investigação de graves fraudes financeiras, como as que envolvem o Banco Master e o BRB, pode causar danos irreparáveis ao sistema financeiro, à confiança dos investidores e à própria imagem da fiscalização parlamentar”, atesta o deputado na petição.

Na avaliação de Rollemberg, a investigação tem relevância nacional “inquestionável”, já que, segundo ele, o escândalo indicaria ligações “profundas e preocupantes” do ex-banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master, com integrantes dos três poderes.

“Há indícios de que tais relações, cultivadas inclusive por meio de eventos sociais e financiamento de campanhas, poderiam ter influenciado operações financeiras e decisões políticas”, protesta Rollemberg.

Hugo Mota

O pedido sustenta que, uma vez cumpridos os três requisitos constitucionais - apresentação de requerimento por um terço dos deputados, indicação de fato determinado e definição de prazo para investigação -, a instalação da CPI passa a ser um ato obrigatório da Presidência da Câmara, e não uma decisão discricionária de Motta.

O Estadão pediu manifestação do presidente da Câmara sobre as alegações, mas não havia recebido retorno até a publicação deste texto. O espaço está aberto.

Rollemberg afirma que o requerimento para criação da CPI foi protocolado em 2 de fevereiro com o apoio de 201 deputados, número superior ao mínimo de um terço dos integrantes da Câmara. Segundo o parlamentar, o pedido também indica um fato determinado a ser investigado e estabelece prazo para a apuração, o que, em sua avaliação, cumpre todos os requisitos previstos na Constituição para a instalação de uma CPI.

Fila

O deputado sustenta que Hugo Motta declarou publicamente que não poderia instalar a CPI sob o argumento de que existiria uma “fila” de requerimentos anteriores aguardando análise. Para Rollemberg, essa justificativa não encontra respaldo no Regimento Interno da Câmara, que apenas limita a cinco o número de CPIs funcionando simultaneamente.

“O requerimento obteve um total de 201 assinaturas, cumprindo o requisito de mais de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados, possui objeto certo e prazo definido, preenchendo, assim, todos os requisitos previstos no art. 58, § 3º, da Constituição Federal”, disse o deputado.

O parlamentar afirma ainda que, no dia seguinte ao protocolo do pedido, apresentou uma questão de ordem para contestar a posição do presidente da Casa. Passados mais de 30 dias, segundo ele, não houve qualquer medida para dar andamento ao requerimento, nem resposta à questão apresentada.

De acordo com a petição, o pedido de criação da CPI sequer foi formalmente lido em plenário e não aparece no sistema da Câmara.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

JUSTIÇA – STF PAUTA JULGAMENTO DE PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

A ação do PT pede a suspensão da lei que autorizou a venda da estatal. Sessões virtuais vão ocorrer entre 20 e 27 de março

Do Estadão Conteúdo



O relator, ministro Cristiano Zanin, liberou o processo para julgamento do mérito depois de Barroso ter negado liminar em 2024avança 15,04%

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar neste mês uma ação do PT que pede a suspensão da lei paulista que autorizou a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A lei, de iniciativa do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), é de 2023. O processo foi pautado para o plenário virtual que será realizado de 20 a 27 de março.

Em 2024, o então presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, negou o pedido de liminar que pedia a suspensão da lei. Ele analisou o pedido porque atuava

no plantão judiciário durante o recesso. Agora o relator, ministro Cristiano Zanin, liberou o processo para julgamento do mérito.

O PT apontou conflito de interesses que envolve a executiva Karla Bertoc co Trindade, que ocupava um cargo no conselho da Equatorial - única empresa que mostrou interesse em ser acionista da Sabesp na condição de investidor de referência, antes de atuar no conselho da Sabesp.

A legenda também reclama que o processo de privatização “ocorre por meio de leilão com a participação de único concorrente com oferta significativamente abaixo do preço de mercado, em que adquirirá as ações por um valor de R\$ 67 por ação”.



“Ao não divulgar o valor mínimo e aceitar o preço ofertado afirmando como superior a esse mínimo, o governo estadual favoreceu inequivocamente o único competidor na disputa para ser acionista de referência e comandar a gestão da Sabesp”, apontou a legenda.

Defesa da Sabesp

Em manifestação ao Supremo, a Sabesp defendeu que a ação não deve sequer ser analisada porque o PT não teria questionado trechos específicos da lei e feito apenas “alegações abstratas ou retóricas”.

Também afirmou que a não divulgação prévia do valor mínimo evitou que os investidores “ancorassem” suas ofertas no piso, estimulando lances maiores e garantindo a eficiência do certame.

“As ações foram alienadas por R\$ 67,00, enquanto o preço mínimo fixado foi de R\$ 63,56. O sigilo não reduziu a competição, mas assegurou que o Estado obtivesse preço consideravelmente superior àquele definido como piso. Caso o preço mínimo tivesse sido divulgado previamente, dificilmente o valor final teria sido o mesmo”, disse a empresa.

Sobre a conselheira Karla Bertocco, a Sabesp alegou que ela renunciou ao cargo na Equatorial meses antes das deliberações sobre a modelagem da venda e que ela não possuía poder de voto nos conselhos que decidiram a desestatização.

Liminar negada

Ao negar a liminar, Barroso afirmou que as alegações de que as ações foram vendidas por preço baixo ou que houve conflito de interesse exigem uma análise profunda de fatos e provas, o que é incompatível com o tipo de ação ajuizada pelo PT - uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

O ministro também apontou que não compete ao STF arbitrar sobre os termos e condições da privatização.

Intimadas a se manifestar, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu a inconstitucionalidade da lei que autorizou a privatização e a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu o arquivamento da ação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

JUSTIÇA – SUPREMO CANCELA SUSPENSÃO DE AÇÕES SOBRE ‘REVISÃO DA VIDA TODA’ DO INSS

A tramitação dos processos estava suspensa desde julho de 2023 por decisão do relator, Alexandre de Moraes

Do Estadão Conteúdo

As ações judiciais que pedem a aplicação da tese da “revisão da vida toda” dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) voltaram a correr nesta quarta-feira, 11. A tramitação dos processos estava suspensa desde julho de 2023 por decisão do relator, Alexandre de Moraes.

Com o julgamento já encerrado e o acórdão publicado na última terça-feira, 10, o Supremo Tribunal Federal (STF) cancelou a suspensão nacional das ações sobre o tema. A “revisão da vida toda” do INSS foi definitivamente anulada em novembro do ano passado diante da mudança de posição da Corte sobre o tema em 2024.

A tese buscava incluir, no cálculo dos benefícios do INSS, os salários anteriores a julho de 1994, quando foi implantado o Plano Real. O Supremo foi favorável ao pleito dos aposentados em dezembro de 2022. Contudo, em abril de 2024, a Corte afastou a aplicação da tese.

A mudança de posição foi no julgamento de outra ação, que tratava sobre o fator previdenciário. Na ocasião, os ministros decidiram que a regra que conta os salários a partir de 1994 é obrigatória e os aposentados não podem escolher o cálculo mais favorável.

O caso tinha grande relevância para a União, que estimou impacto de até R\$ 480 bilhões para as contas públicas caso o Supremo determinasse a revisão dos benefícios.

O Supremo também decidiu que os segurados não deverão devolver benefícios pagos com base na “revisão da vida toda” até 5 de abril de 2024 - data em que o Supremo decidiu derrubar a tese.

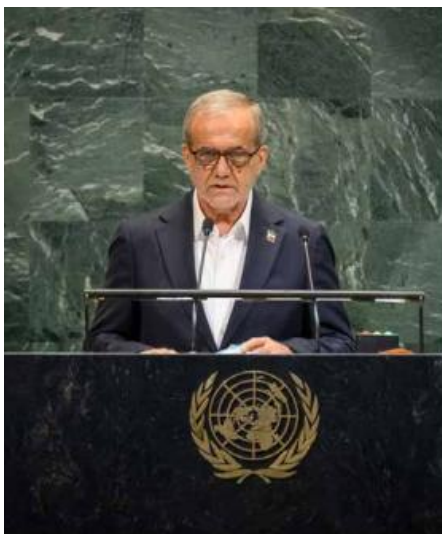
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

INTERNACIONAL - IRÃ QUER DIREITOS RECONHECIDOS PARA DAR FIM À GUERRA

Presidente Masoud Pezeshkian diz que essa é a única forma de encerrar o conflito. Ele também pede garantias de que o país não será atacado

Da Agência Brasil



O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, lembrou que reiterou o compromisso do país com a estabilidade regional nas conversas diplomáticas

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou que o fim da guerra com Estados Unidos e Israel dependerá do reconhecimento dos direitos do país e de garantias internacionais contra novas agressões. Em publicação no X nesta quarta-feira, o líder iraniano disse ter reafirmado a posição de Teerã em conversas com líderes da Rússia e do Paquistão.

Segundo Pezeshkian, “a única maneira de acabar com esta guerra - iniciada pelo regime sionista Israel e pelos EUA - é reconhecer os direitos legítimos do Irã, o pagamento de reparações e garantias internacionais firmes contra futuras agressões”.

O presidente acrescentou que, nas conversas diplomáticas, reiterou o compromisso do Irã com a estabilidade regional. “Reafirmei o compromisso do Irã com a paz na região”, escreveu.

A declaração ocorre em meio à intensificação do conflito no Oriente Médio. Mais cedo, a Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) afirmou que a guerra contra EUA e Israel continuará até a “rendição completa do inimigo”, após uma nova rodada de ataques contra posições americanas no Golfo Pérsico.

Do lado americano, o presidente Donald Trump afirmou na semana passada que Washington não aceitará um acordo com Teerã e que apenas a “rendição incondicional” do Irã encerraria o conflito.

Rússia e Paquistão têm demonstrado apoio político a Teerã. O presidente russo, Vladimir Putin, reiterou recentemente o respaldo de Moscou ao Irã, enquanto autoridades paquistanesas classificaram os ataques americanos como “injustificados”, defendendo a retomada da diplomacia.

Ataque a banco

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, afirmou nesta quarta-feira que a infraestrutura nacional do país está sob ataque, anunciando que as “poderosas forças armadas irão



retaliar pelo crime”. Em postagem na rede social X, ele apontou que uma agência do banco mais antigo do país foi bombardeada enquanto estava cheia de funcionários.

Nesta quarta, o comando militar conjunto do Irã anunciou que começaria a atacar bancos e instituições financeiras no Oriente Médio, uma ameaça que colocaria em risco particularmente Dubai, que abriga muitas instituições financeiras internacionais, bem como a Arábia Saudita e o Bahrein.

Na segunda-feira, a Bloomberg divulgou que muitos dos principais bancos de Wall Street estão permitindo que funcionários nos Emirados Árabes Unidos deixem temporariamente o país e trabalhem remotamente, à medida que os ataques continuam. Goldman Sachs, Morgan Stanley e Citigroup estão entre as empresas que deram aos funcionários a opção de se realocar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

INTERNACIONAL - TRUMP PLANEJA ‘TERMINAR TRABALHO’ PARA NÃO PRECISAR ATACAR A CADA DOIS ANOS

Presidente dos EUA também prometeu segurança aos petroleiros no Estreito de Ormuz

Do Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse na noite desta quarta- -feira, 11, que seu governo precisa terminar o trabalho no Irã antes de suspender as ações militares, para que não seja necessário retomar os ataques ao país persa “a cada dois anos”. Ele ainda justificou que os ataques foram direcionados a eliminar pessoas malignas do Irã.

“Os preços do petróleo estão caindo e não vamos sair até que eles se estabilizem”, disse Trump durante um evento em Kentucky.

O mandatário também citou a liberação pela Agência Internacional de Energia (AIE) de 400 milhões de barris de petróleo para conter a alta nos preços da commodity e garantiu que o governo americano está “trabalhando para garantir que o petróleo continue fluindo” no Estreito de Ormuz.

“Neutralizamos a Marinha do Irã e 31 embarcações usadas para lançar minas navais”, disse o presidente americano após afirmar que Teerã estaria instalando minas marítimas na região. “Teríamos que atualizar de hora em hora o que estamos destruindo deles”, acrescentou.

O presidente prometeu “grande segurança” para os petroleiros que atravessam o Estreito de Ormuz, enquanto Teerã reforçava o controle sobre a via marítima em meio à guerra contra americanos e israelenses.

“Acho que vocês verão muita segurança e isso acontecerá muito, muito rapidamente”, disse Trump a repórteres na Casa Branca, ao ser questionado sobre como garantiria a segurança de Ormuz.

A emissora americana CNN informou na noite de terça-feira que o Irã havia iniciado a instalação de minas na via marítima. Segundo o presidente, as tropas americanas retiraram “praticamente” todas as minas “em uma única noite”.

No 12º dia do conflito no Oriente Médio, pelo menos três navios foram atacados em Ormuz e no Golfo Pérsico. A Guarda Revolucionária do Irã afirmou que embarcações israelenses, americanas e de aliados dos dois países são “alvos legítimos”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

INTERNACIONAL - ‘CHUVA NEGRA’ APÓS ATAQUES A REFINARIAS VIRA DRAMA NO IRÃ

A Organização Mundial da Saúde fez um alerta após ataques a petrolíferas mandarem compostos altamente tóxicos para a atmosfera

Do Estadão Conteúdo



Após ataques a refinarias, as pessoas estão sob risco porque há uma liberação de hidrocarbonetos tóxicos na atmosfera e eles causam problemas respiratórios

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou na terça-feira, 10, que a “chuva negra” que caiu no Irã após ataques a instalações petrolíferas pode causar OMS alerta que ‘chuva negra’ após ataques a refinarias pode causar

problemas respiratórios no Irã. A agência apoiou a recomendação da República Islâmica para que as pessoas permaneçam em casa.

Os ataques a refinarias ocorreram no último domingo, 8, e a agência segue monitorando os riscos à saúde decorrentes da “liberação maciça” de hidrocarbonetos tóxicos, óxidos de enxofre e compostos de nitrogênio na atmosfera. Esses compostos podem causar problemas respiratórios se inalados.

Durante declaração à imprensa em Genebra, na Suíça, o porta-voz da OMS, Christian Lindmeier, afirmou que a chuva que cai em Teerã após os ataques “representa, de fato, um perigo para os iranianos”.

“Estamos em contato com os hospitais e com as autoridades iranianas, que emitiram um alerta aconselhando as pessoas a permanecerem em suas casas, em vista dos ataques a depósitos de petróleo, em especial”, disse ele.

Novos ataques iranianos contra infraestruturas petrolíferas no Bahrein e na Arábia Saudita também aumentaram as preocupações com uma “exposição regional mais ampla à poluição”, disse Lindmeier, destacando os efeitos a longo prazo dos poluentes, que afetam a saúde respiratória e contaminam a água.

Sistemas de saúde

No 12º dia da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã, os sistemas de saúde no Oriente Médio “estão sendo atacados” e o número de feridos e deslocados cresce, informou a OMS.

Ao todo, 34 profissionais de saúde foram mortos desde o dia 28 de fevereiro. No Irã, a OMS verificou 18 ataques a serviços de saúde, o que resultou em 8 mortes de profissionais do setor. Durante o mesmo período no Líbano, 25 ataques a serviços de saúde resultaram em 16 mortes e 29 feridos.

A OMS afirma que esses ataques custam vidas e privam as comunidades de cuidados quando mais precisam. Para a agência, os profissionais de saúde, pacientes e instalações de saúde “devem ser sempre protegidos pelo direito internacional humanitário”.

Até o momento, as autoridades nacionais de saúde do Irã relatam mais de 1.300 mortes e 9 mil feridos durante o conflito, enquanto no Líbano são relatados pelo menos 570 mortes e mais de 1.400 feridos. Em Israel, as autoridades reportaram 15 mortes e 2.142 feridos até a manhã desta quarta-feira, 11.

Além do impacto imediato, o conflito está criando riscos mais amplos para a saúde pública. Estimativas atuais indicam que mais de 100 mil pessoas no Irã se deslocaram para outras áreas do país devido à insegurança, e até 700 mil pessoas foram deslocadas internamente no Líbano, muitas em abrigos coletivos superlotados, sob condições precárias de saúde pública e com acesso limitado a água potável, saneamento básico e higiene.

Essas condições aumentam o risco de infecções respiratórias, doenças diarreicas e outras doenças transmissíveis, especialmente para as populações mais vulneráveis, como mulheres e crianças, alerta a OMS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026

INTERNACIONAL - EM MEIO À TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO, UE PENSA EM SANÇÕES À RÚSSIA

Presidente da Comissão Europeia defende teto d

Do Estadão Conteúdo

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que não é o momento de aliviar as sanções contra a Rússia e defendeu a manutenção do teto de preços do petróleo russo como forma de estabilizar os mercados e limitar as receitas de Moscou em meio às tensões no Oriente Médio.

Em publicação no X nesta quarta-feira, 11, Von der Leyen disse que discutiu uma resposta coordenada do G7 para a situação no Irã e na região em conversa organizada pelo presidente da França, Emmanuel Macron.

Segundo a chefe do braço executivo europeu, a aplicação do teto para o petróleo russo pode ajudar a conter a volatilidade energética em um momento de maior risco geopolítico. “Aplicar o teto de preços do petróleo ajudará a estabilizar os mercados e limitar as receitas da Rússia. Este não é o momento de relaxar as sanções contra a Rússia”, escreveu.

A dirigente também afirmou que a prioridade imediata das autoridades é garantir a continuidade dos fluxos de energia globais, sobretudo a navegação pelo Estreito de Ormuz, que classificou como “crítica para a economia global”.

Ela acrescentou que discutiu o tema com o presidente do Conselho Europeu, António Costa. Von der Leyen saudou a decisão da Agência Internacional de Energia (AIE) de disponibilizar 400 milhões de barris de petróleo de reservas de emergência para aliviar as tensões na oferta global. O diretor-executivo da instituição, Fatih Birol, fez o anúncio mais cedo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/03/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO ZERA PIS E COFINS DO DIESEL PARA SEGURAR PREÇO POR CAUSA DA GUERRA NO IRÃ

Presidente Lula anunciou também pagamento a produtores e importadores de diesel e a criação de um imposto de exportação sobre o produto com alíquota de 12%. Petróleo chega a US\$ 100

Por Fabio Graner, Sérgio Roxo e Bruna Lessa — Brasília

O governo federal anunciou nesta quinta-feira a decisão de zerar o PIS e o Cofins do preço do diesel para conter a alta do combustível provocada pelos ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã. Além disso, uma medida provisória (MP) vai prever o pagamento de subvenção a produtores e importadores de diesel. O anúncio das medidas foi feito no Palácio do Planalto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



— Estamos fazendo uma engenharia econômica para evitar que os efeitos da guerra chegam ao povo brasileiro — disse o presidente.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Além dele, participam do anúncio os ministros Rui Costa (Casa Civil), Wellington César Lima e Silva (Justiça), Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Silveira (Minas e Energia).

Segundo Haddad, os decretos não interferem na política de preços da Petrobras.

— As medidas tomadas aqui não afetam em absolutamente nada e são independentes da política de preços da Petrobras que seguem seu ritmo de previsibilidade e sustentação da companhia em bases absolutamente sólidas — disse o ministro.

De acordo com o ministro, o governo também vai editar uma MP que vai prever o pagamento de subvenção a produtores e importadores de diesel, no valor de R\$ 0,32 por litro. Esse valor será abatido do preço final, ou seja, o consumidor terá um desconto.

Alívio de R\$ 0,64

Somado o desconto à redução dos tributos, a estimativa do governo é de gerar um alívio de R\$ 0,64 por litro nas bombas, para conter a pressão de custos ao longo da cadeia e criar condições para que esse efeito chegue à população. Será editado decreto para regulamentar a subvenção.

A MP prevê ainda Imposto de Exportação como medida regulatória para aumentar o refino interno e garantir o abastecimento à população. Pelo texto da medida, a exportação de petróleo bruto passará a pagar imposto de 12%, enquanto a exportação de diesel terá alíquota de 50% enquanto durar o programa de subsídio ao combustível.



A taxa sobre o petróleo deve gerar arrecadação relevante para o governo. Segundo estimativas da equipe econômica, o imposto pode render cerca de R\$ 15,6 bilhões em quatro meses. A medida, no entanto, pode ser revogada antes desse prazo caso o cenário internacional se normalize.

Fumaça é vista após uma explosão na zona industrial de Fujairah, Emirados Árabes Unidos. O preço do petróleo continua em alta — Foto: Bloomberg

Outro decreto, a ser editado nesta quinta-feira, determina que os postos de combustíveis adotem sinalização clara e visível ao consumidor, informando a redução dos tributos federais e do preço em função da subvenção.

Reunião com distribuidoras

Ministros devem se reunir nesta quinta-feira com representantes das maiores distribuidoras privadas de combustíveis — responsáveis por cerca de 70% do mercado privado no Brasil — para cobrar que as medidas anunciadas sejam efetivamente repassadas ao consumidor final.

O Ministério da Fazenda vinha preparando nos últimos dias uma nota técnica na qual estima os impactos da alta do preço do barril do petróleo na economia brasileira. Além disso, o Ministério de Minas e Energia (MME) informou que estava monitorando as cadeias de suprimento globais de derivados de petróleo e a logística nacional do abastecimento de combustíveis.

A avaliação do governo Lula é que, até o momento, as oscilações do preço internacional estão dentro do esperado e há grande volatilidade nos preços. Em nota, o MME diz que “apesar do cenário de instabilidade, a exposição direta do Brasil ao conflito é considerada limitada”.

Nesta quinta-feira, o preço do petróleo voltou a subir e opera perto de US\$ 100, após o novo líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, ter declarado que o estreito de Ormuz ficará fechado por “muito tempo”.



Mapa mostra onde fica localizado o Estreito de Ormuz — Foto: Arte O GLOBO

O estreito de Ormuz é uma rota estratégica para escoar o petróleo dos países do Golfo Pérsico e, neste momento, está praticamente sem fluxo de navios, operando com só 10% do tráfego habitual. Pelo estreito, passam 20% do comércio global de petróleo.

Nesta quarta-feira, os países ricos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os Estados Unidos anunciaram uma liberação recorde de reservas estratégicas de petróleo para tentar amenizar os impactos da guerra. O momento atual já é considerado por especialistas como a maior crise no setor desde os choques de petróleo da década de 1970.

A Agência Internacional de Energia (AIE) informou, em relatório mensal publicado nesta quarta-feira, que o momento atual já se configura como o “de maior interrupção de fornecimento na história do petróleo”. A guerra no Irã, segundo a entidade, provocou uma redução na oferta global de petróleo de 7,5%.

Vários países estão adotando medidas para lidar com o salto no preço do petróleo. Na Europa, a Alemanha limitará as remarcações de preços nos postos de gasolina a uma vez por dia, anunciou o ministro da Economia.

A Itália pretende usar a receita extra da arrecadação de impostos com o aumento dos combustíveis para amenizar o impacto nos preços aos consumidores. A Grécia limitará as margens de lucro sobre combustíveis e produtos alimentícios pelos próximos três meses.

Na Ásia, países que dependem fortemente da importação de petróleo estão incentivando o home office e reduzindo o expediente em repartições públicas para economizar energia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/03/2026

ESTREITO DE ORMUZ 'CERTAMENTE' SEGUIRÁ BLOQUEADO, DIZ NOVO LÍDER SUPREMO DO IRÃ EM PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO DESAFIADOR

Mojtaba Khamenei divulgou mensagem por escrito, lida na televisão estatal iraniana nesta quinta-feira, prometendo novas frentes de resistência aos ataques americanos e israelenses

Por O GLOBO — Teerã

Em um primeiro pronunciamento em tom desafiador a EUA e Israel, o novo líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, afirmou nesta quinta-feira que o Estreito de Ormuz, passagem estratégica por onde circula cerca de 20% da produção mundial de petróleo, seguirá bloqueado enquanto durar a hostilidade contra o território iraniano. Mojtaba, filho do ex-líder supremo assassinado, aiatolá Ali Khamenei, fez as primeiras declarações por meio de um comunicado divulgado pelos canais oficiais do regime iraniano — quatro dias após sua nomeação ao cargo, em um momento em que dúvidas

sobre seu estado de saúde levantam questionamentos e que as forças militares do Irã ampliam os ataques contra alvos ligados ao mercado de petróleo na região.



Homem assiste ao primeiro pronunciamento do líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei — Foto: AFP

"Certamente também deve continuar a ser utilizado o instrumento de bloqueio do Estreito de Ormuz", afirmou Mojtaba no documento, enquanto há registro de sete ataques contra embarcações no estreito e no Golfo Pérsico entre quarta e esta quinta-feira, elevando para ao menos 19 o número de navios atingidos na região desde o início da guerra. Há também registro de oito trabalhadores mortos e 20 mil presos em embarcações desde 28 de fevereiro. Outros três marinheiros

permanecem desaparecidos.

Em sua declaração, o líder supremo também afirmou que "estudos também foram realizados sobre a abertura de outras frentes nas quais o inimigo tem pouca experiência e nas quais será altamente vulnerável. A ativação dessas frentes poderá ocorrer caso a situação de guerra continue e conforme as circunstâncias o permitam."

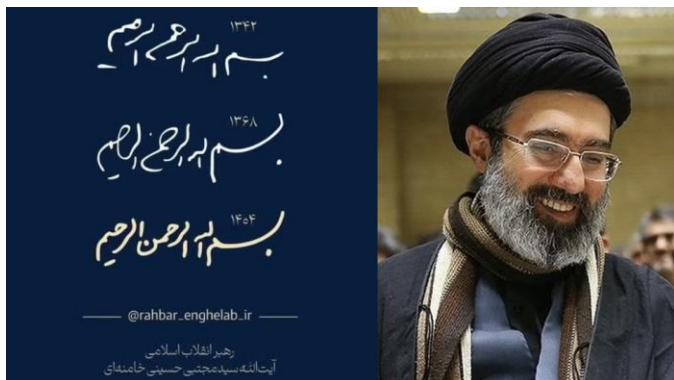
O pronunciamento assinado por Mojtaba foi lido na televisão estatal do Irã e se divide em sete pontos. O texto trata de assuntos políticos ligados à guerra, mas assume o tom formal de uma líder religioso — o líder supremo iraniano é também uma figura central para milhões de muçulmanos xiitas em outros países — ao citar o Alcorão em determinadas passagens, como a saudação "Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso", que inicia a maioria dos capítulos do livro sagrado islâmico.

Entre as mensagens políticas transmitidas, o líder supremo iraniano fez um apelo aos países do Golfo — alvos de numerosos ataques do Irã desde o início do conflito — para fecharem as bases militares americanas em seus territórios. Em meio à campanha de retaliação de Teerã, os vizinhos condenaram reiteradamente violações aos seus territórios, o que o regime iraniano rejeitou, dizendo que os ataques se limitavam a instalações de EUA e Israel — embora as principais capitais da região tenham relatado danos a instalações civis.

"Recomendo que fechem essas bases o mais rapidamente possível. Vocês já devem ter percebido que a alegação de que os Estados Unidos garantem segurança e paz não passa de uma mentira", afirmou Khamenei no texto.

Sem rendição

A nomeação de Mojtaba foi apontada por analistas especializados no regime iraniano como um sinal da estrutura política fundada pela Revolução Islâmica de que não vai ceder às exigências de rendição total dos adversários ocidentais. Filho do ex-líder supremo assassinado, Mojtaba, de 56 anos, foi apontado como um nome de consenso entre religiosos e a Guarda Revolucionária do Irã, braço militar mais ideológico dentro do regime — mesmo contrariando o posicionamento públicos de Khamenei e de seu antecessor, Ruholla Khomeini, em contrariedade à hereditariedade de cargos.



Mojtaba Khamenei divulga primeira mensagem — Foto: Reprodução e Tasnim News Agency, CC BY 4.0

Além do passado próximo à Guarda Revolucionária, a escolha de Mojtaba também ofereceu ao regime uma liderança que pessoalmente tem poucos motivos para dialogar ou arrefecer as tensões com os EUA, uma vez

que teve o pai, a mãe e a esposa mortos no ataque inicial americano-israelense. Em seu pronunciamento, o líder supremo prometeu vingança.

"Por enquanto, apenas uma pequena parte dessa vingança foi concretizada, mas, até que esteja completa, essa será uma de nossas prioridades", enfatiza o texto. "Buscaremos compensação do inimigo e, se ele se recusar, tomaremos o máximo de seus bens que considerarmos adequado e, se isso não for possível, destruiremos a mesma quantidade de seus bens."

O próprio Mojtaba ficou ferido com o ataque inicial, embora não se saiba com exatidão a extensão dos danos físicos. O embaixador iraniano no Chipre, Alireza Salarian, disse ao The Guardian na quarta-feira que o filho de Khamenei "foi ferido" no bombardeio inicial, que acreditava que ele foi hospitalizado com ferimentos nas pernas, na mão e no braço. Outras autoridades iranianas afirmaram que ele estaria fora de perigo.

— Soube da notícia de que Mojtaba Khamenei foi ferido. Perguntei a amigos que têm contatos com ele, e eles me disseram que, graças a Deus, ele está são e salvo — afirmou Yousef Pezeshkian, filho do presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, e assessor do governo.



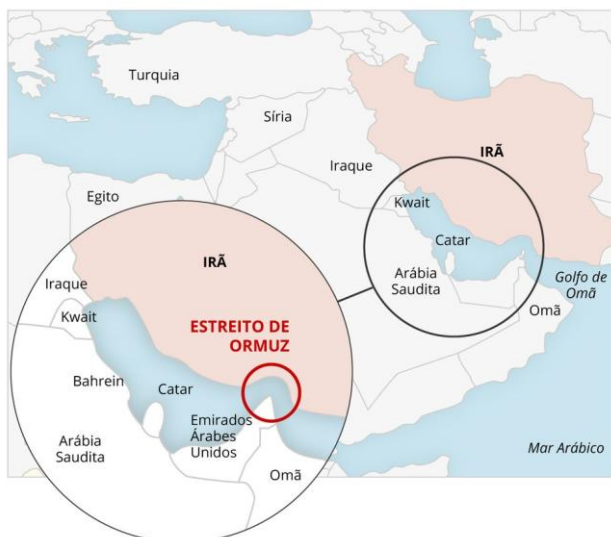
Manifestação em apoio ao novo líder do Irã, Mojtaba Khamenei, em Teerã — Foto: Arash Khamooshi / New York Times

A nova liderança de Teerã também se dirigiu diretamente ao povo iraniano, destacando a necessidade de resistência perante o que chamou de "martírio". Mojtaba citou o ataque que destruiu uma escola de ensino básico em Minab, que apurações preliminares afirmam ter sido disparado pelos EUA. Mais de 1,2 mil pessoas morreram no país, segundo o Ministério da Saúde iraniano, que não atualiza os dados após cada rodada de ataque.

Também agradeceu pelo apoio dos aliados do Eixo da Resistência, que atacaram Israel e posições dos EUA desde o início da guerra.

"Expresso também minha sincera gratidão aos combatentes do Eixo da Resistência", disse Khamenei, citando Hezbollah (Líbano), Houthis (Iêmen) e facções pró-Irã que atuam a partir do Iraque.

ONDE FICA O ESTREITO



Embora o líder supremo não tenha aprofundado as novas possíveis frentes de resistência a serem abertas contra EUA e Israel, um grupo hacker ligado a Teerã anunciou na quarta-feira um ataque contra uma empresa americana do ramo de saúde. Fontes americanas citam temores crescentes de que um aprofundamento ou prolongamento do conflito coloque em risco infraestrutura e empresas civis.

Pressão sobre o petróleo

A instabilidade no Estreito de Ormuz, acidente geográfico que divide o Golfo Pérsico do Golfo de Omã, levou a uma forte instabilidade no mercado global de petróleo, mesmo após os 32 países-membros da Agência Internacional de Energia (AIE) liberarem na véspera 400 milhões de barris de suas reservas estratégicas para reduzir a pressão na demanda. A agência estima que países do Golfo —

entre eles, alguns dos principais produtores de petróleo e gás natural do mundo, como Arábia Saudita, Kuwait, Emirados e Iraque — tenham reduzido suas produções em ao menos 10 milhões de barris/dia.

O presidente americano, Donald Trump, chegou a sugerir no começo da semana que poderia usar os navios da Marinha dos EUA para escoltar barcos pelo Estreito de Ormuz — algo que foi descartado, ao menos de forma imediata, pelo secretário de Energia americano, Chris Wright, que apontou que todos os esforços estão na frente de guerra. Em uma publicação na Truth Social, Trump disse que a alta dos preços até beneficiariam Washington e estabeleceu como prioridade os ataques ao Irã. Desde o início do conflito, os EUA atacaram cerca de 6 mil alvos no Irã, informou o Comando Central nesta, incluindo mais de 90 embarcações iranianas (cerca de 60 navios e 30 navios lança-minas).

Mapa mostra onde fica o Estreito de Ormuz — Foto: Arte O Globo

"Os Estados Unidos são, de longe, o maior produtor de petróleo do mundo, então, quando os preços do petróleo sobem, ganhamos muito dinheiro. MAS, para mim, como presidente, é de interesse e importância muito maiores impedir que um império do mal, o Irã, obtenha armas nucleares e destrua o Oriente Médio e, inclusive, o mundo", escreveu Trump.

Embora tenha mais de 30 quilômetros de largura no ponto mais próximo entre as margens norte e sul, a parte transitável de Ormuz para os gigantescos petroleiros e navios de carga que cruzam a rota naval é consideravelmente menor. As embarcações percorrem dois corredores marítimos definidos, os canais de tráfego, estabelecidos internacionalmente para organizar o fluxo e evitar acidentes.

Cada um dos canais tem apenas três quilômetros de largura, com uma faixa de separação de outros três quilômetros entre eles. Um corredor é usado para entrada e outro para saída do Golfo Pérsico, em um sistema de mão dupla semelhante a uma estrada. Ou seja, todo o tráfego comercial global fica ali, naquele trecho, comprimido em seis quilômetros.

A área reduzida e a previsibilidade sobre o trânsito das embarcações torna toda a região vulnerável às ações iranianas, cujos mísseis e drones são capazes de cortar toda a extensão do Golfo. País tem também a capacidade de instalar minas navais, com potencial de avariar severamente e afundar embarcações de uso militar e civil. Nesta quinta, o vice-chanceler iraniano, Mayid Tajt Ravanchi, desmentiu que o país já tenha lançado minas no estreito, como apontaram relatos de imprensa recentemente. (Com AFP)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/03/2026

PF FLAGRA SUPLENTE DE ALCOLUMBRE SACANDO R\$ 350 MIL DURANTE INVESTIGAÇÃO SOBRE DESVIOS NO DNIT

Breno Chaves Pinto foi fotografado por agentes entrando em carro de primos do presidente do Senado, que afirma não ter 'relação empresarial' com aliado; empresário diz que retirou recursos para pagar funcionários da sua firma

Por Patrik Camporez — Brasília



Breno Chaves Pinto foi flagrado deixando agência de banco — Foto: Reprodução

A Polícia Federal (PF) flagrou o empresário Breno Chaves Pinto, segundo suplente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deixando uma agência bancária com R\$ 350 mil em espécie e entrando em um carro registrado em nome de uma empresa pertencente a primos do senador. O episódio consta em relatório de monitoramento da investigação que apura fraudes em licitações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Amapá, obtido pelo GLOBO.

Agentes passaram a seguir os passos de Chaves Pinto após receberem um alerta do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre saques em espécie em valores considerados altos. A PF identificou que essas retiradas de dinheiro ocorriam pouco tempo após o recebimento de recursos provenientes de contratos públicos, configurando indícios de "lavagem de capitais".

A PF apura suspeitas de que o suplente de Alcolumbre é um dos líderes de uma organização criminosa suspeita de conluio e simulação de competitividade em licitações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) do Amapá.

Segundo o inquérito, o empresário atuava como o líder de um dos núcleos do esquema, "exercendo forte ingerência institucional no DNIT/AP, valendo-se de sua condição de suplente de senador da República para praticar, em tese, o crime de tráfico de influência".

"As investigações financeiras demonstraram vultosos e sucessivos saques em espécie, que ultrapassam R\$ 3 milhões, das contas de suas empresas, em datas próximas a pagamentos de contratos públicos, configurando indícios de lavagem de capitais", diz a PF no relatório

Procurado, o empresário afirmou que os saques são referentes a pagamentos a funcionários e prestadores de serviços de sua empresa. "O presente processo tramita sob sigilo de Justiça, razão por que as manifestações da defesa ocorrem exclusivamente nos autos, em estrita observância às determinações legais", afirma, em nota.

Alcolumbre, por sua vez, afirmou que "não possui qualquer relação com a atuação empresarial de seu segundo suplente".

Ao longo das apurações, os investigadores identificaram saques sucessivos em espécie nas contas de Chaves Pinto que ultrapassam R\$ 3 milhões. As retiradas eram feitas em diferentes agências bancárias do Amapá.



Uma dessas retiradas, monitoradas pela PF, ocorreu em 7 de novembro de 2024, em uma agência bancária em Santana (AP), município a cerca de 20 quilômetros de Macapá. Na ocasião, alertados de que Chaves Pinto havia provisionado a retirada de R\$ 350 mil em espécie, agentes se postaram em frente ao local.

Breno Chaves Pinto foi flagrado entrando na agência do banco — Foto: Reprodução

De acordo com o relatório da vigilância, o empresário chegou à agência às 13h14, no banco de carona de uma SUV branca. Ele desceu do veículo carregando uma mochila azul, entrou na agência, onde permaneceu por aproximadamente 30 minutos. Após deixar o estabelecimento bancário, entrou no mesmo carro, que o aguardava do lado de fora, e partiu em direção à sede de uma de suas empresas.

Breno Chaves Pinto foi flagrado deixando agência de banco — Foto: Reprodução



A PF identificou que, na ocasião, o carro que levou e aguardou Chaves Pinto na porta da agência bancária estava registrado em nome da Lojas 2A Ltda., que vende produtos importados em Macapá. A firma tem como únicos sócios Alberto Brasil Alcolumbre e André Luiz Brasil Alcolumbre, primos de primeiro grau do presidente do Senado.



PF monitorou movimentação de Breno Chaves Pinto — Foto: Reprodução

O documento da transação, obtido pelo GLOBO, informa que o veículo da empresa dos primos foi vendido oficialmente em julho de 2025 para Chaves Pinto, quase 9 meses depois do flagra da PF relacionado ao carro.

A transação foi comunicada no dia 24 daquele mês, dois dias depois de o empresário ser alvo de buscas e apreensões da PF, durante a Operação Route-156.

Procurado, André Alcolumbre afirmou que o veículo foi vendido de fato para Chaves Pinto em 2022, "com valor da venda devidamente recebido em nossa conta corrente". De acordo com ele, a transferência não ocorreu na ocasião "por erro material".

Pelo Código de Trânsito Brasileiro, o comprador de um veículo tem prazo de até 30 dias para efetuar a transferência de propriedade junto ao órgão de trânsito, sob pena de multa.

Obras em rodovia

Segundo decisão da Justiça Federal que autorizou a operação, a investigação aponta a atuação de uma organização criminosa voltada à fraude do caráter competitivo de licitações realizadas pela superintendência do Dnit no Amapá.

A PF encontrou diálogos e troca de documentos sigilosos entre o superintendente e representantes das empresas antes mesmo da publicação dos editais. Uma conversa de 25 de outubro de 2023, interceptada pelos investigadores, mostra o chefe do Dnit local agradecendo ao suplente de Alcolumbre pelo aumento nos recursos enviados ao órgão. Ele atribui a quantia às "tratativas do nosso senador", referência, segundo a apuração, ao presidente do Senado.

Em outro trecho da investigação, o então superintendente pede que Chaves Pinto peça a Alcolumbre que pressione o governo a liberar os pagamentos, evidenciando, segundo decisão judicial, o uso de influência política para obtenção de verbas ao Dnit.

"Solicita a Breno que fale com o senador Davi Alcolumbre para postar uma foto, e para 'dar uma pressão no governo para liberar nossos empenhos", diz trecho da investigação

A apuração teve início a partir de denúncias que indicavam favorecimento de empresas em quatro licitações realizadas pelo Dnit. Auditorias da Controladoria-Geral da União indicaram lentidão na execução das obras e possível desvio de recursos. Também foram apontadas transações financeiras com indícios de lavagem de dinheiro e atuação de organização criminosa composta por agentes públicos e empresários.

Procurado, o Dnit não se manifestou. Na época da operação, o órgão afirmou colaborar com a investigação e que as "instâncias de integridade da autarquia também estão apurando os fatos a fim de adotar as medidas administrativas que forem necessárias". "O Departamento repudia qualquer prática fraudulenta ou ato de corrupção e conta com uma Política Antifraude e Anticorrupção que, entre outros aspectos, deixa clara essa premissa", disse, em nota.

Os contratos investigados pela PF somam R\$ 60,2 milhões e envolvem pregões para manutenção e recuperação de trechos da BR-156. A suspeita é de que o grupo simulava concorrência em licitações para direcionar contratos às empresas investigadas.

A BR-156 é a principal via rodoviária do Amapá, com 823 km de extensão entre Laranjal do Jari e Oiapoque. A precariedade na manutenção da estrada afeta diretamente o acesso da população a serviços básicos.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável por implementar a política de infraestrutura de transportes terrestres no país. Entre suas atribuições estão a construção, manutenção e fiscalização de rodovias federais, além da gestão de obras em ferrovias, hidrovias e instalações de apoio ao transporte.

Alvo em 2022

Em dezembro de 2022, Chaves Pinto já havia sido alvo de uma operação da Polícia Federal. Na ação, os agentes apreenderam cerca de R\$ 800 mil em dinheiro vivo na sede da empresa durante a investigação que apura fraudes e superfaturamento na mesma obra rodoviária no Amapá.

A investigação começou em razão de um inquérito sobre a inserção de informações falsas no sistema do Ibama para a movimentação de créditos florestais para “esquentamento” de madeiras de origem ilegal. A PF verificou a ocorrência de suposto superfaturamento no valor de R\$ 6,1 milhões nas obras tocadas pela firma do segundo suplente do senador, que é investigado pelos crimes de organização criminosa, peculato, corrupção ativa e passiva, fraude à licitação, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Procurado em março de 2023, o empresário afirmou que a Justiça havia autorizado a devolução dos bens apreendidos e disse que a acusação de compra de madeira ilegal aconteceu em razão de um erro na aquisição do produto, com a compra endereçada para a sede da empresa e não para o local da obra, o que contrariaria as regras do Ibama. Ele também negou irregularidades ou conflito de interesses nas contratações envolvendo as empresas que comanda.

O episódio envolvendo os primos do senador e o avanço das investigações da Polícia Federal no Amapá ocorrem em meio a um momento de tensão política em Brasília. Nas últimas semanas, Alcolumbre tem manifestado a interlocutores insatisfação com operações da PF no estado que atingem pessoas de seu entorno político, incluindo o segundo suplente e apurações relacionadas ao banco Master.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/03/2026

MASTER: O MAIOR TEMOR DE FACHIN EM TORNO DAS INVESTIGAÇÕES QUE FECHARAM O CERCO CONTRA VORCARO E O STF

Por Rafael Moraes Moura — Brasília



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin durante sessão plenária da Corte — Foto: Brenno Carvalho/O Globo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, tem consumido boa parte de seu tempo em reuniões internas e conversas reservadas com os ministros da Corte para tentar encontrar formas de tirar o tribunal das cordas e diminuir o impacto do escândalo do Banco Master. Enquanto tenta conseguir consenso em torno de uma reação, Fachin tem externado sua maior preocupação sobre os efeitos das investigações:

transformar o Supremo em pauta central do processo eleitoral.

O receio é de que o caso contamine a eleição para o Senado Federal, que terá $\frac{2}{3}$ das cadeiras renovadas no pleito de outubro, e impulse a eleição de uma forte e influente bancada de direita com a aprovação de impeachment de integrantes da Corte como pauta prioritária.

Para Fachin, a melhor resposta à crise seria a implantação de um Código de Ética como resposta para a crise. A ministra Cármen Lúcia foi designada para assumir a relatoria da proposta há mais de um mês e até agora nem sequer uma reunião entre os ministros foi realizada.

A inspiração de Fachin é o código da suprema corte alemã, que divulga em seu site o quanto os juízes receberam por palestras e participações em eventos, um tema considerado tabu dentro do STF.

Um dos poucos ministros que divulga diariamente a sua agenda de compromissos, Fachin não é entusiasta de fóruns patrocinados por empresários e já disse que “comedimento e compostura são deveres éticos” e que “abdicar dos limites é um convite para pular no abismo institucional”.

Um dos exemplos é o do IDP, instituto ligado ao ministro Gilmar Mendes, organiza todos os anos o “Gilmarpalooza”, em Lisboa, reunindo empresários, políticos e ministros na capital portuguesa numa programação oficial marcada por painéis de discussão – e uma agenda paralela de eventos marcados por lobby e jantares em terraços de hotéis longe dos olhos da opinião pública.

Sinal de alerta

Em dezembro, o ministro Gilmar Mendes deu uma polêmica decisão que escancarou o temor do Supremo com o avanço de pedidos de impeachment contra magistrados.

A decisão esvaziava o poder de parlamentares e de cidadãos comuns de pedirem a cassação de magistrados, deixando essa prerrogativa apenas nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Com o aval da PGR, Gilmar suspendeu um trecho de uma lei de 1950 que previa que é “permitido a todo cidadão denunciar perante o Senado, os ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República, pelos crimes de responsabilidade que cometeram”.

Em sua decisão, Gilmar afirmou que “a intimidação do Poder Judiciário por meio do impeachment abusivo cria um ambiente de insegurança jurídica, buscando o enfraquecimento desse poder, o que, ao final, pode abalar a sua capacidade de atuação”.

Após forte pressão da opinião pública e do Congresso, Gilmar voltou atrás nesse ponto, mas manteve um outro trecho da decisão em que determinava que são exigidos 54 votos para abrir um pedido de impeachment contra ministros do STF, e não mais maioria simples.

À época, a decisão de Gilmar foi interpretada nos bastidores da Corte como uma espécie de vacina para as eleições de outubro deste ano, quando aliados de Jair Bolsonaro planejam formar maioria no Senado e desengavetar os mais de 70 pedidos de impeachment contra ministros do STF que aguardam análise do plenário.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/03/2026

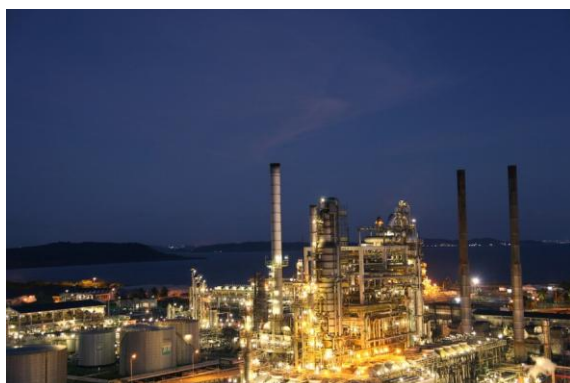
REFINARIA DE MATARIPE, NA BAHIA, ANUNCIA REAJUSTE DE ATÉ 20% NO DIESEL E DE 7,4% NA GASOLINA

Empresa, que é a única privada de grande porte no Brasil, informou que segue 'critérios de mercado, que levam em consideração variáveis como custo do petróleo, dólar e frete'

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro

No dia em que o governo federal anunciou que vai zerar o PIS e o Cofins do preço do diesel para conter a alta do combustível provocada pelos ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, a Refinaria de Mataripe, na Bahia, anunciou reajuste de até 20% no diesel para as distribuidoras.

Segundo comunicado da refinaria, o valor por litro do diesel S10 passou de R\$ 4,18 para R\$ 5,00, uma alta de 19,5%. O diesel S500 subiu de R\$ 4,08 para R\$ 4,90, avanço de 20%. A gasolina aumentou 7,4%, de R\$ 3,05 para R\$ 3,28. Em geral, os reajustes ocorrem toda quinta-feira.



A Refinaria Mataripe, na Bahia — Foto: Andre Valentim / Agência Petrobras

Única refinaria privada de grande porte no Brasil, a empresa destacou que segue "critérios de mercado, que levam em consideração variáveis como custo do petróleo, dólar e frete, podendo variar para cima ou para baixo, e são informados previamente aos clientes".

"Os contratos firmados com seus clientes estabelecem, de forma clara e com total transparência, a possibilidade de ajustes escalonados e graduais seguindo parâmetros

previamente definidos e em cenários como o vivido atualmente", disse a refinaria em nota.

A refinaria pertencia à Petrobras, mas foi privatizada no governo de Jair Bolsonaro. Hoje, a empresa faz parte da Acelen, empresa de energia criada pelo fundo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes Unidos.

Nesta semana, a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) disse que a guerra no Irã já elevou o preço do diesel S10 em cerca de 10%. A variação corresponde a uma alta de aproximadamente R\$ 0,60 por litro nas distribuidoras, que vendem o combustível para as redes de postos. Para a entidade, há indicação de possível continuidade e intensificação dessa pressão sobre os preços.

Na semana passada, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontou alta nos preços médios nos postos. O diesel passou de R\$ 6,03 para R\$ 6,08, um aumento de 5 centavos, equivalente a 0,83% nas duas últimas semanas. Foi o primeiro avanço desde a semana de 4 de janeiro, quando o preço médio passou de R\$ 6,02 para R\$ 6,05.

O preço da gasolina vendida nos postos passou de R\$ 6,28, na última semana de fevereiro, para R\$ 6,30 na semana que terminou em 7 de março. Foi uma alta de 2 centavos, o que corresponde a 0,33%. Foi a primeira alta no preço da gasolina desde a semana de 11 de janeiro, quando o combustível subiu de R\$ 6,29 para R\$ 6,32 na média do país.

Na semana passada, durante conferência de resultados financeiros de 2025, Magda Chambriard, presidente da Petrobras, disse que a estatal evita o repasse da volatilidade de preços do mercado internacional ao consumidor brasileiro.

— Observamos as paridades internacionais de petróleo sem repassar as volatilidades para o mercado interno. Neste momento a gente está se perguntando até que momento essa cotação vai continuar. E essa pergunta ainda não está respondida. Se essa volatilidade for grande e a subida for grande assim, ela vai exigir respostas mais rápidas se a subida fosse mais lenta. Neste momento, não temos certeza dessa premissa — disse ela para analistas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/03/2026

EM RITMO PRÉ-ELEITORAL, LULA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 2 BILHÕES PARA O PARANÁ

Presidente assinará uma série de medidas voltadas à ampliação e à modernização de rodovias, portos e aeroportos no estado

Por O Globo — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará anúncio de R\$ 2,08 bilhões em investimentos em infraestrutura de transportes no estado do Paraná. O lançamento ocorrerá em cerimônia no Palácio do

Planalto nesta quinta-feira com a presença dos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e dos Transportes, Renan Filho.

Lula assinará uma série de medidas voltadas à ampliação e à modernização de rodovias, portos e aeroportos no estado, majoritariamente bolsonarista e onde o petista enfrenta resistências.



Presidente Lula no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O cenário também é adverso ao PT, que deve apoiar o candidato do PDT ao governo, Requião Filho. Do lado adversário, estará o senador Sérgio Moro (União Brasil) e o candidato a sucessão de Ratinho Junior (PSD), ainda indefinido.

A ofensiva política do governo no Paraná inclui ações do Ministério dos Transportes, que terá duas ordens de serviço que somam R\$ 730 milhões em investimentos. A

primeira autoriza o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá (BR-376/PR), com investimento de R\$ 409 milhões.

A segunda ordem de serviço viabiliza a execução do quarto e último trecho da BR-487/PR, conhecida como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. Serão concluídos 37 quilômetros da rodovia que conecta regiões produtoras de grãos ao Porto de Paranaguá, com investimento de R\$ 321,2 milhões.

Já o Ministério de Portos e Aeroportos vai anunciar a autorização da licitação para reforma e ampliação do terminal de passageiros e modernização da torre de controle do Aeroporto Regional de Maringá, que receberá R\$ 129,1 milhões em recursos. Também será feita a assinatura do contrato de concessão para exploração e administração da infraestrutura do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/03/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

IRAQUE ANUNCIA SUSPENSÃO DAS OPERAÇÕES EM PORTOS DE PETRÓLEO APÓS ATAQUE

Ação realizada perto da costa iraquiana deixou um morto e obrigou a suspensão temporária das atividades nos terminais petrolíferos

Por Redação

O diretor-geral da Companhia Geral de Portos do Iraque (GCPI), Farhan Al-Fartousi, anunciou nesta quinta-feira, 12, a suspensão completa das operações nos terminais de petróleo, enquanto os portos comerciais seguem funcionando normalmente. As informações foram divulgadas pela Agência de Notícias Iraquiana (INA).

A medida foi tomada após um ataque a um navio-tanque a cerca de 48 quilômetros da costa, que transportava derivados de petróleo e estava em processo de transferência de carga entre embarcações.



Petroleiros e navios alinhados no Estreito de Ormuz, vistos de Khor Fakkan, Emirados Árabes Unidos. Foto: Altaf Qadri/AP

De acordo com Al-Fartousi, em entrevista à INA, uma das embarcações envolvidas no caso, bandeirada em Malta, foi atingida por uma explosão, ainda sem confirmação se direta ou causada por um dispositivo improvisado lançado ao mar.

Equipes de resgate salvaram 38 tripulantes, mas houve um óbito confirmado. Rebocadores especializados foram mobilizados para apagar o incêndio, enquanto buscas seguem por desaparecidos.

Nos portos de Umm Qasr Norte e Sul, a carga e descarga continuam, mas os terminais petrolíferos permanecem suspensos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/03/2026

IRÃ AUTORIZOU NAVIOS DE ALGUNS PAÍSES A CRUZAREM O ESTREITO DE ORMUZ, DIZ VICE-MINISTRO

Em entrevista à 'AFP', vice-ministro das Relações Exteriores iraniano negou os relatos de que o país teria colocado minas na via marítima

Por Redação

O Irã autorizou navios de alguns países a cruzarem o Estreito de Ormuz, afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores iraniano, Majid Takht Ravanchi, nesta quinta-feira, 12, em entrevista à AFP. A via permanece efetivamente fechada durante a guerra contra Estados Unidos e Israel.

Teerã mantém, em grande parte, um bloqueio ao estreito para navios, mas o vice-ministro declarou que alguns países solicitaram permissão para usar essa via e que o Irã "cooperou com eles".



Fila de petroleiros e navios no Estreito de Ormuz, vistos de Khor Fakkan, Emirados Árabes Unidos, na última quarta-feira, 11 Foto: Altaf Qadri/AP

"Acreditamos que os países que se uniram à agressão não devem se beneficiar da passagem segura pelo Estreito de Ormuz", enfatizou Takht Ravanchi, que negou os relatos de que a república islâmica teria colocado minas na passagem, estratégica para o trânsito de petróleo e gás.

O vice-ministro também explicou que o Irã quer garantir que não seja forçado a outra guerra no futuro. "Quando a guerra começou em junho do ano passado, após 12 dias houve uma suposta cessação das hostilidades... mas depois de oito ou nove meses, eles se reagruparam e fizeram tudo de novo", disse, referindo-se aos Estados Unidos e a Israel. "Não queremos ser tratados assim novamente no futuro", enfatizou.

Após a guerra de 12 dias em junho de 2025, Israel e os Estados Unidos iniciaram uma nova onda de ataques contra o Irã em 28 de fevereiro deste ano, matando seu líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei, e desencadeando a atual guerra, que se espalhou por todo o Oriente Médio.

O Irã respondeu atacando interesses israelenses e americanos em toda a região. "Antes do início da guerra, em diversas ocasiões, informamos nossos vizinhos de que, se os Estados Unidos agredissem

o Irã, todos os ativos e bases americanas seriam alvos legítimos para o Irã”, declarou Takht Ravanchi. “Estamos agindo em legítima defesa. Continuaremos agindo em legítima defesa enquanto for necessário”, afirmou. / AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/03/2026

GUERRA CAUSA MAIOR INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DA HISTÓRIA DO MERCADO GLOBAL DE PETRÓLEO, DIZ AIE

Países do Golfo reduziram produção do produto em pelo menos 10 milhões de barris diários, conforme afirmou a Agência Internacional de Energia nesta quinta-feira, 12

Por Redação

Os países do Golfo reduziram a produção de petróleo em pelo menos 10 milhões de barris diários com o bloqueio do Estreito de Ormuz pela guerra no Oriente Médio, o que representa “a maior interrupção” de fornecimento da história do mercado global de petróleo, afirmou nesta quinta-feira, 12, a Agência Internacional de Energia (AIE).



“A produção de petróleo bruto foi reduzida em pelo menos 8 milhões de barris por dia (mb/d), em conjunto com 2 mb/d” relacionados a derivados de petróleo (incluindo os condensados), que foram “paralisados”, destacou a AIE, por meio de um relatório.

Navios comerciais são fotografados na costa de Dubai em 11 de março de 2026. Foto: Divulgação/AFP

Em particular, segundo a agência, foram registradas “importantes reduções da oferta” no Iraque, Catar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, países alvos de atos de represália do Irã. A situação pode representar uma oportunidade para vários produtores da América Latina, como Brasil, Venezuela e México, porém com valores de frete elevados.

“A guerra no Oriente Médio está provocando a maior perturbação do fornecimento em toda a história do mercado mundial de petróleo”, afirma o relatório da agência de energia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris.

Os fluxos de petróleo bruto e derivados que atravessam o Estreito de Ormuz, um ponto crucial para o comércio mundial, eram de cerca de 20 mb/d antes do conflito regional, no qual o Irã fechou de fato o tráfego pelo estreito.

No momento, o fornecimento foi reduzido ao mínimo. A AIE calcula que o fornecimento mundial de petróleo deve registrar queda de 8 milhões de barris por dia em março, já que as reduções de produção no Oriente Médio serão apenas parcialmente compensadas por um aumento da produção dos países não membros da aliança ampliada Opep+, assim como do Cazaquistão e da Rússia.

O relatório também destaca que “as interrupções nas exportações a partir do Golfo Pérsico estão obrigando as refinarias a diversificar suas fontes de fornecimento, e os compradores asiáticos recorrem cada vez mais aos Estados Unidos, África Ocidental e América Latina”.

Contudo, as rotas comerciais mais longas exigem mais navios e tempo, “o que intensifica a pressão de alta sobre as tarifas de frete” e impacta os preços.

Na quarta-feira, 11, a AIE informou que seus 32 países-membros concordaram de forma unânime em liberar 400 milhões de barris de petróleo de reservas emergenciais para o mercado, em resposta das

interrupções de oferta provocadas pela guerra no Oriente Médio. A medida ocorre em meio ao colapso dos fluxos energéticos pelo Estreito de Ormuz, rota crucial para o comércio global da commodity.

Segundo comunicado da entidade, a decisão de adotar a ação coletiva foi tomada após reunião extraordinária, convocada para avaliar as condições do mercado diante do conflito na região. “Os desafios que estamos enfrentando no mercado de petróleo são sem precedentes em escala”, afirmou o diretor-executivo da AIE, Fatih Birol, na ocasião. /AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/03/2026

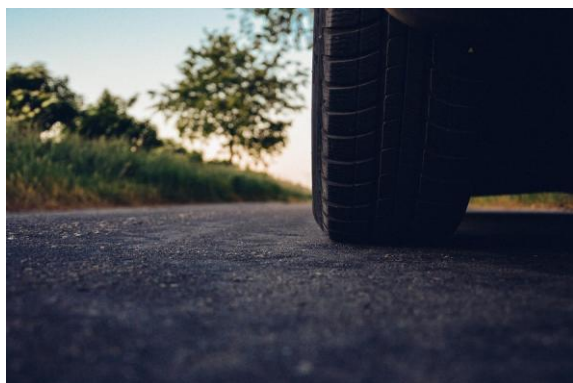


VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO LULA ANUNCIA R\$ 2 BI EM INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NO PARANÁ

Entre os projetos, está execução do quarto e último trecho da chamada “Estrada Boiadeira” (BR-487/PR), entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste, com investimento de R\$ 321,2 milhões

Por Mariana Andrade e Sofia Aguiar, Valor — Brasília



No âmbito do Ministério dos Transportes, foram assinadas ordens de serviço que somam R\$ 730 milhões em obras rodoviárias — Foto: Pixabay

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou R\$ 2,08 bilhões em investimentos federais na infraestrutura de transportes para o Paraná. No âmbito do Ministério dos Transportes, foram assinadas duas ordens de serviço que somam R\$ 730 milhões em investimentos em obras rodoviárias.

A primeira autoriza o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá (BR-376/PR), com aporte de R\$ 409 milhões. Já a segunda viabiliza a execução do quarto e último trecho da chamada “Estrada Boiadeira” (BR-487/PR), localizada entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste, com investimento de R\$ 321,2 milhões.

Pelo Ministério de Portos e Aeroportos, foram formalizadas a autorização da licitação para reforma e ampliação do terminal de passageiros e modernização da torre de controle do Aeroporto Regional de Maringá, com investimento de R\$ 129,1 milhões. Também foi assinado o contrato de concessão para exploração e administração da infraestrutura do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá, estimado em R\$ 1,23 bilhão.

Além do presidente, participaram do evento os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; dos Transportes, Renan Filho; da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; e da Casa Civil, Rui Costa.

Na avaliação de Gleisi, a conclusão da Estrada Boiadeira “é uma obra estratégica para o governo”. Segundo a ministra, a finalização da rodovia e a ampliação da atividade portuária “são muito importantes para o país”.

Já Costa Filho afirmou que a data marca um momento histórico para o setor portuário. De acordo com ele, as obras contribuem para dar maior previsibilidade ao setor produtivo. O ministro aproveitou a ocasião e disse acreditar na reeleição do presidente Lula.

Após o evento, Renan Filho disse que a definição sobre quando deixará a pasta dos Transportes cabe a Lula. Para disputar as eleições de 2026, a legislação eleitoral estabelece que a desincompatibilização deve ocorrer até 4 de abril.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/03/2026

DÉFICIT COMERCIAL DO CANADÁ SOBE MAIS DO QUE O ESPERADO EM JANEIRO

A Statistics Canada informou que o país registrou um déficit de US\$ 2,69 bilhões em janeiro, quase três vezes maior que o saldo negativo de US\$ 700 milhões observado em dezembro

Por Ottawa, Em Reuters



Porto de Montreal, no Canadá — Foto: Carlos Osorio / Reuters

O déficit comercial do Canadá aumentou em janeiro com um recuo significativo nos embarques de veículos automotores e peças devido a paralisações sazonais na produção.

A Statistics Canada informou que o país registrou um déficit de US\$ 2,69 bilhões em janeiro, quase três vezes maior que o saldo negativo de US\$ 700 milhões observado em dezembro. Analistas ouvidos pela Reuters

previam um déficit de US\$ 660 milhões.

O comércio internacional de bens do Canadá é fortemente concentrado nos Estados Unidos, seu maior parceiro comercial. Tanto as exportações quanto as importações com os EUA caíram em janeiro, sendo que o país responde por 68% das exportações totais do Canadá.

As exportações totais caíram 4,7% em janeiro, a maior queda desde abril do ano passado. As exportações recuaram em seis das 11 categorias, informou a StatsCan. Em termos de volume, as exportações caíram 5,8%, acrescentou o órgão.

As exportações de veículos automotores e peças caíram para o nível mais baixo desde setembro de 2021, registrando uma forte queda de 21,2%. Isso ocorreu principalmente devido à menor produção de veículos no Canadá após paralisações sazonais prolongadas na produção, disse a agência de estatísticas.

Tarifas de Trump

O presidente dos EUA, Donald Trump, impôs tarifas sobre veículos e peças automotivas que não estão em conformidade com o acordo de livre comércio entre EUA, México e Canadá e que contêm conteúdo não americano, o que já havia prejudicado parte das exportações anteriormente.

As exportações de produtos metálicos e minerais não metálicos caíram 8% em janeiro, principalmente devido à redução nas exportações de ouro não trabalhado para o Reino Unido.

Exportações mais altas de energia, que subiram 4,1%, ajudaram a compensar parte da queda. Essa é a maior categoria de exportação do Canadá em valor, contribuindo com quase um quarto das exportações totais do país.

“É realmente um início de ano bastante difícil”, disse Prince Owusu, economista sênior da Export Development Canada. “Quando se tem um desempenho tão bom nos últimos meses, é possível esperar algum recuo depois, então não é realmente uma grande surpresa”, afirmou, acrescentando que o aumento do déficit é principalmente sazonal.



O comércio exterior do Canadá pode se beneficiar nos próximos meses dos preços mais altos do petróleo bruto devido à guerra no Oriente Médio, e algumas mudanças sazonais — como a produção de automóveis e exportações de aeronaves — devem se recuperar nos próximos meses, disse Owusu.

As exportações para os Estados Unidos caíram 3,8% e as importações recuaram 3,4%, reduzindo o superávit comercial do Canadá com seu vizinho para C\$5,4 bilhões em janeiro, abaixo dos C\$5,7 bilhões registrados no mês anterior.

As exportações para países que não os Estados Unidos caíram 6,5% após atingirem um recorde em dezembro, principalmente devido à queda nas exportações de ouro não trabalhado para o Reino Unido.

As importações de outros países que não os EUA aumentaram 2,1% em janeiro, em parte devido ao aumento nas importações de máquinas industriais da China, informou a StatsCan.

As importações totais do Canadá caíram 1,1% em janeiro, com reduções em sete das 11 categorias de produtos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/03/2026

GOVERNO DEVE INCLUIR 19 EMPREENDIMENTOS DO SETOR AEROPORTUÁRIO EM PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO

Por Valor — Brasília

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) recomendou a inclusão de 19 empreendimentos do setor aeroportuário federal - como aeroportos regionais e aeródromo - de 11 Estados no Programa Nacional de Desestatização (PND). A decisão precisa ser aprovada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo resolução publicada nesta quinta-feira no Diário Oficial da União (DOU), os empreendimentos serão alocados individualmente nos contratos de concessão mediante processo competitivo simplificado no âmbito do Programa AmpliAR ou, na ausência de propostas válidas, por meio dos regimes de oferta permanente ou de alocação direta.

O procedimento de incorporação dos aeroportos regionais será promovido pela Agência Nacional de Aviação Civil, no âmbito de suas competências.

Segue lista dos empreendimentos que devem ser incluídos no PND:

- Aeroporto Horácio de Mattos, localizado no município de Lençóis (BA)
- Aeroporto de Paulo Afonso, localizado no município de Paulo Afonso (BA)
- Aeródromo de Guanambi, localizado no município de Guanambi (BA)
- Aeroporto Santa Magalhães, localizado no Município de Serra Talhada (PE)
- Aeroporto de Garanhuns, localizado no município de Garanhuns (PE)
- Aeroporto de Araripina, localizado no município de Araripina (PE)
- Aeroporto Serra da Capivara/São Raimundo Nonato, localizado no município de São Raimundo Nonato (PI)
- Aeroporto de Porto Alegre do Norte, localizado no município de Porto Alegre do Norte (MT)
- Aeroporto de Barreirinhas, localizado no município de Barreirinhas (MA)
- Aeroporto de Araguaína, localizado no município de Araguaína (TO)
- Aeroporto de Cacoal, localizado no município de Cacoal (RO)
- Aeroporto de Vilhena, localizado no município de Vilhena (RO)
- Aeroporto de Itaituba, localizado no município de Itaituba (PA)
- Aeroporto de Tarauacá, localizado no município de Tarauacá (AC)
- Aeroporto de Parintins, localizado no município de Parintins (AM)

- Aeroporto de Barcelos, localizado no município de Barcelos (AM)
- Aeroporto de Itacoatiara, localizado no município de Itacoatiara (AM)
- Aeroporto Comandante Ariston Pessoa, localizado no município de Cruz (CE)
- Aeroporto Regional de Canoa Quebrada Dragão do Mar, localizado no município de Aracati (CE).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/03/2026

BALANÇA COMERCIAL DOS EUA TEM DÉFICIT DE US\$ 54,5 BI EM JANEIRO

Exportações em janeiro avançaram 5,5% ante dezembro para US\$ 302,1 bilhões, enquanto as importações caíram 0,7%, a US\$ 356,6 bilhões, na mesma base de comparação

Por Cristiana Euclides, Valor — São Paulo



Contêineres empilhados em navio, no porto de Savannah, na Georgia (EUA) — Foto: Stephen B. Morton/AP

O déficit comercial de bens e serviços nos Estados Unidos em janeiro foi de US\$ 54,5 bilhões, após os US\$ 72,9 bilhões do déficit revisado de dezembro, segundo dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. O consenso de mercado era de déficit de US\$ 60 bilhões.

As exportações em janeiro avançaram 5,5% ante dezembro para US\$ 302,1 bilhões. Já as importações caíram 0,7%, a US\$ 356,6 bilhões, na mesma base de comparação.

Em base anual, o déficit de bens e serviços diminuiu 57,6% em janeiro. As exportações aumentaram 10,4% e as importações diminuíram 11,3%, mostram os dados.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/03/2026

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

SUPERPETROLEIROS CORREM PARA PORTO NO MAR VERMELHO ENQUANTO GUERRA COM IRÃ ESTRANGULA EXPORTAÇÕES

- Oleoduto saudita permite que navios evitem o estreito de Hormuz, mas terão que enfrentar risco de ataques houthis
- Maioria dos carregamentos tem como destino a China, com alguns para Índia e Coreia

Por Londres | Financial Times



TV estatal iraniana exhibe local que, segundo a emissora, foi atingido por ataques dos EUA e de Israel a uma escola Alex Mita/AFP

Uma flotilha de superpetroleiros está navegando em direção à costa saudita no mar Vermelho enquanto o país se apressa para redirecionar exportações de petróleo presas no Golfo devido à guerra no Irã.

Cerca de 30 dos chamados transportadores de petróleo bruto de grande porte, cada um capaz de carregar mais de 2 milhões de barris de petróleo, estão se dirigindo ao porto ocidental do

reino em Yanbu nos próximos dias, segundo corretores de frete, em comparação com uma média histórica de cerca de dois por mês.

As viagens ocorrem após ataques iranianos a embarcações e infraestrutura terem praticamente paralisado o tráfego no estreito de Hormuz, passagem por onde era transportado quase todo o petróleo exportado pelo Golfo antes da guerra.



Vista da cidade de Yanbu, no Mar Vermelho - Patrick Hertzog -18.jan.24/AFP

Mas a nova rota traz seus próprios perigos. Para entrar no mar Vermelho pelo sul, os petroleiros precisarão enfrentar o estreito de Bab al-Mandab, onde navios foram atingidos nos últimos anos por militantes houthis do Iêmen —e que também está ao alcance de alguns mísseis iranianos.

"Dadas as interrupções no estreito de Hormuz, não há outra escolha", disse John Ollett, especialista em frete da

agência de cotação de preços Argus. "Não houve ataques houthis em vários meses [e] Yanbu continua sendo a única opção para exportações de petróleo bruto."

Enquanto países como Iraque, Kuwait e Emirados Árabes Unidos reduziram a produção de petróleo à medida que suas instalações de armazenamento no golfo atingem a capacidade máxima, um oleoduto ligando a região produtora de petróleo no leste da Arábia Saudita a Yanbu no oeste oferece ao reino uma tábua de salvação para exportações.



A grande maioria dos aproximadamente 7 milhões de barris por dia do país normalmente parte de sua costa leste para o golfo, mas a estatal petrolífera Saudi Aramco delineou esta semana um plano para exportar cerca de 5 milhões de barris por dia através do mar Vermelho.

"Yanbu explodiu em popularidade e, por enquanto, isso vai continuar assim", disse Matthew Wright, analista-chefe de frete da plataforma de dados Kpler.

Ele acrescentou que, após os houthis terem pausado os ataques no ano passado, os navios começaram "pouco a pouco" a viajar pelo Mar Vermelho, enquanto uma série de ataques a petroleiros esta semana serviu como "prova cabal de que o Irã pode e está atingindo embarcações" ao redor do estreito de Hormuz.

Entre os armadores que enviam petroleiros ao porto do mar Vermelho estão a Dynacom Tankers e a Minerva Marine, de propriedade respectivamente dos bilionários gregos George Prokopiou e Andreas Martinos, e ambas enviaram embarcações pelo estreito de Hormuz neste mês, segundo corretores de navios. A Frontline, do magnata de origem norueguesa John Fredriksen, e o grupo estatal chinês Cosco também estão entre eles.

Os corretores disseram que muitos dos navios estavam cumprindo os chamados contratos de carga, acordos de longo prazo para transportar petróleo bruto da Arábia Saudita para a Ásia, e que as partes envolvidas renegociaram acordos para que o petróleo pudesse ser movimentado de Yanbu em vez de portos no golfo.

A maioria dos carregamentos tinha como destino a China, com "um punhado para a Índia e alguns para a Coreia", segundo um corretor.

As avaliações dos corretores sobre os navios com destino a Yanbu foram baseadas em sinais de transponder e acordos assinados este mês para retirar petróleo bruto do porto no Mar Vermelho.

Dynacom, Minerva, Frontline e Cosco não responderam imediatamente aos pedidos de comentário.

Nos dois anos após os ataques do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023, militantes houthis reduziram o tráfego pelo Mar Vermelho a um fio ao atacar navios que passavam pelo Bab al-Mandab, de sua posição na ponta sudoeste da península arábica.

O grupo, que alegava estar agindo em solidariedade ao Hamas, sinalizou em novembro o fim de seus ataques a embarcações comerciais após um cessar-fogo ter sido acordado em Gaza.

No entanto, os petroleiros ainda estavam correndo um "risco enorme" ao passar pelo Bab al-Mandab, disse Martin Kelly, chefe de consultoria do grupo de inteligência marítima EOS Risk.

Em teoria, embarcações carregando no oeste da Arábia Saudita poderiam navegar para o norte através do Canal de Suez, mas isso adicionaria semanas ao tempo de trânsito —e custos significativos— às suas viagens para a Ásia.

O perigo mais presente, disse Kelly, era o risco de ataques iranianos, que poderiam alcançar o Mar Vermelho e além.

"Tudo está em jogo quando se trata de ativos energéticos no Oriente Médio", disse Wright. "Você só precisa continuar: cada porto de carregamento que pode receber uma carga está sendo maximizado."

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 12/03/2026

EM TOM ELEITORAL, GOVERNO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$2 BI PARA TRANSPORTE NO PARANÁ SEM RATINHO JR

- Valor vai para ampliação e modernização de rodovias, portos e aeroportos do estado
- Evento teve a presença da ministra Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), que sairá candidata ao Senado pelo PR

Por Mariana Brasil

Brasília - O governo Lula (PT) anunciou nesta quinta-feira (12) um investimento de R\$ 2,08 bilhões na área de transportes no Paraná, hoje governado por Ratinho Jr (PSD)— um dos nomes cotados para disputar a presidência contra o petista nas eleições deste ano, e que não participou da cerimônia.

O evento, realizado em Brasília, teve a presença dos ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Renan Filho (Transportes) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), que sairá como candidata ao Senado pelo Paraná, além do deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR).



"Tenho certeza que o presidente Lula será reeleito presidente da República porque esse é o governo da verdade", disse o ministro de Portos. Em seus discursos, os chefes das pastas reiteraram comparativos com investimentos feitos na gestão anterior.

Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante cerimônia de Sanção da Nova Lei do Turismo, no Palácio do Planalto - Pedro Ladeira - 18.set.2024/Folhapress

Nesta quinta, Ratinho Jr está cumprindo agendas no estado.

Na cerimônia do Palácio do Planalto, foram assinadas duas ordens de serviço num total de R\$ 730 milhões em investimentos, pelo Ministério dos Transportes. Uma delas autoriza o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá (BR-376/PR), com aporte de R\$ 409 milhões, destinado a melhorar o tráfego urbano e reduzir o fluxo de veículos pesados na cidade.

A segunda ordem de serviço viabiliza a execução do último trecho da BR-487/PR, conhecida como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. Com investimento de R\$ 321,2 milhões, serão concluídos 37 quilômetros da rodovia que conecta regiões produtoras de grãos ao Porto de Paranaguá.

Já pelo Ministério de Portos e Aeroportos, foram anunciadas a autorização da licitação para reforma e ampliação do terminal de passageiros e modernização da torre de controle do Aeroporto Regional de Maringá, com investimento de R\$ 129,1 milhões, e a assinatura do contrato de concessão para exploração e administração da infraestrutura do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá, estimado em R\$ 1,23 bilhão.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 12/03/2026

PAÍS INTENSIFICA CONTROLE DA SOJA PARA PRESERVAR MERCADO CHINÊS, DIZ FÁVARO

- Ministério da Agricultura intensificou fiscalização devido a reclamações da China
- Setor privado já vinha alertando sobre a necessidade do controle sanitário

Por Mauro Zafalon

São Paulo - A Cargill suspendeu as exportações de soja do Brasil para a China, após mudanças na inspeção fitossanitárias pelo governo brasileiro, segundo notícia de Nova York da agência Reuters. A medida trouxe apreensão ao mercado.

Em entrevista à Folha, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, diz que não houve nenhuma mudança no sistema, mas apenas uma intensificação na verificação de presença de sementes de ervas daninhas nos carregamentos de soja para o país asiático.

"O Ministério da Agricultura não está mudando nada, só intensificou a fiscalização por reclamação da China. A soja brasileira não está fora de padrão comercial. Ela não tem problema nenhum", segundo o ministro. O problema é a presença de sementes de ervas daninhas que não constam no protocolo com o governo chinês. E eles estão reclamando, afirma. "Imaginem se a China afirmar que a soja brasileira não tem qualidade e deixar de comprar", acrescenta.

Rodovia reta atravessa campos agrícolas amplos e planos, com áreas de terra arada e vegetação rasteira. No horizonte, há estruturas industriais pequenas e céu com nuvens densas e escuras, indicando tempo instável.



Campo de soja recém plantado na Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso - Rubens Cavallari - 26.fev.26/Folhapress

O ministério passou a receber notificações da GACC (General Administration of Customs of China), a alfândega chinesa, sobre falta de qualidade sanitária na soja nacional. Ela tem padrão comercial, que é de 1.8.14. Ou seja, a soja pode conter até 1% de impureza; até 8% de avariados, e de 13 a 14 graus de umidade. Só que existe um protocolo sanitário que o carregamento não pode conter ervas daninhas que não existam no país

comprador. Faz parte do acordo, diz Fávaro.

"Chamamos as empresas e pedimos providências, afinal esse é o segundo principal produto de exportação da balança comercial brasileira." Foi feita uma intensificação das coletas para a verificação da presença de sementes de ervas daninhas, e essas amostras são mandadas para análise laboratorial. Já tivemos o caso de um navio que, após a análise, foi liberado. Outros 19 ainda aguardam", afirma Fávaro. Se for verificada a presença de erva daninha, o carregamento terá de ir para outro destino.

O problema é contornável, segundo o ministro. Já que o produto é tão importante para os dois mercados, os dois governos e os players do setor devem discutir o assunto, e ajustar um novo protocolo sanitário com relação a essas sementes.

O próprio setor já vem alertando a cadeia sobre a necessidade evitar a presença de ervas daninhas na soja exportada para a China. A publicação "Alerta para a Cadeia Produtiva da Soja", produzida pela Abiove, Anec, Sistema OCB e Acebra, fala sobre a importância da não presença de sementes tratadas e pragas quarentenárias nos carregamentos destinados à China, o que pode ser uma ameaça ao principal mercado brasileiro da oleaginosa.

As associações alertam que os cuidados devem vir do campo, no combate às ervas daninhas e na colheita; na recepção da soja pelos armazéns, que devem inspecionar as cargas; no transporte, com verificação da limpeza dos caminhões, e nos portos.

"O preço da soja está ruim, o mercado está baixista, mas o governo brasileiro precisa ser responsável com a qualidade. Por mais que isso seja dolorido, estamos mostrando a seriedade do sistema sanitário brasileiro", afirma Fávaro.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 12/03/2026

PAINEL S.A.- LUCRO RECORRENTE DO PORTO DE SANTOS CRESCE 22,3% E ATINGE R\$ 938 MILHÕES EM 2025

-
- EBITDA da estatal alcançou R\$ 1 bilhão, com margem de 59,1% no período
- Companhia participa da construção do Túnel Santos-Guarujá em 2026

Por Luana Franzão

São Paulo - A estatal APS (Autoridade Portuária de Santos) encerrou o ano com lucro recorrente de R\$ 938,9 milhões em 2025, cifra que representa um crescimento de 22,3% em relação ao ano anterior. O indicador exclui efeitos financeiros extraordinários ou pontuais. As operações do complexo portuário acumulam alta de 74,6% desde 2023.

O EBITDA registrado no ano passado foi de R\$ 1 bilhão, com uma margem de 59,1%, enquanto a margem líquida recorrente alcançou R\$ 54,5%. O lucro líquido terminou o ano em R\$ 724,6 milhões.



A imagem mostra um grande navio de carga, com contêineres empilhados em sua parte superior, navegando em águas calmas. Um pequeno barco de passeio está próximo ao navio, com um casco branco e azul. O céu está parcialmente nublado.

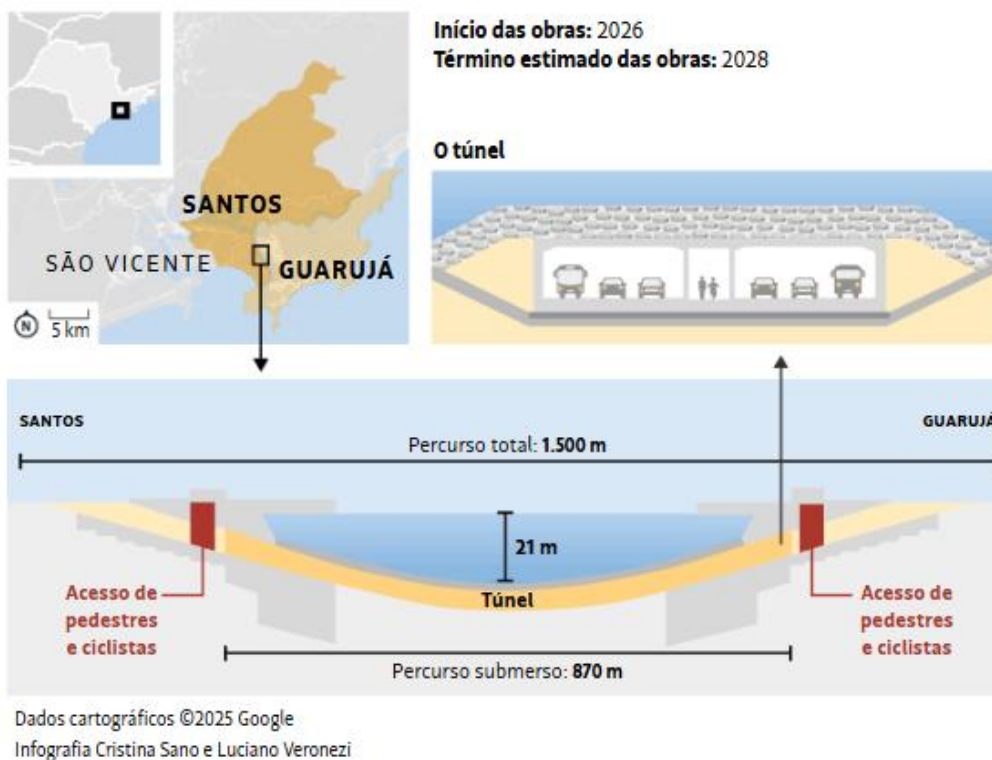
Canal entre Santos e Guarujá - Eduardo Knapp - 22.mar.2025/Folhapress

A companhia vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos participa de obras de infraestrutura em 2026, como a construção do Túnel Santos-Guarujá —principal

obra do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo Lula—, obras nas avenidas perimetrais e outras.

As obras do túnel serão tocadas pela portuguesa Mota-Engil, vencedora do leilão realizado em setembro de 2025. No Brasil, a empresa lidera o consórcio que ganhou um contrato de manutenção das plataformas da Petrobras na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, avaliado em cerca de US\$ 164 milhões.

Como será feito o túnel Santos-Guarujá



A companhia também tem outros projetos na América Latina. Faz parte, por exemplo, do grupo de empresas responsáveis pela construção das linhas 4, 5 e 6 do metrô de Monterrey, no México.

Com participação da CCCC, gigante chinesa de infraestrutura, a Mota-Engil propôs receber R\$ 436,10 milhões anuais de contraprestação pública anual, um desconto de 0,5% sobre o valor de R\$ 438,30 milhões proposto no edital. Ela superou a espanhola Acciona, que não ofereceu qualquer desconto.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 12/03/2026

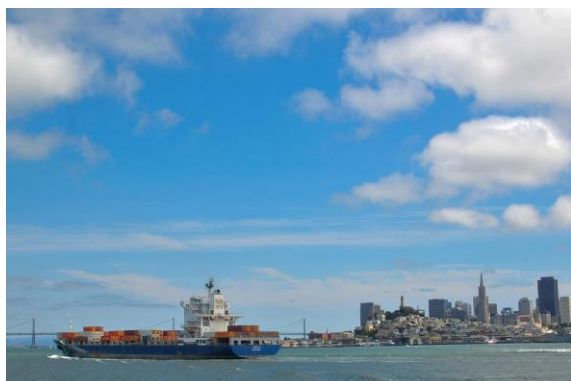
portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

RELATÓRIO CNI APONTA 42 NOVAS BARREIRAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Da Redação Portos e logística 12/03/2026 - 18:32

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, nesta quinta-feira (12), a quarta edição do Relatório de Barreiras Comerciais Identificadas pelo Setor Privado Brasileiro, levantamento, feito em parceria com 19 entidades setoriais, que identificou 42 novas entraves ao comércio internacional em 2025, elevando para 107 o total mapeado em 36 mercados. No documento, são destacados obstáculos enfrentados por exportadores brasileiros em contexto de maior tensão no comércio global e de adoção de medidas restritivas por outros países.



Segundo o estudo, entre os 10 mercados com mais entraves estão o México e os Estados Unidos, que registraram 10 e oito medidas restritivas, respectivamente, o dobro do apurado na edição anterior, em 2024. O levantamento destaca o impacto das mudanças na política comercial dos Estados Unidos, principal destino das exportações da indústria de transformação brasileira, com a adoção de tarifas multissetoriais que afetaram e afetam parceiros comerciais, incluindo o Brasil, e que criam ambiente de mais incerteza no comércio internacional.

A confederação informou que trabalha com entidades setoriais, federações das indústrias e empresas para identificar, avaliar e monitorar barreiras em outros mercados e que mais de 160 casos já foram informados ao governo brasileiro, com o objetivo de subsidiar ações de diálogo e negociação internacional. Segundo a entidade, os 10 mercados nos quais foram verificadas mais restrições são a União Europeia, o México, os Estados Unidos, a China, a Arábia Saudita, a Colômbia, o Japão, a Bolívia, a África do Sul e a Argentina.

A gerente de comércio e integração internacional da CNI, Constanza Negri, ressaltou que o comércio internacional é considerado fundamental para ampliar a produtividade e fortalecer a competitividade da indústria brasileira, mas o número e a complexidade das barreiras vêm aumentando, estando, muitas vezes, associadas a exigências técnicas, sanitárias e regulatórias que dificultam as contestações e elevam custos para exportadores.

Segundo Constanza, com o aumento da incerteza no comércio internacional e a proliferação de restrições comerciais, acompanhar e dar visibilidade às barreiras enfrentadas pelas empresas brasileiras é cada vez mais necessário. “O mapeamento dos entraves contribui para orientar a atuação do país e para fortalecer o diálogo com parceiros comerciais, criando melhores condições para preservar e ampliar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados”, afirmou.

De acordo com a CNI, o relatório indica que o monitoramento sistemático e a atuação coordenada entre setor privado e governo rendem resultados positivos. A entidade informou que, em relação à edição anterior do levantamento, houve progresso na mitigação e eliminação de três barreiras específicas: uma relacionada à certificação sanitária para couros, do Vietnã; outra sobre liminar da justiça mexicana que restringia a importação de carne suína; e a terceira relacionada à certificação mandatória de revestimentos cerâmicos na Argentina. A íntegra do documento está disponível ***neste link*** - <https://s3.us-east-1.wasabisys.com/wasabi.cse360.com.br/email-editor-files/23f2e8db-c276-4f19-9362-08d8e40a8ad4/09cad32f-b791-46b5-82f0-bce482276502.pdf>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/03/2026

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO E ATAQUES A NAVIOS LEVAM SEGURADORAS A CANCELAR APÓLICES E AUMENTAR PRÊMIOS COBRADOS

Por Nelson Moreira Navegação 12/03/2026 - 16:48



Apólices de guerra marítima preveem reavaliação dos prêmios se a situação de risco perdurar. Segundo especialista, cancelamento pode ocorrer enquanto subscritores revisam precificação para o futuro

A emergência que surgiu para empresas de navegação que fazem rotas pelo Oriente Médio e os ataques a embarcações comerciais desde o início da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã está levando seguradoras a cancelarem apólices e acionarem cláusulas contratuais

para cobrar valores adicionais como prêmios de guerra. Em alguns casos, segundo estimativas de corretores, os acréscimos chegaram a 400% em relação aos praticados antes do começo dos conflitos.

Sergio Caron, diretor de Marine, Cargo & Logistics da corretora Marsh Risk Brasil, confirmou essa possibilidade. Ele explicou à Portos e Navios que, de acordo com os termos de todas as apólices de guerra marítima, há a previsão de reavaliar os prêmios se a situação de risco perdurar. “Foi exatamente o que ocorreu no Oriente Médio. Na prática, apólices foram canceladas enquanto os subscritores revisam a precificação para o futuro”, disse.

Marco Darhouni, diretor de Transportes, Frota e Aviação da WTW, outra empresa do setor de seguros, também confirmou que há possibilidade de serem feitas mudanças nos contratos e cobrados prêmios maiores. De acordo com ele, o mercado segurador, tanto local quanto internacional, está adotando medidas para mitigar os riscos emergentes, especialmente nas áreas de P&I (Proteção e Indenização) e de Transportes (Marítimos e Aéreo). “Em relação às embarcações, as seguradoras estão revisando cláusulas de cobertura para avaliar a necessidade de ajustes ou exclusões específicas devido à crescente instabilidade na região”, informou à reportagem.

O diretor da Marsh Risk Brasil explicou que os preços das taxas de guerra variam de acordo com cada contratante, dependendo da percepção da seguradora sobre o risco de cada um. Ele disse que, de modo geral, os aumentos e mudanças contratuais atingem todos segurados que trafegam por áreas de risco. Sergio Caron é um dos que estimaram que o aumento dos preços cobrados chegaram a 400% já nos primeiros dias da guerra. Mas avaliou que a situação pode mudar e os adicionais serem reduzidos, se forem garantidas melhores condições de segurança para as embarcações. “Aguardamos detalhes sobre como a Marinha dos EUA poderá apoiar a travessia da frota mercante pela região, pois isso criaria um ambiente menos arriscado”, afirmou.

O diretor de Transportes, Frota e Aviação da WTW explicou as medidas em relação aos prêmios cobrados podem ser adotadas de forma ampla, para todos os que trafegam pelas áreas de guerra, como individualizada, a partir do risco estimado. Mas confirmou que há decisões de caráter geral, aplicáveis ao mercado como um todo, especialmente quando o nível de risco exige posicionamentos abrangentes.

Ele ressaltou, no entanto, que cada operação possui características próprias e, por isso, depende de análise específica, considerando a exposição, o perfil de risco e os impactos potenciais sobre as embarcações. “Em situações como essa, a gestão de crise combina essas duas abordagens, equilibrando diretrizes globais com avaliações técnicas caso a caso”, assegurou Marco Darhouni.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 12/03/2026

APS REGISTROU LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 724,6 MILHÕES EM 2025

Da Redação Portos e logística 12/03/2026 - 15:46



A Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa que administra o complexo portuário da cidade paulista, informou nesta quinta-feira (12) que registrou em 2025 lucro líquido de R\$ 724,6 milhões. A APS anunciou ainda que o lucro recorrente, que inclui as receitas fixas durante o ano, chegou a R\$ 938,9 milhões, com alta de 22,3% em relação 2024, e a Ebitda alcançou R\$ 1 bilhão.

De acordo com a autoridade portuária, o resultado, que exclui efeitos financeiros extraordinários ou pontuais para revelar o desempenho real das atividades, mostra sua evolução contínua, acumulando alta de 74,6% desde

2023. “O desempenho confirma que os resultados do Porto de Santos são estruturais, consistentes e sustentáveis no tempo e não fruto de eventos pontuais”, disse o presidente da APS, Anderson Pomini.

A APS assegurou que, com a consolidação do balanço de 2025, o Porto de Santos terá em 2026 recursos para investimentos nas áreas de infraestrutura e logística. E citou como exemplos os que serão necessários para a construção do túnel Santos-Guarujá e para as obras das avenidas perimetrais do entorno do complexo portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/03/2026

THIAGO TAVARES DE ALMEIDA SOARES - SEENEMAR-RJ

Por Executivos 12/03/2026 - 12:21



Thiago Tavares de Almeida Soares, que era superintendente de Indústria Naval e Recursos do Mar na Subsecretaria de Gestão Portuária e Atividades Navais da Casa Civil do estado do Rio de Janeiro, é o novo secretário estadual de Economia do Mar. A nomeação foi publicada na edição desta quinta-feira (12) do Diário Oficial do estado, e Soares substitui Cássio Coelho.

Segundo comunicado do governo fluminense, o novo secretário terá como missão fortalecer iniciativas voltadas ao desenvolvimento da indústria naval, das

atividades portuárias e de outros segmentos ligados ao potencial econômico do litoral fluminense. O governador Cláudio Castro disse que sua expectativa é de que Thiago Soares contribua para fortalecer a economia do mar e para ampliar as oportunidades de desenvolvimento do estado.

De acordo com o governo estadual, o novo secretário tem experiência em planejamento, gestão de projetos e articulação institucional e, no setor privado, atuou no desenvolvimento de projetos e em processos de licitações. Ocupou ainda cargos de direção e coordenação em órgãos públicos e empresas, com atuação em gestão de equipes e desenvolvimento de projetos, e foi chefe de setor na Empresa Municipal de Moradia, Urbanismo e Saneamento (Emusa), da Prefeitura de Niterói, de 2017 a 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/03/2026

FROTAS DA CBO E DA OCEANPACT SÃO MUITO COMPLEMENTARES, DIZ FLAVIO ANDRADE

Por Danilo Oliveira Offshore 11/03/2026 - 23:34



Para executivo, ampliação do tamanho e diversificação das embarcações operadas após fusão entre empresas podem trazer novas oportunidades de contratações no offshore

A combinação de negócios entre OceanPact e CBO, caso confirmada a fusão pelos órgãos de controle, resultará na segunda maior frota de apoio marítimo que trafega em águas jurisdicionais brasileiras, com um total de 73 unidades. Para o CEO da OceanPact, Flavio Andrade (foto), a principal vantagem dessa transação para a atividade de navegação do grupo é que, olhando

separadamente, as frotas das duas empresas possuem características que são bastante complementares.

A frota combinada reúne 40 PSVs (transporte de suprimentos) / OSRVs (combate ao derramamento de óleo), 15 AHTS (manuseio de âncoras), 15 RSVs (embarcações equipadas com robôs) e três de outros tipos — dois barcos de pesquisa e um LH (manuseio de linhas e amarrações) de pequeno porte. A CBO tem PSVs de grande porte, high spec, e AHTS de médio e grande portes.



Andrade destacou a eficiência operacional da frota da CBO, que possui um downtime considerado menor que os atuais da OceanPact, o que representa menos quebras em navios que já estão em contrato. Do lado da OceanPact, ele chamou a atenção para a ocupação comercial maior que a da CBO.

“Mostramos que juntando o ‘melhor dos mundos’, se a gente melhorar, caminhar na direção de ter a eficiência operacional dela [CBO] e se a frota dela caminhar em ter a ocupação comercial da nossa [frota], vamos trazer muitas melhorias, muitas vantagens para o acionista”, afirmou Andrade em entrevista à Portos e Navios.

Com a fusão anunciada no final de fevereiro, os acionistas atuais da CBO vão se tornar acionistas da OceanPact, que seguirá sendo uma companhia listada na bolsa. Segundo Andrade, esse movimento era aguardado pelo mercado porque a CBO pertence a fundos de investimento (Private Equity). Da mesma forma, ele relata a expectativa quanto à consolidação da OceanPact no mercado após o IPO, em 2021. O primeiro movimento ocorreu com a aquisição da UP Offshore.

O executivo disse que é preciso ter um alinhamento muito grande de fatores para que uma operação desse tipo dê certo. “As relações entre as avaliações, o momento de cada companhia, as forças do nosso mercado de embarcações, como é que estão as taxas diárias, as alavancagens das companhias (...) Tudo isso tem que estar numa situação que permita com que a operação seja um ‘ganha-ganha’ verdadeiro. Isso chegou e a gente aproveitou a oportunidade”, acredita.

Se confirmada a fusão, a companhia deve continuar a se chamar OceanPact, que é a empresa listada, sendo que o segmento de navegação, que hoje não tem um nome específico, passaria a se chamar ‘OceanPact CBO’. Já as subsidiárias Oceanpact Geo (Geociência) e Oceanpact Log (Logística), por exemplo, não sofreriam alterações de nomenclatura. O CEO da OceanPact ressaltou que, dos 73 navios da frota combinada, a CBO construiu 31 em estaleiros próprios do grupo, enquanto a OceanPact encomendou a construção de duas embarcações no estaleiro da Wilson Sons, no Guarujá (SP).

“Nossa primeira missão é ocupar bem e operar bem essa frota. Claro que, se aparecer oportunidade interessante de construção com taxas que a gente considere adequadas e embarcações do tipo que a gente considere que têm um futuro interessante, vamos analisar e podemos participar, mas não é o foco imediato. O foco imediato é operar bem essa segunda maior frota de apoio marítimo do país”, afirmou.

Ele considera que as duas empresas vêm de bons momentos, após a recuperação das taxas diárias que ficaram muito baixas entre 2016 e 2020, e vêm se recuperando desde então. Além disso, as companhias vêm reduzindo seus endividamentos, o que também contribuiu para a fusão. Dados do 3º trimestre passado indicaram endividamento combinado de 2.6 vezes Ebitda.

Com a expansão da frota, a empresa mira a ampliação dos serviços na área de meio ambiente, segurança operacional, subsea, inspeção, manutenção e reparos. “Achamos que com a frota maior a gente consegue oferecer mais serviços porque temos acesso a mais embarcações e a embarcações maiores. Vemos uma tendência da Petrobras contratar serviços. Ela tem falado isso nas calls dela com os fornecedores e tem feito isso de fato”, analisou.

Uma das oportunidades está no descomissionamento, segmento para o qual a OceanPact tem um contrato em andamento no Sudeste para execução do serviço na boia de Congro. “Participamos de

qualquer licitação que haja no Brasil nesse segmento, especialmente o subsea, mas também quaisquer outros que achemos interessante”, disse Andrade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2026

WSC ALERTA PARA RISCOS VIVIDOS POR MARÍTIMOS E PARA NAVEGAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

Da Redação Navegação 11/03/2026 - 21:46



O presidente e CEO do Conselho Mundial de Navegação (World Shipping Council), Joe Kramek alertou, nesta quarta-feira (11), para os riscos que embarcações e seus tripulantes correm ao navegar pelo Oriente Médio. Ele disse que cerca de 20.000 marítimos que estão na região enfrentam situação de segurança altamente incerta por causa da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã e que envolve outros países.

Kramek lembrou que diversas embarcações comerciais foram atingidas desde o início do conflito e que vários tripulantes foram mortos. “Os marítimos não fazem parte

deste conflito, mas estão cada vez mais envolvidos nele. São homens e mulheres que estão simplesmente fazendo seu trabalho no mar”, afirmou o líder do WSC.

Ele pediu que Organização Marítima Internacional (IMO) tome medidas para garantir a proteção dos marítimos e o respeito à liberdade de navegação e afirmou que a segurança das tripulações deve ser a prioridade absoluta. “Nossos pensamentos estão com os marinheiros que perderam suas vidas, suas famílias e as tripulações que ainda operam na região em condições extremamente difíceis e perigosas”, disse Kramek.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2026

ORGANIZAÇÕES TURCAS PEDEM EXCLUSÃO DE ESTALEIROS DE DESMANTELAMENTO DE ALIAGA DA LISTA DA UE

Da Redação Indústria naval 11/03/2026 - 22:07



Representantes de organizações turcas denunciaram, na última terça-feira (10), que estaleiros de desmantelamento de navios estão causando níveis de poluição considerados críticos na cidade de Aliaga. As entidades pediram que essas empresas sejam retiradas na lista da União Europeia de autorizadas a fazer serviços de reciclagem de embarcações.

De acordo com comunicado divulgado pelas entidades, em 24 de fevereiro, seus representantes se reuniram com membros da Comissão Europeia, com apoio da ONG Shipbreaking Platform, sediada em Bruxelas, e do

Gabinete Europeu do Ambiente, para informar sobre a grave degradação ambiental causada pelas atividades de desmantelamento de navios em Aliaga. Além disso, enviaram à Comissão carta aberta pedindo que os estaleiros responsáveis sejam excluídos da lista da União Europeia, por causa dos riscos ambientais e à saúde.

As entidades denunciam que a área dos estaleiros está contaminada com Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), alguns dos quais são regulamentados ou proibidos pelo Protocolo de Aarhus e pela Convenção de Estocolmo, porque são muito difíceis de ser removidos do meio ambiente depois

de liberados. Elas argumentam que um relatório revelou que a região apresenta níveis elevados de POPs e apontou as empresas de reciclagem de navios como a principal fonte de contaminação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2026

ÓRGÃO AMBIENTAL MONITORA RETIRADA DE NAVIO DA MARINHA QUE ENCALHOU EM PRAIA DO RIO

Da Redação Navegação 11/03/2026 - 21:58



O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) do Rio de Janeiro informou, nesta quarta-feira (11), que, com a Capitania dos Portos, acompanha as operações na Praia da Macumba, no Rio de Janeiro, onde duas embarcações da Marinha do Brasil encalharam. De acordo com o órgão, problemas com equipamentos de apoio usados nas manobras de resgate e condições adversas do mar agravaram o incidente.

A embarcação de desembarque de carga geral Guaratiba encalhou no início da noite de segunda-feira (9), após apresentar avaria estrutural e entrada de água

no casco. Então, em procedimento de segurança para preservar a tripulação, foi feita a manobra abicagem, que consiste na aproximação intencional da embarcação à faixa de areia, onde o barco ficou encalhado.

Segundo o Inea, sua equipe chegou ao local na manhã da última terça-feira (10) para fazer o monitoramento ambiental e evitar possíveis impactos ao meio ambiente. No local, por volta das 12h daquele dia, uma segunda embarcação, a lancha de patrulha Marlin, encalhou na mesma praia. O acidente foi motivado pelas condições adversas do mar, agravadas por uma falha mecânica nos motores.

O Inea informou que a equipe voltou ao local na manhã desta quarta-feira (11), e constatou que a Marlin continuava encalhada. Além disso, a retroescavadeira usada nas operações do dia anterior estava atolada na faixa de areia, impossibilitando seu uso ou retirada imediata.

Segundo o instituto, a faixa litorânea da cidade do Rio de Janeiro registra ressaca, com ondas de três a quatro metros de altura, o que impede manobras de resgate da embarcação. Por isso, informou, equipes do órgão e da Marinha do Brasil permanecem no local aguardando a melhora das condições climáticas e marítimas para dar início às operações de retirada da retroescavadeira e, posteriormente, ao desengancho da lancha Marlin.

O Inea explicou que, depois das operações de resgate, a areia removida será devolvida para evitar a formação de valas ou depressões que possam representar perigo para banhistas e frequentadores da praia. "O Inea conta com grupo técnico multidisciplinar especializado no atendimento a ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas decorrentes de vazamento de produtos químicos ou substâncias nocivas ao meio ambiente", assegurou o secretário estadual do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi.

Em nota, a Marinha do Brasil ressaltou que não houve acidente com pessoal nem registro de avarias em decorrência da manobra. "As ações necessárias para a retirada e o reboque seguro da embarcação estão sendo adotadas", informou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2026

ARTIGO - ENTRE RIOS E ESTRADAS: O FUTURO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR NO BRASIL

Por Alessandra Montet Opinião 11/03/2026 - 19:07



Revisão regulatória da Antaq e lições da BR do Mar reacendem debate sobre o papel das hidrovias na logística nacional

O Brasil possui uma das maiores redes hidrográficas do mundo, com dezenas de milhares de quilômetros de rios potencialmente navegáveis. Ainda assim, o transporte hidroviário permanece subutilizado na matriz logística nacional, que continua fortemente dependente do modal rodoviário para o deslocamento de cargas.

Esse cenário revela um paradoxo recorrente na infraestrutura brasileira: a abundância de recursos naturais contrasta com entraves institucionais, regulatórios e estruturais que dificultam o aproveitamento dessas vantagens comparativas. Nesse contexto, o regime jurídico das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN) desempenha papel central na organização do transporte aquaviário, inclusive na navegação interior ou fluvial.

A EBN corresponde à pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras e autorizada a realizar transporte aquaviário de cargas ou passageiros. O modelo foi estruturado principalmente pela Lei nº 9.432/1997, que organiza o transporte aquaviário nacional e estabelece os requisitos para atuação empresarial no setor.

A lei disciplina as diversas modalidades de navegação: longo curso, cabotagem, apoio marítimo e navegação interior, esta última compreendendo o transporte realizado em rios, lagos e demais vias navegáveis situadas no território nacional.

Entretanto, o regime jurídico da navegação interior não se limita à Lei nº 9.432. O setor opera sob um sistema regulatório que combina legislação federal, regulação econômica e regulação técnica da segurança da navegação.

A base normativa inclui três diplomas centrais: a Lei nº 9.432/1997, que organiza o transporte aquaviário; a Lei nº 10.233/2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e definiu suas competências regulatórias; e a Lei nº 9.537/1997 (LESTA), que disciplina a segurança do tráfego aquaviário.

A governança do setor é dividida entre duas autoridades. A Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Portos e Costas, exerce a função de Autoridade Marítima e regula os aspectos técnicos da navegação, incluindo registro de embarcações, certificação de segurança, inspeções e habilitação de tripulantes. Essas matérias são disciplinadas pelas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), especialmente a NORMAM-02, aplicável às embarcações empregadas na navegação interior.

Já a ANTAQ é responsável pela regulação econômica da atividade, incluindo a autorização para prestação de serviços de transporte aquaviário e o regime de afretamento de embarcações. Entre as normas mais relevantes destaca-se a Resolução ANTAQ nº 80/2022, que disciplina a autorização para navegação interior.

Em termos institucionais, o funcionamento desse sistema pode ser resumido em um fluxo regulatório relativamente claro: a legislação federal estabelece as bases do setor; a Marinha regula a segurança da navegação e certifica embarcações e tripulações; a ANTAQ autoriza a prestação do serviço de transporte aquaviário e supervisiona sua operação econômica.

Apesar dessa estrutura normativa relativamente consolidada, o desenvolvimento da navegação fluvial permanece aquém do potencial existente.



O país possui mais de 40 mil quilômetros de vias navegáveis naturais, distribuídas principalmente nas bacias Amazônica, Paraguai-Paraná, Tocantins-Araguaia e São Francisco. Ainda assim, o transporte hidroviário responde por parcela reduzida da movimentação de cargas no país.

Do ponto de vista econômico, a discrepância é significativa. Estudos logísticos da Confederação nacional dos transportes indicam que o custo do transporte hidroviário pode ser até 60% inferior ao transporte rodoviário por tonelada-quilômetro, além de apresentar maior eficiência energética. Uma única barça pode transportar carga equivalente a dezenas de caminhões, com menor consumo energético e menores emissões de gases de efeito estufa.

Apesar dessas vantagens, o setor enfrenta obstáculos estruturais relevantes. Entre eles estão a insuficiência de investimentos em infraestrutura hidroviária, a necessidade de dragagem em trechos críticos, a escassez de terminais adequados e a limitada integração intermodal com ferrovias e rodovias.

Nos últimos anos, contudo, a navegação interior passou a receber maior atenção na agenda institucional. Em 2024 foi criada a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com o objetivo de fortalecer a gestão das hidrovias e ampliar o desenvolvimento do transporte hidroviário no país.

No ano seguinte, a ANTAQ iniciou um processo de revisão do estoque regulatório aplicável à navegação interior, incluído em sua agenda regulatória recente. Atualmente diversas resoluções tratam de aspectos fragmentados da atividade, incluindo regras de autorização de empresas de navegação, transporte de passageiros, afretamento e procedimentos operacionais.

A revisão em curso busca consolidar essas normas, simplificar procedimentos administrativos e reduzir a fragmentação regulatória. A proposta da agência é reorganizar o arcabouço normativo com a finalidade de facilitar o acompanhamento e a compreensão por parte do mercado regulado e da sociedade.

Importante destacar, contudo, que a agência tem indicado que essa revisão não pretende alterar substancialmente o modelo jurídico da navegação interior, mas sim aprimorar sua organização normativa.

Nesse contexto, o debate sobre o papel das Empresas Brasileiras de Navegação na navegação interior ganha nova relevância.

A estrutura empresarial exigida para atuação como EBN foi concebida originalmente com maior foco na cabotagem e no transporte marítimo. Em determinadas situações, esse modelo pode representar desafios para operadores de menor porte envolvidos em operações fluviais regionais, especialmente em regiões como a Amazônia, onde o transporte hidroviário desempenha papel essencial na mobilidade de pessoas e no abastecimento de comunidades.

Outro elemento relevante do debate regulatório recente é o impacto indireto da Lei nº 14.301/2022, conhecida como BR do Mar.

A legislação foi concebida para estimular a cabotagem por meio da flexibilização do regime de afretamento de embarcações estrangeiras e de incentivos à ampliação da frota nacional. Embora seu foco seja o transporte marítimo costeiro, a BR do Mar reacendeu discussões sobre a competitividade do transporte aquaviário no país.

Ao introduzir maior flexibilidade regulatória na cabotagem, a legislação evidenciou a relativa rigidez do regime aplicável à navegação interior. O avanço institucional observado na cabotagem pode servir como referência para futuras reformas regulatórias nas hidrovias, sobretudo no que se refere à simplificação de procedimentos e à ampliação do acesso ao mercado.



Ao mesmo tempo, o debate regulatório recente revela movimentos institucionais em sentido oposto no que diz respeito à navegação interior. Desde 2021 tramita no Congresso Nacional iniciativa legislativa voltada a restringir o afretamento de embarcações estrangeiras por Empresas Brasileiras de Navegação na navegação fluvial. O Projeto de Lei nº 1.809/2021, propõe alterar a Lei nº 9.432/1997 para vedar o afretamento de embarcações estrangeiras para operação na navegação interior de percurso nacional, reforçando a reserva de mercado para embarcações de bandeira brasileira.

O fortalecimento da navegação fluvial representa, portanto, uma oportunidade estratégica para o Brasil. Além de reduzir custos logísticos, o transporte hidroviário pode contribuir para maior eficiência energética, redução de emissões e integração econômica de regiões historicamente menos conectadas à infraestrutura nacional.

Mais do que um debate regulatório, trata-se de uma escolha de política logística. Em um país de dimensões continentais e vasta rede hidrográfica, a navegação interior poderia ocupar papel muito mais relevante na matriz de transportes.



A experiência recente da cabotagem demonstra que reformas institucionais podem alterar significativamente a dinâmica de um setor. A questão que permanece em aberto é se o Brasil estará disposto a promover movimento semelhante também em suas hidrovias.

Alessandra Montet é advogada atuante nas áreas de Direito Administrativo, Direito Societário, Contratos, Direito Processual Civil, Direito Regulatório e Direito de Imigração do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 12/03/2026